

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Marina Naves Batista

MANOEL BOMFIM E A CRÍTICA REPUBLICANA DEMOCRÁTICA:
Uma nova tradição interpretativa do Brasil

Belo Horizonte

2022

MARINA NAVES BATISTA

MANOEL BOMFIM E A CRÍTICA REPUBLICANA DEMOCRÁTICA:
Uma nova tradição interpretativa do Brasil

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Universidade Federal de Minas Gerais

Orientador: Prof. Juarez Rocha Guimarães

Belo Horizonte

2022

320 Batista, Marina Naves.
B333m Manoel Bomfim e a crítica republicana democrática
2022 [manuscrito] : a invenção de uma nova tradição interpretativa do
 Brasil / Marina Naves Batista. - 2022.
 181 f.
 Orientador: Juarez Rocha Guimarães.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia

 1. Ciência política – Teses. 2. Republicanismo - Teses.
 3. Bomfim, Manoel, 1868-1932. 4. Ciência política – Brasil –
 Teses. I. Guimarães, Juarez R. (Juarez Rocha) - I. Universidade
 Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
 Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ATA 13ª/2022 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA MARINA NAVES BATISTA

Realizou-se, no dia 29 de setembro de 2022, às 09:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "MANOEL BOMFIM E A CRÍTICA REPUBLICANA DEMOCRÁTICA: A invenção de uma nova tradição interpretativa do Brasil", elaborada e apresentada por MARINA NAVES BATISTA - número de registro 2019664148, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Juarez Rocha Guimarães - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Bernardo Ricupero (USP), Prof. Felipe Riccio Schiefler (IFRS). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 29 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Ricupero, Usuário Externo**, em 05/10/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Riccio Schiefler, Usuário Externo**, em 05/10/2022, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes, Servidor(a)**, em 20/10/2022, às 07:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1778072** e o código CRC **EF387707**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Mauro e Míriam, se não fosse por eles não estaria aqui, obrigada a todo apoio material, emocional, e incentivo que me fazem continuar. Para minha mãe, a maior interessada na minha pesquisa que por vezes poderia ficar me ouvindo por horas sem cansar, ter o privilégio de ser filha de uma mulher inquieta, astuta, minha colega Faficheira. Por ser uma dessas famílias interioranas que vieram para Belo Horizonte, aprendi desde muito cedo que o amor é a base da nossa fortaleza, e unidos nos tornamos melhores. Peço desculpas já de antemão, às ausências cotidianas que circundam a solidão acadêmica.

Agradeço também ao meu orientador Juarez Guimarães, que antes de tudo, é um companheiro, no sentido mais fraterno do termo. Pude contar com sua esplendorosa inteligência e sensibilidade, me ajudou a encarar o caminho da pesquisa e dos estudos, com curiosidade, ternura e criticidade. Processo que por vezes se confundiu com o caminho do meu próprio amadurecimento. Quero agradecer também aos professores do programa de Ciência Política que sempre alimentaram de maneira incrível o debate das ideias e acolhem os estudantes nessa árdua tarefa de pensar a política nos dias atuais. Gostaria de agradecer também aos colegas da minha turma, seus apontamentos, suas dúvidas, suas alegrias, suas tristezas, foram parte essencial da minha formação. Aos funcionários meu muito obrigado, vocês são parte fundamental para a existência da Universidade, especialmente ao Alessandro e a Thaís, por todo suporte administrativo. Quero agradecer especialmente também, ao Felipe, das vezes que duvidei da minha capacidade você foi fundamental para eu acreditar que poderia aplicar ao mestrado. A todos que sempre se interessaram ou apenas tiveram que me ouvir incansavelmente sobre as ansiedades e problemáticas da minha pesquisa, da vida e desafios: Matheus, Renato, Flávio, Rodrigo, Nayara, Roedel, Carol. Um agradecimento sincero.

Devo também agradecimentos aos órgãos de financiamento de pesquisa, especialmente à FAPEMIG, pelos recursos disponibilizados para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Manoel Bomfim apresentou um campo analítico e normativo que traduziu o pensamento político democrático mais avançado, do período que vai do fim da monarquia até a revolução de 1930. Formulou de modo inovador, sistemático e coerente um pensamento de interpretação histórica do Brasil e das dinâmicas políticas e sociais. Nenhum pensador deste período vinculou a defesa da soberania popular à crítica das políticas oligárquicas do Estado brasileiro. Foi capaz de identificar na dinâmica das classes políticas o conservadorismo persistente, ao deslocar o problema das teorias raciais utilizadas para explicar as desigualdades do país, que encontraram um terreno fértil de recepção no Brasil. Revisitar a obra de Manoel Bomfim com o apoio do referencial teórico do republicanismo permite evidenciar centralmente um núcleo conceitual do léxico republicano em seu pensamento. A partir da análise da fortuna crítica de seu trabalho, identifica-se que por ser desconhecida de seus intérpretes mais reconhecidos, a utilização do léxico republicano na narrativa do autor passou despercebida. O esforço de identificação de Manoel Bomfim como um pensador da tradição republicana, possibilita delimitá-lo explicitamente de outras tradições que existiam na Primeira República, por exemplo, em relação ao liberalismo oligárquico e ao positivismo. As análises que ressaltam a importância do léxico republicano no processo de formação do pensamento político moderno ganharam espaço na história do pensamento político desde os anos 60. Autores como Hans Baron, Skinner, Pocock, e, no Brasil, Newton Bignotto, Heloisa Starling, para ficarmos somente com alguns, favoreceram para que um velho paradigma historiográfico – que via no marxismo a primeira linguagem concorrente à tradição liberal – fosse quebrado. Assim, na esteira desse movimento que, em diferentes partes do mundo Ocidental, tem dado maior complexidade aos estudos do pensamento político, o trabalho se propõe a ressaltar como a obra de Manoel Bomfim se apóia fundamentalmente em elementos centrais da tradição do republicanismo. Em relação ao Pensamento Político Brasileiro, este trabalho se enquadraria nas tentativas de interpretação de um pensamento político brasileiro a partir das tradições políticas formadoras do Ocidente, como algumas abordagens de Wanderley Guilherme dos Santos e Christian Lynch. Parte-se da ideia de que é possível falar em matrizes do republicanismo, porque há uma linguagem política

compartilhada ao longo do tempo, mas que responde aos problemas contingentes para a análise do Pensamento Político Brasileiro. Parte-se do movimento dialético da relação contextual ou histórica como dimensões constituidoras do método de investigação da história das ideias.

Palavras-chave: Ciência Política; Republicanismo; Manoel Bomfim.

ABSTRACT

Manoel Bomfim presented an analytical and normative field that translated the most advanced democratic political thought, from the period from the end of the monarchy to the 1930 revolution. He formulated an innovative, systematic and coherent historical interpretation of Brazil and political and social dynamics. No thinker of this period linked the defense of popular sovereignty to the critique of the oligarchic policies of the Brazilian State. He was able to identify persistent conservatism in the dynamics of political classes, by shifting the problem of racial theories used to explain the country's inequalities, which found fertile ground for reception in Brazil. Revisiting the work of Manoel Bomfim with the support of the theoretical framework of republicanism makes it possible to centrally highlight a conceptual core of the republican lexicon in his thought. From the analysis of the critical fortune of his work, it is identified that because it is unknown to its most recognized interpreters, the use of the republican lexicon in the author's narrative went unnoticed. The effort to identify Manoel Bomfim as a thinker of the republican tradition makes it possible to explicitly delimit him from other traditions that existed in the First Republic, for example, in relation to oligarchic liberalism and positivism. Analyses that emphasize the importance of the republican lexicon in the formation process of modern political thought have gained space in the history of political thought since the 1960s. Authors such as Hans Baron, Skinner, Pocock, and, in Brazil, Newton Bignotto, Heloisa Starling, to name just a few, they favored breaking an old historiographical paradigm – which saw Marxism as the first language competing with the liberal tradition – to be broken. Thus, in the wake of this movement that, in different parts of the Western world, has given greater complexity to the studies of political thought, the work proposes to highlight how the work of Manoel Bomfim is fundamentally based on central elements of the republicanism tradition. In relation to Brazilian Political Thought, this work would fit into the attempts to interpret Brazilian political thought from the political traditions that formed the West, such as some approaches by Wanderley Guilherme dos Santos and Christian Lynch. It starts from the idea that it is possible to speak in matrices of republicanism, because there is a political language shared over time, but which responds to contingent problems for the analysis of Brazilian Political Thought. It starts with the dialectical movement of the

contextual or historical relationship as constitutive dimensions of the method of investigation of the history of ideas.

Keywords: Political science; Republicanism; Manoel Bomfim.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A tradição republicana	13
O pensamento político brasileiro	15
O republicanismo como linguagem política	17
A tradição republicana brasileira	23
CAPÍTULO 01– NA BUSCA PELO LUGAR: AS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES ACERCA DO PENSAMENTO DE MANOEL BOMFIM	25
Uma teoria biológica da mais-valia: a interpretação de Flora Sussekind e Roberto Ventura	28
José Maria de Oliveira Silva: Manoel Bomfim e o radicalismo republicano	34
Antônio Cândido e os radicalismos no Brasil	36
André Botelho e o batismo da instrução	42
Uemori: explorando em campo minado e a sinuosa trajetória de Bomfim	50
Resolvendo as tensões, os limites e as possibilidades da obra de Bomfim à luz do republicanismo democrático:	56
A educação	60
A nação e a história	71
Regime político e democracia	84
Reforma e revolução	89
CAPÍTULO 02 – A PRIMEIRA REPÚBLICA E A ENCRUZILHADA DAS LINGUAGENS POLÍTICAS	96
Manoel Bomfim e o pensamento republicano democrático brasileiro	96
A República sob contexto	97
Rui Barbosa e a crítica liberal na Primeira República	100
A crítica de origem positivista: Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna	107
Euclides da Cunha: “o sertão vai virar mar”	111
Alberto Torres, o Estado e a organização nacional	116
Oliveira Viana e a modernização autoritária	125
Bertha Lutz e a crítica feminista da Primeira República	130
A crítica republicana democrática de Manoel Bomfim	134
Fundamentos do pensamento crítico de Bomfim	140
A agenda crítica propositiva de Manoel Bomfim	146
O republicanismo de Manoel Bomfim como linguagem para os impasses políticos e sociais da Primeira República	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
A reflexão acerca da formação do pensamento republicano democrático	169
BIBLIOGRAFIA	174

INTRODUÇÃO

Qual o sentido de pensar no século XXI o republicanismo democrático de Manoel Bomfim datado do início do século passado? O momento em que Bomfim anunciou seu pensamento está na gênese da República brasileira, aprofundar e conhecer a dimensão histórica que originou a nossa república possibilita uma visão mais rica e crítica da própria atualidade, alargando a capacidade de análise dos impasses e das fraturas que estão na raiz do processo republicano.

Caracterizar o eixo das linguagens e culturas políticas desse momento demonstra as saídas que cada uma desenvolveu a partir do contexto e das necessidades, possibilita encarar o ecletismo das tradições políticas em um país na periferia da chamada modernidade, evidenciando o sincretismo que a própria condição reserva. Como realizado neste trabalho, reconstituir as expressões do liberalismo oligárquico, dos pensamentos que têm um teor antiliberal e antirrepublicano, do republicanismo democrático e do pensamento feminista da Primeira República, é dar ênfase ao contexto como dimensão constitutiva das formulações ideológicas e políticas. Através da aderência ao contexto discursivo desses pensamentos é possível compreender a gênese, a historicidade e a permanência dessas linguagens na cultura política, isto é, a contribuição deste tipo de metodologia¹ amplia as questões acerca dos estudos de cultura política.

Enriquecer o conhecimento das linguagens políticas de um processo histórico revela também as dimensões conceituais envolvidas, porque permeiam o desafio de definição, redefinição, conceitualização da própria visão de mundo dos atores envolvidos. A legitimação e justificação como processos resultantes de uma ativa construção do mundo simbólico abre espaço para reflexões e campos de ação. Mesmo ao considerar que o processo político seja muito mais complexo do que a simples transposição de ideias e pensamentos, o impacto do papel das ideias e dos pensamentos na política é de primeira grandeza.

¹ A metodologia do contextualismo linguístico na história do pensamento político foi propugnada pela Escola de Cambridge a partir dos escritos de John Pocock, John Dunn e Quentin Skinner. As questões levantadas pela escola dizem respeito à abordagem da história das ideias políticas a partir da relevância do contexto histórico. O contextualismo tinha como alvo a história dos grandes ideais retirados de seu contexto, com a tendência de a história do pensamento político ser tratada exclusivamente em termos filosóficos.

O desenvolvimento de uma linha investigativa acerca da linguagem republicana através do contextualismo linguístico proposto pela Escola de Cambridge, cujos trabalhos de John Pocock (1969) e Quentin Skinner (2007^a) são referenciais que inspiraram este trabalho. Ao olhar para o contexto da Primeira República no Brasil e para as linguagens políticas, o pensamento de Manoel Bomfim será iluminado por contrastes e afinidades, em um movimento que permite aprofundar o conhecimento de sua obra e ao mesmo tempo compreender o lugar que esta ocupa na cultura política brasileira. Somando-se aos esforços relativos no estabelecimento da tradição republicana enquanto uma linguagem singular em suas diversas expressões históricas e doutrinárias.

As implicações referentes à consideração da tradição republicana enquanto linguagem central para a formação da modernidade tem profundas consequências nos quadros teóricos das teorias democráticas, isto porque passa pela revisão da tradição liberal enquanto único berço das linguagens políticas da modernidade, resultado da distinção e singularidade do republicanismo enquanto uma tradição que estruturou e pensou muitas das questões caras à modernidade.

O debate trazido pelo contextualismo linguístico, representou uma reviravolta importante, que esse trabalho se apoiará de maneira crítica em cima das questões levantadas pela metodologia que a Escola de Cambridge trouxe para a interpretação do pensamento político. É necessário também que se reflita sobre as formulações existentes acerca do pensamento político na cultura brasileira e as questões que foram trabalhadas tomando essa especificidade cultural, para o campo de interpretação do pensamento político.

A partir desse arcabouço metodológico e teórico, a ideia é permitir as condições para uma análise detida do pensamento de Manoel Bomfim, que a partir de sua posição e bagagem, procurou interpretar a formação e compreender as perspectivas que o futuro reservava para a sociedade brasileira. Acompanhar o desenvolvimento de sua obra, em suas principais publicações, evidencia o caráter especial e único de seu pensamento, mas, possibilita ao mesmo tempo, que se constitua uma historicidade de sua obra, isto é, saber que o vocabulário político de uma obra é partilhada e intersubjetiva, como é toda linguagem, e por isso toma parte em um contexto muito mais amplo, que faz sentido ser analisado de maneira dialógica no interior do próprio texto. Evidencia-se assim a maneira como o pensamento de Bomfim interpelava outros pensamentos políticos, e como ele

mesmo se colocava diante deles, quais eram os argumentos, os aportes teóricos mobilizados pelo autor na afirmação e singularidade de seu pensamento. Mobilizar a dimensão sincrônica e diacrônica na interpretação do pensamento político possibilitará que enriqueça a compreensão do tempo analisado.

A classicização do pensamento de Manoel Bomfim como um autor do republicanismo democrático brasileiro, é o que norteia este trabalho. É inevitável que coloque em questão o debate acerca do pensamento político brasileiro e suas caracterizações ao longo da história do pensamento político. Imprescindível também que se debata com os ganhos de toda uma família de estudos cujo tema é o estudo do republicanismo e suas variadas manifestações como um campo contemporâneo de estudos, como é o trabalho de Newton Bignotto (1991), Marilena Chauí (2003) com os estudos em Spinoza, e como vem sendo realizado no Centro de Estudos Republicanos Brasileiros (Cerbras).

A tradição republicana

Como dito anteriormente, a tarefa de interpretação de um pensamento político se viu afetada por um debate metodológico acerca das dimensões que constituem o ato mesmo de interpretação e análise da história do pensamento político. A Escola de Cambridge, em meados do século XXI, estabelece o aporte sincrônico e diacrônico, como dimensões importantes que inscrevem o pensamento político, e que por isso não devem ser ignoradas. Isso se colocava devido ao domínio de uma metodologia de investigação dos pensamentos políticos, que segundo Skinner (2007^a) no seu ensaio, *Significado y comprensión em La historia de las ideas* (tradução de Bocardo), estaria contaminando a história das ideias. O enfoque deste tipo de abordagem do pensamento acarretaria falsos dilemas e alimentaria confusões. Alguns equívocos comuns são alimentados pela sobreposição de temas e questões contemporâneas à sua temporalidade, no intuito de que estes textos clássicos teriam alguma coisa a dizer sobre questões perenes na filosofia. Ou o que esses textos clássicos não fossem capazes de dizer, pelo fato de que o analista está carregando suas noções e preocupações familiares na analítica do texto, não respeitando a temporalidade ali presente. Portanto são comuns investigações que pretendem evidenciar o que tal autor falaria sobre o Estado em um momento em que não existe Estado tal qual concebido na modernidade, ou qualquer outra dimensão

que não faria parte de seu horizonte, representando assim uma falsa polêmica². Ele elenca três mitologias na história das ideias que estariam levando a essas falsificações, a primeira seria a mitologia das doutrinas, como o exemplo do Estado, ou como o autor teria falado sobre a soberania popular, quando isso era mesmo inexistente no *hall* de questões. O segundo tipo de mitologia e está ligada a primeira, é a mitologia da coerência, que busca definir os autores em cima dos temas essenciais, e assim difratar seu pensamento por falta de coerência em temas externos à própria obra, quando na realidade, o dever do exegeta é analisar a obra em busca do maior grau possível de coerência interna. A terceira mitologia, a prolepse, estaria ligada à temporalidade. Um evento que para o analista foi central e importante em sua compreensão, mas que à época não teria sido tão central assim. O segundo perigo dessa mitologia é o pesquisador encontrar algo familiar no argumento que não possui de fato familiaridade, e afirmar um tipo de antecipação do pensamento, deslocando o autor de sua própria realidade, reivindicando até mesmo um status de genialidade para tal.

Ainda que Skinner represente um grande esforço metodológico da Escola de Cambridge, é importante citar John Pocock porque constitui, juntamente com Skinner, um dos referenciais dessa metodologia e tem suas próprias características. A ênfase de Pocock às permanências o coloca como um autor preocupado com as continuidades, que afirma a importância do ato de fala em si, mas também a relação do ato em sua forma mais ampla, em relação à retórica e ao discurso político. Sua análise acerca dos discursos políticos na Itália Renascentista e na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII para juntar os fios do humanismo cívico, é referência nesse sentido.

Se a compreensão da dimensão temporal, contextual para a análise do pensamento político provocou grandes debates, aqui no Brasil ela acarreta outras discussões, e por isso cabe perguntar de que forma o debate acerca das linguagens políticas interfere no campo de estudos do pensamento político no Brasil.

² Skinner afirma que o perigo recorrente de alargamento da compreensão histórica é carregar nossas expectativas que fazem parte do nosso quadro mental acerca do que alguém estaria dizendo ou fazendo. O pensamento é organizado a partir de constelações absolutas, e ter isso em mente, é enxergar como isso é colocado para o próprio pesquisador e como afeta suas considerações (DE ALMEIDA SANTOS, 2011).

O pensamento político brasileiro

As ideias e pensamentos políticos produzidos no Brasil, sempre tiveram que ver com a existência de uma referência, um parâmetro europeu tido como um pensamento universal, do qual toda a sua elaboração seria subsidiária. De ser um pensamento local, adaptado às condições específicas e por isso de alcance menor. As linguagens políticas produzidas fora do epicentro europeu, eram consideradas periféricas, porque a partir dos modelos culturais europeus marcados por uma perspectiva evolucionista, a auto-referência desses autores brasileiros é de uma cultura política marcada pela subalternidade e pelo atraso.

Esse mal estar de origem a partir do referencial europeu, acompanha a produção intelectual do pensamento político brasileiro. Não seria incomum que em momentos de reflexão acerca do pensamento político, esta seja uma dimensão evidenciada, a condição colonial e importadora da nossa sociedade reproduziria essas dinâmicas também em seu pensar. O pensamento político brasileiro é posto em relação e procura-se compreender o nível de distorção que o pensamento local teria em comparação ao europeu, este considerado original. Isto tem ao menos duas consequências: primeiro, atesta a incapacidade do pensamento brasileiro de ser original, se a cultura política é sempre importada, o que se faz em termos intelectuais é sempre uma assimilação de uma referência externa; segundo, a análise dos termos deste pensamento, será sempre comparado ao quanto é fidedigno à sua expressão original.

Os ganhos ao abordar historicamente as perspectivas permitem acompanhar o desenvolvimento das linguagens políticas, respeitando as dimensões contextuais sem minar a análise do próprio texto, mas enquadrá-lo a partir de uma perspectiva muito mais atenta, cuidadosa, dos elementos que o compõe. Esta dissertação se enquadra na área de análise do pensamento político brasileiro, a partir da obra de Manoel Bomfim, que pode ser considerada uma entre as obras que são clássicas da teoria política, ou seja, anterior à institucionalização acadêmica da ciência política (Lynch,2016).

O balanço realizado por Lynch (2016) sobre o campo de estudos do pensamento político brasileiro chama atenção ao fato de que a especialização universitária da ciência política enquanto disciplina teve de enfrentar a ideia de que o Brasil como um país periférico poderia fazer ciência, produzir teoria política, e que

não era apenas um pensamento social porque não possuía o nível de abstração e aprofundamento filosófico necessário. O trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos (1967,1978) é referência de pesquisa sistemática sobre o pensamento político brasileiro, chamou atenção para o eixo temático orientador do PPB, que seria a questão do atraso e da necessidade de desenvolvimento, de reformas para o estabelecimento de uma democracia capitalista moderna. Divide em duas correntes principais do pensamento político nacional, ambas como meios diferentes para alcançar a sociedade liberal, aquela denominada como a dos autoritários instrumentais e a dos liberais doutrinários. Apostavam no papel do Estado como propulsor da modernidade em meio à uma sociedade fragmentada para atingir o ideal liberal, ou na adesão às cartilhas norte-americanas e europeias através da modernização institucional, comprometidos com os interesses oligárquicos, respectivamente. O que difere da classificação de Bolívar Lamounier (1977, 1980, 1982), pela qual o pensamento político brasileiro seria dividido em duas correntes opostas, a dos autoritários e a dos liberais. Gildo Marçal Brandão (1998, 2005) é uma terceira via de classificação àquela nacionalista de Wanderley e liberal de Bolívar, que divide as linhagens de pensamento político brasileiro, ligando a manifestação de cada uma às classes sociais, marcado pelos estudos de Antônio Cândido (2006).

Essa visão ampla do campo permite que se tenha uma noção mais abrangente dos estudos e das questões que o envolve. Considerando as diversas linhagens do pensamento político a partir do quadro exposto acima, se vê em todos eles o apoio à dimensão histórica do pensamento político para a compreensão do mesmo. A reflexão centra-se sobre as formas que esses pensadores buscaram responder, alterar, justificar as demandas do ambiente político, aliada à compreensão histórica, tomando suas especificidades locais. Sem tomar parte sobre as orientações teórico-metodológicas de cada classificação sobre o pensamento político brasileiro, que não é o objetivo deste trabalho, o sentido aqui é se orientar para a abertura de uma visão histórica das ideias políticas, como se pretende.

O objetivo é abordar Manoel Bomfim, como um autor do pensamento político brasileiro, a partir dos tópicos que compõem a sua narrativa sobre a questão brasileira, delimitando seus referenciais no próprio texto da obra, e também, em relação às outras narrativas do pensamento político de sua época. Sobretudo por entender que a expressão do seu pensamento alude a um repertório conceitual

sobre o que é a política, no sentido de um pensamento herdeiro da tradição do republicanismo democrático. Somando-se aos esforços de identificação e sistematização da linguagem republicana democrática na cultura brasileira e na própria cultura política.

O republicanismo como linguagem política

As empreitadas acerca do conhecimento das linguagens políticas e da história das ideias frutificaram muitas percepções e levantaram tantas outras questões. Apenas uma parte foi pontuada com o intuito de evidenciar o sentido orientador deste trabalho, em relação ao papel de interpretação e análise do pensamento político.

Esses debates abriram portas para a reivindicação do republicanismo enquanto tradição política relevante para a cultura política da modernidade. Existem várias escolas de estudos sobre o republicanismo, na França com Claude Lefort (1972), a Escola de Cambridge na Inglaterra e o próprio Brasil que caminha para sua escola de estudos sobre o republicanismo, com as abordagens de Newton Bignotto (1991, 2013) Marilena Chauí (2003), e tantos outros. Há também o trabalho de Heloísa Starling (2013) acerca do caminhar descontínuo da tradição republicana em terras brasileiras e de suas especificidades.

O livro organizado por Newton Bignotto (2013) é exemplar porque recupera a dimensão histórica e singular desta tradição, que conserva uma linguagem política comum mas desenvolve, a partir das contingências históricas, formas de pensar às questões caras ao republicanismo. São identificadas cinco matrizes que construíram os conceitos fundamentais da tradição republicana, a matriz que surgiu em Roma na Antiguidade, a do Renascimento na Itália que recuperou e atualizou o republicanismo da pólis grega e de Roma, e as matrizes das três principais revoluções da modernidade ocidental, a inglesa do século XVII, a americana e a francesa dos séculos XVIII.

Quais seriam os pontos de contato entre as diversas matrizes que permita falar em uma linguagem republicana em comum? A tradição republicana é a linguagem política que manteve como central a liberdade a partir da ideia de uma vida ativa em defesa do interesse comum. Em cima disso, a linguagem republicana se aventurou em diversas épocas e locais, desenvolveu questões que respondiam

aos desafios postos. Elaboraram-se teorias sobre a lei, verificação e controle das autoridades públicas, direitos e outras questões. A liberdade como autonomia comparece nos autores clássicos e modernos do republicanismo e está relacionada à condição de não servidão. Assim, compreender a liberdade do cidadão é entender que este não está submetido a uma condição de escravidão, porque ele pode exercer sua autonomia em âmbito privado e público, porque participa de uma comunidade política livre, a soberania popular é o princípio que a institui e é possível pela cidadania. Por isso a liberdade só existe se sua condição de autonomia é garantida na e pela participação pública.

Os ingleses no século XVII inspiraram-se nos pensamentos de Tito Lívio (1919-40), Sêneca (128-35), para entender que liberdade só é possível quando se vive em um Estado livre, porque ser cidadão é poder tomar parte nos negócios públicos porque possuem o valor do bem público, como norte. Não ser livre é quando o cidadão tem limitada sua capacidade de tomar parte na política, ou o fato de estar exposto ao perigo de ser coagido, o que já significa perda da liberdade ou viver em sujeição (Skinner, 2012).

O que significa a liberdade nessas dimensões? Ela possui dois níveis e tem uma condição importante. Como bem coloca Pettit (1993, 1997), é a forma sob a qual os romanos viviam, eram senhores de si mesmos porque tinham uma série de espaços para serem livres e agirem como quiserem com o amparo da lei, que os protegia de serem dominados pelos outros, desta forma, a liberdade privada garantida pela lei. Também eram mestres de si mesmos através de um arranjo institucional, no qual a existência de várias assembleias no desenho institucional romano possibilitava que participassem da feitura das leis, assim a lei é coisa pública, não é vontade de um rei, rainha ou soberano. Essa lei em Roma era a lei do povo, dos cidadãos, protegia-os como indivíduos e era feita por eles como comunidade. Importante ressaltar que o cidadão era a oposição do escravo, e era também a oposição da condição da mulher, porque ambos viviam sob a vontade de outro, e não eram livres por isso. Era oposta também à condição daqueles que viviam sob um governo na qual a comunidade — destaque para a noção restrita de comunidade como apenas os homens livres e proprietários — era submetida a leis resultantes da vontade arbitrária do soberano. Isso leva a uma questão importante que comparece nessas dimensões da liberdade na linguagem republicana, não importa que você tenha uma série de escolhas e áreas para exercer sua liberdade

desimpedidamente, porque você tem um mestre benevolente, que lhe dá essas escolhas. Se você tem um *dominus*, você permanece um escravo, mesmo que seja um mestre benevolente, ainda que lhe ofereça uma série de escolhas, você está subjugado à sua vontade, você está a mercê de seu poder, você ainda é um escravo. A partir dessa concepção da liberdade essas ideias republicanas se espalharam ao redor do mundo e tiveram suas atualizações em cada matriz, influenciadas pelo tempo e espaço.

A própria condição de dependência é uma restrição da liberdade, mesmo que não haja interferência. É a sua participação na aprovação das leis do corpo político, possível pela extensão simétrica de direitos e deveres a todos, ou seja, a condição de cidadania: liberdade aliada à igualdade. Porque se todos são livres para poderem ser mestres de si mesmos e fazerem parte da lei, esta como coisa pública, todos são iguais porque a lei não é capturada por soberanos ou elites. A liberdade é a capacidade do autogoverno no plano individual e no plano social, assim ela se configura em duas dimensões, a liberdade do corpo político e a liberdade do cidadão. A liberdade alicerçada pela ideia de autogoverno é o que une os autores republicanos, mas não há consenso entre eles sobre o tipo de governo que é compatível.

Maquiavel é o intelectual que transicionou o republicanismo clássico para a modernidade, porque compreende que a lei como coisa pública é a forma como os romanos entenderam a tendência de ela ser capturada por interesses privados. Portanto inerente à política é a contraposição dos interesses daqueles que querem dominar e aqueles que não querem ser dominados, indicando um forte realismo de sua teoria. A incorporação desse contrapeso no funcionamento do regime político, ao abrir para as questões do conflito como o eixo fundamental da política e do pluralismo de valores que derivam dessa condição, é o grande marco da modernidade no pensamento de Maquiavel.

A liberdade é um imperativo que guia todo o corpo político, portanto ela é instituída pelo contrato social, a partir da ideia de soberania popular em Rousseau (1999). No contrato social a liberdade instituída pela participação do cidadão nas leis do corpo político, é imprescindível que seja acompanhada pela condição de igualdade, a simetria de condições de direitos e deveres é o que possibilita que exista a liberdade. No entanto, a concepção rousseauiana de corpo político e da cidadania é ainda estreita, porque a liberdade permanece em dimensões patriarcais.

Mary Wollstonecraft (2016), dialogando de forma crítica com Rousseau, atualiza em termos filosóficos a liberdade como condição que se estende às mulheres, estas por serem capazes de exercê-la. Ao contestar os princípios patriarcais da esfera pública, ela traz à luz do debate a esfera privada, e tematiza a liberdade como condição fundamental de homens e mulheres.

Quentin Skinner (2012) capta o triunfo ideológico do liberalismo na política anglo-saxã que embebeu uma nova visão de liberdade, acabando por colocar em escanteio a teoria neo-romana da liberdade e garantindo a hegemonia desta forma de pensar a liberdade no debate político ocidental após o século XIX. O debate acerca da soberania na Revolução Inglesa era objeto de disputa entre aqueles que defendiam o princípio do Rei e aqueles que defendiam a soberania como princípio exercido pelo Parlamento. Surge outro entendimento: com o aprofundamento da crise política daqueles anos de guerra civil e a soberania passa a ser identificada no corpo artificial do Estado. Essa forma de ver o Estado como um corpo artificial do poder e da soberania, que não está na ordem do corpo natural do monarca, ou de algum braço corporativo de pessoas, é um grande divisor do pensamento. Segundo Skinner há precedentes desta compreensão entre os juristas Romanos, e esse argumento viu um auge de desenvolvimentos por uma parte de filósofos dos direitos naturais, principalmente por Samuel Pufendorf (1672), mas dentro da teoria anglo-saxã, associa-se essa modificação a Thommas Hobbes (1996).

Parte desta ideia que, a liberdade de um membro do corpo político reside no fato dele ser desimpedido de exercer suas capacidades para perseguir seus desejos e interesses, assim o dever do Estado é proteger o indivíduo e seus direitos da ação de outros cidadãos. Hobbes (1996) sistematiza uma contraposição à ideia republicana de que a liberdade reside na soberania do corpo político e sua capacidade de assentir ou não em relação às leis que o orienta. Ao contrário, a liberdade não teria relação com a liberdade do Estado, não estaria diretamente relacionada como propõe os neorromanos. Não faria diferença se o Estado tem mecanismos de representatividade do corpo político, porque a liberdade não está na soberania popular como mecanismo fundamental do corpo político. A liberdade se separa dessa compreensão e reside na possibilidade de agir sem ser coagida, a medida da liberdade está no quanto de suas ações são ou não constrangidas pela lei. Assim a liberdade está na ausência da lei, porque a lei é uma coerção a qual sua vontade se conforma.

Estariam estabelecidas na filosofia uma nova forma de pensar a liberdade. Ganhou forças na medida em que a Revolução Gloriosa, com a queda do regime de Cromwell e a conseqüente derrota e deslegitimação do republicanismo, representaram o declínio da forma republicana da liberdade do humanismo cívico, e foi se articulando novas maneiras de legitimação da soberania. A obra de Locke (1988) é paradigmática do movimento da razão liberal como centro do Estado, porque ao conceituar a liberdade, ela busca dar sentido às novas formas sociais que surgiam com a ascensão do mercado como mecanismo regulador da sociedade, com o descrédito das razões republicanas democráticas e radicais. A liberdade tem suprimida sua dimensão ética-política, encaixando-se em um mundo cuja visão auto interessada dos indivíduos começava a atuar como imperativa. Por isso os tratados de governo de Locke, segundo Skinner (2012), podem ser interpretados como textos clássicos do contratualismo, no entanto, o entendimento da obra só é possível se reconhecer sua pretensão principal em intervir na crise particular da realeza Inglesa e na dimensão da soberania, como revelou a abordagem metodológica do contextualismo.

A liberdade como a ideia de não-interferência está relacionada à crise de legitimidade da soberania popular em termos republicanos, reconfigurada a partir do mundo privado como fator prioritário sob o mundo da política. Surgem como reguladores e protetores da liberdade, o Estado e o governo, submetidos à hegemonia da liberdade como direito natural, cuja sociedade é o momento de preservação da liberdade do estado de natureza. De forma contrária aos republicanos que veem a sociedade, o pacto social, como o momento de construção da liberdade. Segundo Guimarães³, é ao reorganizar a identidade conceitual da liberdade nos termos do mundo privado e do imperativo dos interesses, e identificando a sua gênese ontológica anterior ao Estado, que este se torna o organismo regulador da liberdade, responsável pelo qual a ação individual seja maximizada e desimpedida, o que se configura na unidade conceitual histórica da tradição liberal e suas diferenciações.

Outro momento importante de desenvolvimento do princípio da liberdade na linguagem do republicanismo ocorre durante a revolução norte-americana, os colonos embalados por uma retórica republicana levantando-se contra o parlamento

³ GUIMARÃES, Juarez. **Republicanism e Liberalismo**. Ensaio ainda não publicado.

do Reino Unido, exigiam a liberdade para serem livres do poder imperialista, de suas condições de escravidão mediante a condição de colonos. E essa virada é importante porque Lord North, então primeiro-ministro da Grã Bretanha, era contrário às agitações republicanas da colônia inglesa e em nome dele John Lind escreve um panfleto respondendo a um dos ingleses republicanos, Richard Price⁴, que era a favor da revolta colonial. O argumento partia de premissas estranhas, diferentes ao modo republicano de pensar a liberdade, e articula a concepção da liberdade como não-interferência para rebater os ideais republicanos que grassavam nas colônias. Por essa forma de conceituar a liberdade, era possível afirmar que aqueles colonos eram, sim, livres. John Lind partia da definição que ele credita à Jeremy Bentham: a liberdade é simplesmente a ausência de coerção, quanto mais espaço tem o indivíduo para agir, menos coerção ele é submetido, mais livre ele é. Isso tem duas implicações, você pode ser livre mesmo que haja alguém com o poder de coagir você, e segundo, todas as leis são coercitivas.

Assim ele justifica que os britânicos eram tão vítimas das leis quanto os colonos, porque eram coagidos da mesma forma. Portanto, reivindicar a liberdade, é ter mais espaço para agir sem sofrer qualquer interferência, mesmo que vivendo sob um poder colonial do qual você não pode intervir, porque em última instância o que importa de fato é, você ser livre pra agir sem sofrer interferência. Desta maneira, a concepção da liberdade como não-interferência que Lind pega de Bentham, acaba por justificar o colonialismo. Os utilitaristas ingleses, como Bentham, focaram na dimensão da liberdade em relação à expansão dos interesses individuais, garantida pela contenção de intervenção do Estado. Subjaz este entendimento, a formação da economia política liberal inglesa, que é a tradução da compreensão da liberdade como parâmetro para o funcionamento do mercado, desenvolvida a partir da liberdade dos indivíduos sem a intervenção estatal. A consequência disto é que a linguagem da liberdade no liberalismo desenvolve uma forma jurídico-política que, então, prioriza a dimensão da liberdade civil em detrimento da dimensão política. A tônica da liberdade na linguagem liberal recai em questões como diminuição da ação governamental e estatal, a defesa do livre-comércio e liberdade individual.

⁴ Richard Price (1723-1791) foi um republicano que escreveu *Observations on the nature of Civil Liberty, the Principles of Government, and the Justice and Policy of the War with America* (1776), um panfleto a favor dos colonos da América do Norte, que teve um papel central para a causa da independência norte americana.

Apresentada dessa forma, a principal contradição do liberalismo com o republicanismo é desenvolvida a partir de sua concepção de liberdade que resulta em formas distintas de compreensão acerca da natureza da soberania e de sua forma institucional. É a liberdade que comparece na tradição republicana garantida e protegida pela condição de autonomia através da cidadania, em que a comunidade política é a maior expressão dessa liberdade. Em franca oposição à compreensão da liberdade como não-interferência, na medida em que maior é a liberdade quanto mais for desimpedida a ação. O Estado e a política comparecem como guardiões desta liberdade na compreensão republicana da liberdade, não são vistos como possíveis ameaças à sua expansão, como a tradição liberal tende a pensar.

A tradição republicana brasileira

O intuito é investigar a existência de uma tradição republicana democrática no Brasil, que é diferente da tradição do liberalismo, é diversa do positivismo, e se apresenta de forma problemática nas tradições políticas brasileiras, porque sua formação é tardia e descontínua na cultura política nacional. O livro de Starling (2018) traz diversas pistas no que diz respeito à formação da linguagem republicana na América portuguesa. A tradição republicana chegou entre os séculos XVII e XVIII, ganhou centralidade nas últimas décadas do XVIII até meados do século XIX. Os chamados momentos fortes de formação dessa linguagem foram as sedições de Olinda (1710) e de Vila Rica (1720), reapropriadas e trabalhadas ao longo de todo o século, que nas décadas finais do XVII tiveram nas Conjurações mineira, baiana e carioca o ponto de virada, dando relevância ao significado da República naquele contexto. No início dos Oitocentos a linguagem republicana já era forte, desenvolvida por aqueles que pensavam em novas formas de governo e se apoiavam em valores, formando uma “tradição republicana”.

Foi na Revolução Pernambucana de 1817 que o auge do desenvolvimento dessa linguagem aconteceu, reverberando noções de igualdade civil e política em um país marcado pela escravidão. Além de se afirmar como uma tradição distinta do liberalismo, que naquela época, apoiava a escravidão e era contra a igualdade nos termos republicanos. Contudo, um percurso de desencontros e falhas durante o século XIX, fez com que a tradição republicana perdesse forças e respaldo, resultando no fato de que a república de 1889 não tenha se apoiado a partir da

linguagem republicana que se formou durante todo esse tempo. O estreitamento de significados do que é a república no início do século XX, ocorreu em dois sentidos e marcaram essa passagem. Segundo Starling (2013), a república deixou de significar um modo de pensar e fazer política, e a partir das influências do positivismo e do evolucionismo, passou a significar a ideia de futuro e progresso. A liberdade enquanto não-dominação como eixo da linguagem republicana que se ramificou em suas manifestações políticas, foi perdendo espaço e cedendo à compreensão estreita da república, como apenas antítese do regime monárquico, ou forma de governo para a democracia.

O estudo do pensamento de Manoel Bomfim permite aprofundar a questão do republicanismo democrático como lugar, e compreender o lugar da cultura do republicanismo democrático a partir de Manoel Bomfim. A pretensão deste trabalho é iluminar mais um autor/percurso desse caminhar descontínuo da tradição republicana em nosso país, e demonstrar a pertinência desse investimento intelectual necessário. Pode ajudar no alargamento da compreensão do impasse da democracia brasileira, ao vincular a problemática da soberania popular à conquista de direitos, que vê como interdependentes os avanços políticos e os avanços sociais como faces constitutivas da democracia, e investigar sobre a singularidade da tradição republicana e seu papel na formação da modernidade. O estudo do republicanismo reverberou no surgimento de questões metodológicas no campo de estudos das culturas políticas relativas à gênese, permanência de linguagens políticas, e história dos conceitos e historicidade. E isto leva a outra questão: o significado dos conceitos e linguagens que fundam e são a própria base da modernidade.

Recuperar a tradição republicana como fonte fecunda de ideais e valores que foram caros à modernidade, significa dar uma nova perspectiva à política contemporânea. Significa estabelecer um olhar crítico quanto à universalização da tradição liberal sobre as formas de compreensão e tratamento dos impasses políticos, que dominam o dicionário da ciência política e as suas respostas. Significa enriquecer a compreensão acerca da multiplicidade de valores e ideias que formaram as linguagens políticas da modernidade. Significa compreender o hibridismo, as influências mútuas das tradições políticas, como acontece entre o liberalismo e o republicanismo. Significa também conhecer as trajetórias dessas linguagens, como o republicanismo que se manifestou em matrizes e teve seu auge

nas revoluções do séc.XVII e XVIII marcadamente descontínuo no tempo e espaço, e o liberalismo que dominou a formação da modernidade ocidental a partir do século XIX.

A pesquisa será dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo é composto pela fortuna crítica de seu pensamento em diálogo com os ganhos da interpretação deste trabalho, que parte da compreensão de Manoel Bomfim como um autor da cultura republicana e democrática brasileira. Investigar as centrais interpretações feitas sobre o pensamento de Manoel Bomfim sob esse ponto de análise permite identificar como sua obra pode ser lida com mais profundidade e coerência como expressão da tradição republicana democrática. Estabelece-se um diálogo frutífero com as interpretações do pensamento de Bomfim e os pontos recorrentes em cada uma delas, de maneira que este trabalho busca a partir do reconhecimento do léxico republicano democrático em Bomfim, desenvolver um tratamento das principais questões e tensões de seu pensamento a partir disso. O segundo capítulo contextualizará o pensamento de Manoel Bomfim, o intuito é dar relevo às linguagens políticas e às questões levantadas por elas no seio da formação da república brasileira e enriquecer o entendimento desse momento histórico importante. Compreender o pensamento de Bomfim contextualmente permite identificar de que forma ele se delimita destes outros pensamentos, como o liberalismo oligárquico e o positivismo antirrepublicano, da Primeira República e ao mesmo tempo permite identificar de que forma ele se aproxima das linguagens do republicanismo democrático e de linguagens feministas. Segue-se a conclusão do trabalho, apontando os ganhos da interpretação do seu trabalho como autor dessa tradição e a atualidade do republicanismo democrático de Manoel Bomfim aos desafios colocados à trajetória da democracia brasileira.

CAPÍTULO 01– NA BUSCA PELO LUGAR: AS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES ACERCA DO PENSAMENTO DE MANOEL BOMFIM

A interpretação de uma obra tem uma multiplicidade de possibilidades, pois são infinitas as interações entre o intérprete e a obra, no qual o tempo e o espaço são fatores que se combinam de modo a realizar uma leitura muito própria nesse

sentido. São maneiras de reconstruir o próprio texto, porque são mais do que apenas uma leitura, são compreensões que atestam as implicações de significação da obra. Portanto, a compreensão de uma obra passa por conhecer a diversidade desses significados já assumidos por outros trabalhos que formularam uma compreensão da obra em questão.

Nesse sentido, este capítulo pretende integrar as interpretações do pensamento de Manoel Bomfim no que trazem de possibilidade de conhecimento. Importante destacar que não tratamos de maneira exaustiva de todas as interpretações da obra de Bomfim, mas as que trouxemos constituem importante tempo de compreensão da obra, uma vez que pretendemos unificar, em uma leitura geral de suas tensões, aquelas questões que para os intérpretes são cruciais para a interpretação. Ao fazer uma leitura dessas tensões, pretende-se compreendê-las a partir da inserção de Manoel Bomfim na tradição republicana. Ou seja, o propósito deste capítulo é repassar a fortuna crítica do autor, à luz do entendimento do pertencimento de Manoel Bomfim à tradição do pensamento republicano democrático. É exatamente o ponto central deste trabalho, constituir uma leitura da obra do autor como herdeira da tradição do republicanismo democrático, isso implica, portanto, em revisitar as interpretações já realizadas do seu pensamento.

Trabalhos interpretativos estes, que se situam num contexto o qual há uma retomada de sua obra, e o reconhecimento de sua importância no pensamento político brasileiro. A pluralidade de estudos que sistematicamente tomaram a obra de Bomfim como objeto de pesquisa é crescente, sendo o estudo de Rebeca Gontijo (2001) é exemplar no levantamento dessa bibliografia⁵. Serão consideradas as singularidades de cada interpretação e aquilo que possuem em comum. A começar, todas buscam um lugar para o pensamento de Manoel Bomfim, de forma a compreender como ele se posiciona a partir do quadro mais geral do pensamento político, de maneira a posicionar o autor em relação a pensadores e tradições políticas. O contexto é tomado como ponto de partida que atravessa as diversas elaborações do pensamento social brasileiro. Tem-se um panorama bastante diverso, do ponto de vista político, dos autores que pensaram sobre a Primeira República e a resposta por eles dada aos desafios postos por esse contexto. De formação de uma nação, de construção de uma sociedade, de reflexões sobre o que

⁵ Em seu trabalho, Gontijo (2001) retratou a fortuna crítica acerca do autor, no intuito de compreender a imagem construída de Bomfim no legado intelectual brasileiro.

foi, o que era e o que viria a ser. Nesse sentido, as interpretações buscam compreender o lugar de Manoel Bomfim tendo em mente o horizonte do pensamento social brasileiro e a maneira como sua obra dialoga com esse panorama.

O intuito de abraçar estas interpretações é enriquecer ainda mais a capacidade analítica do ponto de vista desenvolvido, além de conseguir ampliar a fortuna crítica do pensamento de Manoel Bomfim, no sentido de oferecer um guia de leitura ao pensamento do autor e às próprias interpretações de seu pensamento. O trabalho interpretativo de Flora Sussekind e Roberto Ventura (1984) propõe uma leitura acerca dos motivos pelos quais a obra de Bomfim se tornou pouco conhecida, evidenciando os pressupostos argumentativos que desenvolveram o pensamento de Manoel Bomfim. O trabalho de Oliveira Silva (1990) se estende por diversas publicações. Aqui interessa sua dissertação, que aborda especificamente o viés radical e a tensão com os pontos conservadores do pensamento de Bomfim. Pela importância de Antônio Cândido para o campo do pensamento social brasileiro e a capacidade com que ele articulou um panorama do radicalismo, o seu artigo (Candido, 1990) sobre a ocorrência do pensamento radical, considerando diversos autores como o próprio Manoel Bomfim, é mobilizado também neste trabalho. A dissertação de André Botelho (1997) interpreta, a partir das chaves da educação e da modernidade, presentes no horizonte da geração modernista de 70, na qual Bomfim é incluído por ele, a proposição da ideologia ilustrada como solução dos problemas nacionais. Por fim, Uemori (2006) apresentou sua tese a partir da abordagem das “idiossincrasias e ambiguidades” do pensamento de Manoel Bomfim, examinando as tensões e analisando a coerência da obra do autor em dois momentos, comparando o seu primeiro livro, *A América Latina*, e a trilogia que corresponde a sua última obra.

A construção deste capítulo passa pela discussão das interpretações à luz da pertinência de Manoel Bomfim à tradição republicana democrática, que é a partir dessa noção, inclusive, que as tensões não resolvidas no interior de seu pensamento podem ser mais bem compreendidas. A maior delas é a de atribuir a formação de uma nacionalidade no seio das contradições do colonialismo. Portanto, parte-se da noção de que a tradição republicana tem suas atualizações em contexto, formando suas matrizes. Mas o que permite identificar um núcleo de sua linguagem, o que a caracteriza centralmente, é a vinculação de liberdade ao princípio de

autonomia. Ou seja, a condição de não liberdade está envolvida a uma condição de heteronomia, de dependência.

A condição heterônoma pode ser tanto direta, como é o caso de uma pessoa escravizada e seu senhor, como estrutural, quando a dependência está colocada sob uma ordem de condições. A liberdade existe quando o indivíduo não está submetido a uma condição de servidão, na qual não pode exercer sua autonomia. Dessa forma, sua condição autônoma é conquistada e perpetuamente garantida, enquanto cidadão que participa da formulação das leis fundamentais que organizam o corpo político. Então, existem duas condições que se configuram mutuamente para a condição de liberdade enquanto autonomia, a cidadania e a soberania popular. A cidadania ativa forma a soberania popular e a soberania popular forma a cidadania ativa, porque são condições para que a liberdade se efetive como autonomia.

Essa noção de liberdade está no centro da formulação do pensamento de Manoel Bomfim, seja na sua análise, narrativa, ou agenda, em que sua ideia de governo, legitimidade, justiça derivam dessa compreensão, que possibilita identificar os pontos fortes de afinidade de seu pensamento à tradição do pensamento republicano democrático. Tradição esta, que ele próprio busca se inserir e dar seguimento à história ainda não escrita da linguagem republicana. Portanto, serão abordados quatro temas fundamentais, educação, nação/história, regime político/democracia, reforma/revolução, que dividem os intérpretes de Bomfim, para desenvolver posteriormente o ganho interpretativo da coerência dessas tensões de seu pensamento, a partir do seu vínculo à tradição do republicanismo democrático.

Uma teoria biológica da mais-valia: a interpretação de Flora Sussekind e Roberto Ventura

O livro *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim* (1984) de Flora Sussekind e Roberto Ventura foi um marco na interpretação da obra de Bomfim. A análise dos autores objetivava entender o esquecimento de um autor como Bomfim, que paradoxalmente não passou despercebido em sua época já que recebeu as reações convulsivas do relevante Silvio Romero e foi convidado por ninguém menos que Machado de Assis a ser membro fundador da Academia Brasileira de Letras, tendo inclusive, recusado o convite. Quem foi esse intelectual

brasileiro que chamou atenção aos quadros mais vivos da inteligência nacional da época, e que, no entanto, foi esquecido?

O que chama atenção é como a linguagem de Bomfim denuncia e rompe com os paradigmas de sua época, uma parte do trabalho tem o intuito de revelar a maneira pela qual o autor construiu um discurso crítico. Os pontos criticados por Bomfim sobre o pensamento social da época abalavam aquilo que era considerado o cerne deste pensamento, a linguagem cientificista guiada pela neutralidade e objetividade. O cientificismo como discurso buscado pelos pensadores da época é bastante valorizado devido à legitimação desta linguagem no campo do conhecimento. Motivados pela ideia de que a verdadeira ciência se guiava pela objetividade e neutralidade, assim, o conhecimento adequado era resultado da aplicação desses valores à pesquisa e análise. Manoel Bomfim também critica a ciência que toma as homologias como forma de conhecimento, como se os diversos campos da realidade tivessem correspondência entre si, como faz o darwinismo social, ao transplantar uma lógica biológica e natural à dinâmica humana e das relações sociais.

Bomfim critica Nina Rodrigues e seu paradigma étnico-biológico que não admitia nenhuma influência da ciência na exploração dos negros, porque acreditava que se constatou cientificamente a inferioridade racial e que era apenas o papel da ciência se cumprindo. O que faziam com as descobertas científicas, não se colocava em questão, porque a ciência se guiava por princípios de neutralidade axiológica. Opõe-se também a Silvio Romero, e a grande parte da intelectualidade brasileira que replicava o cientificismo, a objetividade e neutralidade, como necessário e suficiente. Isto porque a perspectiva de análise que irá utilizar é justamente oposta, guiado pelo interesse, princípio este que não retiraria a validade do conhecimento. O que torna uma investigação pouco confiável, não é a explicitação de interesses como perspectiva analítica, mas a dissimulação dos interesses na orientação da investigação. Ele desloca um princípio muito caro aos intelectuais de sua época, e constrói no interior desse discurso científico, um discurso crítico, que vai apontar as contradições da dita neutralidade e objetividade científicas. Julga também o positivismo, sua forma teleológica de ver a história, a noção de progresso aliado à ordem e manutenção do *status quo* tão criticado por ele.

Na rejeição Althusseriana da oposição entre ideologia como discurso lacunar e ciência como discurso pleno, Marilena Chauí (1978) coloca a via do contra

discurso, como o anti-discurso da ideologia, não porque é não-ideológico, mas porque é a oposição ideológica do discurso. Os autores guiam-se por essa ideia de contra discurso, na análise do pensamento de Manoel Bomfim. Identificando seu viés crítico e de aberta franqueza quanto aos princípios e aos objetivos; os autores destacam a construção teórica de seus argumentos. A ideia central de Bomfim, é uma teoria da expropriação do valor a partir de uma metáfora biológica. Aí residiria a estranheza de seu pensamento.

Vista recorrentemente de forma negativa pelos intérpretes⁶, a linguagem interessada de Bomfim, movida a paixões e excessos sentimentais, é analisada pelos próprios autores, que a vêem de certa forma estranha às formulações científicas. No entanto, Bomfim não se lamenta da perda de objetividade, princípio pelo qual as formulações do racismo científico e outras teorias abjetas do egoísmo humano se guiavam.

Bomfim coloca-se crítico aos biologismos e à linguagem científica, cúmplice da exploração; ele ainda não é capaz de romper com uma linguagem biológica. O que muda, segundo os autores, é a forma como ele utiliza essa linguagem. A utilização homológica entre as realidades biológicas e sociais vista de maneira crítica por ele, difere da utilização metafórica que vai desenvolver. É identificado o “parasitismo” como o eixo do sistema metafórico utilizado por Bomfim, que por isso não rompe com a linguagem científica utilizada, mas que vai utilizar estas mesmas categorias de forma a criticar por dentro o discurso científico hegemônico.

A grande questão: por que não se fala de Manoel Bomfim? Colocada por Vamireh Chacon em *História das Ideias Socialistas no Brasil*(CHACON, 1981), ecoou pelo tempo. Entre as explicações⁷ estaria a presença de uma linguagem muito sentimental, a utilização de metáfora como um obstáculo a compreensão do social, um deslocamento em relação aos autores de sua época a partir de propostas e visões que não eram compartilhadas. Segundo os autores a opacidade de Bomfim, se dá em várias frentes, como a dupla referência ao histórico e biológico, oscilação entre paixão e uso crítico de uma terminologia científica.

⁶ Nelson Werneck Sodré e Dante Moreira Leite destacaram, com algum pesar, o excesso de sentimentalismo de Manoel Bomfim, mas isto não impediu que se colocassem favoráveis à obra (SUSSEKIND; VENTURA, 1983).

⁷ Chacon (1981) afirmava que era por causa da ameaça que sua obra representava ao denunciar os historiadores colonialistas e porque ele supera uma interpretação econômica. A metáfora é destacada por Antônio Cândido que a vê como uma estreiteza de argumentos e Dante Moreira Leite pontua o desencontro de Bomfim por ser um nacionalista e um socialista em uma época que o pessimismo e o fascismo de Mussolini estavam em alta.

O parasitismo como cadeia de base para todos os outros desenvolvimentos de Bomfim, é tomado de empréstimo à biologia, suas fontes são Émile Vanderverde e Jean Massart⁸, que bifurcaram a teoria do parasitismo em duas chaves, a biológica e a sociológica. Essa, no entanto, era uma divisão que não faria uma homologia entre tais realidades, mas seguiria um esquema lógico de metáfora, que é o que parece ter sido feito por Bomfim. Ainda falando em uma linguagem organológica, no qual a sociedade é vista como um organismo vivo, mas não como um reflexo de organismo biológico, é utilizado concepções como equilíbrio, saúde, degeneração para compreensão do corpo social. O parasitismo composto por uma relação entre duas partes, o parasita e o parasitado, seria a metáfora utilizada por Bomfim para explicar como de forma interna entre classes, e externa entre metrópoles e nações, aconteceria a produção e a apropriação do valor, assim a preocupação econômica em Bomfim não é formulada em termos econômicos mas em um quadro interpretativo biológico.

Em outras palavras, Bomfim estaria se atentando à luta de classes e ao imperialismo a partir da metáfora do parasitismo. Os autores fazem uma aproximação de Bomfim a Marx, a partir da concepção de Estado que subjaz em cada um deles. Em ambos os autores compareceria uma leitura crítica da ideologia liberal de Estado e sua instrumentalização para interesses específicos, se afastando dos interesses gerais da sociedade. O desenvolvimento consequente para a sociedade se daria pela reação daqueles aliados do poder, dos oprimidos, a essa dinâmica liberal do Estado. No entanto, surge uma diferença na visão dos autores que separam irremediavelmente ambos: Bomfim apostaria numa solução nacional para a mudança do Estado policial para um Estado previdenciário guiado pelo princípio da soberania popular. Em Marx o aspecto internacionalista de seu pensamento toma relevo, quando se trata de transformação, visto por uma perspectiva histórica dos trabalhadores em nível internacional.

Para a interpretação desta dissertação, essa leitura mais marxista de Bomfim encontra dificuldades se você acessa seu livro *A obra do germanismo* (BOMFIM, 1915). Fica claro que o autor toma distância da interpretação dominante do materialismo dialético de Marx, mas ele se aproxima de outras tradições socialistas.

⁸ Os social-democratas belgas que escreveram o livro *Parasitismeorganique et parasitisme social* foram inspiração para a ideia de parasitismo de Bomfim na escrita de *A América Latina*. A noção geral emprestada da biologia para as relações sociais, é que o parasita vive às custas do outro.

Não é propriamente um marxismo, é um republicanismo mais socialista. As relações entre republicanismo e socialismo vão muito além do marxismo, como o socialismo francês e o socialismo belga por exemplo. Vanderverde e Massart que foram a inspiração para a noção de parasitismo de Bomfim, eram social-democratas belgas, identificados como republicanos.

Quanto ao aspecto nacionalista e patriótico que teria excluído uma visão internacionalista em seu pensamento, cabe ressaltar que o autor tinha em suas formulações o nacionalismo como necessidade para a efetiva soberania de uma república, mas que tal condição não exclui o internacionalismo.

Aouvi-los hoje, os comunistas franceses dizem-se os legítimos continuadores dos convencionais de 1893, que internacionalizavam os seus esforços pela liberdade, e, nesse mesmo empenho, lembram que aqueles revolucionários diziam-se patriotas, por isso que lutavam por libertar a sua pátria (BOMFIM, 2014c, p. 316)

Bomfim não exclui a crítica ao nacionalismo que está fora dessa compreensão de solidariedade, ou seja, este nacionalismo que é apenas a surdina de instintos conservadores. Portanto, é necessário matizar sua concepção nacionalista, ainda que não seja um internacionalista nos moldes de Marx.

O patriotismo cosmopolita republicano (EREZ; LABORDE, 2020) é um ideal cívico pelo qual a identificação do grupo é estabelecida a partir de um viés político, ou seja, eu me ligo a um determinado coletivo, dada a importância deste elo para a configuração da comunidade política da qual eu me vinculo como cidadão. Quaisquer outros motivos como étnicos, religiosos, não são gatilhos necessários, nem suficientes para a consolidação desse corpo político. O corpo político é a expressão da liberdade enquanto não servidão, na condição de autonomia que é inaugurada pela soberania popular e a cidadania⁹. Portanto, são os princípios vinculados ao estabelecimento da comunidade política para a minha condição de liberdade e igualdade enquanto cidadão que realmente importam. O ideal cívico nacionalista é um importante componente para a manutenção e integração desse coletivo, mas permite também, uma atitude crítica. Justamente porque seu compromisso é a condição de liberdade, condição essa que depende de um equilíbrio muito sutil, para que seja preservada. Portanto as atitudes do coletivo são

⁹ Sentir-se patriótico, é ser cidadão e soberano: “Como poderá o brasileiro se sentir na sua pátria, se é um dominado, espoliado em todos os direitos de soberania, qual o vencido de outras eras? A pátria não é abstração – para simples objeto de culto.” (BOMFIM, 2014c, p.219).

sempre avaliadas na medida em que elas colaboram ou representam uma ameaça à existência da liberdade.

Assim, se o coletivo assentasse sob outros princípios de identificação como religiosos, étnicos, a atitude crítica teria uma avaliação e preocupações muito diferentes. Além de que a postura crítica seria muito mais problemática e até ameaçadora do ponto de vista da existência do grupo. Portanto tal compreensão possibilita uma postura crítica, porque a capacidade de transgredir os princípios que sustentam minha condição de liberdade está intimamente ligada à transgressão desses princípios em outros contextos. Desenvolve-se uma atitude analítica e ativa dos indivíduos perante as atitudes do coletivo o qual ele participa, porque a lógica de liberdade e servidão se estende a quem está fora ou dentro da comunidade nacional, porque ela estende-se à comunidade política. É por isso que nos livros de Bomfim são recorrentes as várias passagens críticas ao nacionalismo, patriotismo cego, inclusive com críticas às compreensões equivocadas de “patriotismo” do qual o governo do Brasil se valeu.

Note-se: os Paraguaiois só tinham, por si, a abstrata justiça, e o valor inalterável da sua gente; no mais, a sua estratégia estava abaixo da dos aliados. E resistiram cinco anos, numa tenacidade heroica, que só não foi estúpida porque foi sublime. Era a indefectível necessidade de não ceder, para patentear o crime do ataque inexorável a um povo americano, que não dera nenhum motivo para qualquer ataque. Eis a razão por que um brasileiro nunca poderá reconhecer legítima bondade em Pedro II. Nunca! E patriotismo? Não pode haver patriotismo, em valor de virtude, fora da boa justiça e da bondade (BOMFIM, 2014c, p.306).

Os autores ainda destacam que a trajetória de Bomfim de *A América Latina* até *O Brasil Nação* pode ser colocada na desmistificação do estado liberal em *A América Latinae* na impossibilidade de conciliação de classes em sua obra agônica, o que revelaria um afastamento do autor ao ideal liberal-republicano a favor de uma solução revolucionária.

Indo de contra às interpretações que retratam a ideologia ilustrada como estreitamento da radicalidade de suas proposições, que só seria levada às últimas consequências quando propõe uma revolução no seu último livro, os autores apontam ser a linguagem biológica e o nacionalismo, como os pontos menos favoráveis de seu pensamento. Porque a metáfora foi insuficiente para abrir uma nova linguagem, e ao privilegiar o nacionalismo, amorteceu a ruptura a favor de

capitulações mais consequentes ao não apontar um horizonte a que se queria chegar.

José Maria de Oliveira Silva: Manoel Bomfim e o radicalismo republicano

Oliveira Silva destaca o viés radical de Manoel Bomfim em meio ao domínio do pensamento conservador no Brasil. Para o intérprete, isso não exige a contemporaneidade do seu pensamento, de ser um autor do seu tempo, repercutindo ideais da própria época, embebido de formulações contemporâneas. Contudo, a identificação de sua obra está ligada ao campo progressista e radical, pensando nos próprios elementos que a compõem e, a partir da comparação e análise com o pensamento do campo conservador.

A noção de igualdade racial é o pilar que estrutura e garante o lugar do pensamento de Bomfim nas teorias radicais. Ao desmistificar a desigualdade inata das raças e as teorias biologizantes da sociedade, o autor desmonta o arcabouço teórico utilizado pelo pensamento hegemônico da época. Isso possibilitou que fosse capaz de enxergar as contradições dessas elaborações, desmascarando o viés político que as orientava.

A partir da análise que realiza da historiografia, Bomfim faz duras críticas às elaborações que, voluntariamente ignoram acontecimentos e se legitimam em cima de premissas equivocadas que dão sustentação às argumentações. Esse apagamento legitima uma história que dá destaque ao papel dos colonizadores e de justificativa, em último sentido, desse papel como obra de progresso e civilidade. O intérprete faz uma importante análise da historiografia e do nacionalismo, como pontos de articulação do pensamento de Bomfim. O sentido do nacionalismo em sua obra é buscar através da história, expressões de luta pela liberdade, de resistência à condição colonial. Que é sistematicamente abafada por uma historiografia, representada por Rocha Pita, Varnhagen e Oliveira Lima, de viés colonialista e português da história brasileira, que seria o suporte teórico e político de dominação dessa tradição.

As críticas, ao darwinismo social e à apropriação sociológica desses pressupostos por Manoel Bomfim, buscaram nas palavras do próprio Darwin que estudava a evolução, a indevida transposição da lógica evolucionista aos estudos das relações humanas. O autor também defendeu a predominância do espírito

solidário, e não competitivo, para o êxito das sociedades até então, além de afirmar que a evolução estudada por Darwin e seus mecanismos, dava-se sob o ponto de vista naturalista. Manoel Bomfim não utilizou apenas Darwin para combater as teorias do racismo científico e o darwinismo social, empregou pensadores e antropólogos prestigiosos, mas desconhecidos por grande parcela dos teóricos racialistas, como Jean Louis de Quatrefage¹⁰.

Descartada a possibilidade de uma inata desigualdade racial, Manoel Bomfim aposta em um leque de possibilidades para o desenvolvimento do país, pois se não há uma inaptidão inerente, é possível transformar as condições sociais e o futuro da sociedade. A resposta para os problemas da sociedade partia da ideologia ilustrada, que corresponderia a um conjunto de ações que visavam a educação do povo para sua emancipação. Segundo Oliveira Silva, a ideologia ilustrada era a ideia de que a educação poderia garantir uma progressiva transformação da sociedade, preparando o povo para a vida social e política e sua incorporação às novas formas de produção com o trabalho assalariado. Dessa forma, Oliveira Silva identifica que a solução proposta por Bomfim faz parte da caracterização radical de seu pensamento, por haver dois projetos em conflito. Um projeto defendia uma educação restrita, contrária à instrução popular, baseada na ideia de que apenas as elites poderiam se beneficiar da educação. O outro projeto, tal como proposto por Manoel Bomfim e os pensadores da ala radical, pensavam a educação como um direito irrestrito, por ser essencial para construção e aprimoramento da vida em sociedade. Além de que o voto restrito aos analfabetos, o que correspondia mais do que a maioria da população brasileira, a defesa da educação popular significava a defesa da cidadania e representava um enorme avanço dos direitos políticos na afirmação da igualdade política.

Sobre a análise dos aspectos conservadores da obra de Manoel Bomfim, Oliveira Silva destaca a noção de “caráter nacional”, pois se sustenta em preconceitos biológicos, geográficos e climáticos determinantes. Segundo o autor, ainda que o diagnóstico seja diferente das teses racialistas da época, Bomfim utiliza-se da essencialização para a compreensão da realidade social. Outra dimensão

¹⁰ Jean Louis Armand de Quatrefages de Breau (1810-1892), foi um médico e antropólogo francês que elaborou uma teoria anti-evolucionista e escreveu uma importante obra: *Quatrefages, L'unité de l'espèce humaine* (1861). Foi citado por Nina Rodrigues no seu artigo *Mestiçagem, degenerescência e crime* (1889) como expoente de um pensamento que elogiava a mestiçagem da América do Sul e destacava o exemplo de sucesso que gerou os paulistas, uma população mestiça e enérgica (RODRIGUES, [1889] 2008).

conservadora de seu pensamento é a maneira como ele reescreve o passado para dar sentido e reforçar o caráter nacional, acima de qualquer disputa de classes, abafando as dissensões e conflitos sociais, aspecto conciliador da historiografia idealizada por Manoel Bomfim. Alguns aspectos da ideologia ilustrada, do seu projeto de educação, podem ser considerados de forma conservadora, pois a escola é vista como um instrumento de formação e adequação das classes trabalhadoras.

A necessidade das luzes era o argumento usado para dar forma ao cidadão, regenerar a sociedade doente, improdutiva, indolente e reduzida à miséria. Ao produzir uma certa imagem ideal da Nação e do povo – saudável, disciplinado, patriota, produtivo – o discurso pedagógico enfatiza o papel da Escola como meio adequado à integração das “classes inferiores” no seu projeto (SILVA, 1990).

A educação teria como objetivo integrar os diversos interesses da nação, estabilizando os conflitos da sociedade, prezando pela conservação da unidade nacional e por isso, o apaziguamento dos conflitos. Aí residiria o limite da radicalidade do pensamento de Manoel Bomfim, que para Oliveira Silva não rompeu com os interesses políticos e econômicos de sua classe, dada uma orientação ideológica de sua própria posição política.

O intérprete destaca mais uma vez a radicalidade do pensamento de Manoel Bomfim, considerada por ele a causa do esquecimento de sua obra, que foi capaz de incomodar as classes dominantes do país e os projetos oligárquicos republicanos. Ao finalizar sua análise, Oliveira Silva aproximou Manoel Bomfim ao bloco dissidente e radical de pensadores brasileiros.

Antônio Cândido e os radicalismos no Brasil

No artigo *Radicalismos*, Cândido verifica a ocorrência dos pensamentos radicais na história brasileira utilizando como referência três autores: Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Manoel Bomfim. A partir da constatação da predominância do conservadorismo na mentalidade e comportamento brasileiros, o autor sistematiza uma análise da manifestação do pensamento radical. O objetivo é entender como essa radicalidade se manifesta em um ambiente majoritariamente conservador, quais as tensões abarcadas e como elas se desenvolvem.

Segundo o autor, a definição de um pensamento radical, se caracteriza a partir de uma relação de contraposição ao pensamento conservador: “Pode-se

chamar radicalismo no Brasil, o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou” (CÂNDIDO, 1990, p. 04). A escolha pelo termo não é indiferente. De maneira geral, radicalismo é um conceito que se pode compreender a partir de seu surgimento e do seu uso, matizado pelas expressões e conotações relacionadas. Segundo Colombo (1998), o radicalismo é uma tendência política que data do final do século XVIII e XIX, ligada aos processos de grandes transformações na Europa, como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

Na agenda radical, está a defesa de reformas democráticas e igualitárias, cujo objetivo é a dissolução de privilégios, visto como um ataque ao *status quo* pelos conservadores. O primeiro uso que se tem registro de uma demanda tida como radical é a defesa de James Fox na Câmara dos Comuns, em 1797, pelo sufrágio universal. Os radicais ingleses envolveram-se na defesa dos colonos norte-americanos e contra o autoritarismo da Coroa nessa época. Colombo chama atenção para o fato de que os radicais nunca formaram um partido próprio. Inclusive coube ao movimento radical, as amplas reformas das instituições inglesas no século XIX, que fizeram ressentir os *whigs* e os *tories*; a reforma eleitoral, a legalização das organizações operárias, o sistema de saúde público e a universalização da instrução primária. Às vezes associando-se aos *whigs*, mas depois atuando mais como um movimento autônomo, foi incorporado no início do século XX ao movimento laborista.

Na França, os radicais denominavam um grupo heterogêneo de revolucionários, entre os quais estariam os republicanos revolucionários, que para escapar da repressão, utilizavam a alcunha de radicais na época da Restauração. Em 1901 com a formação do “partido republicano radical e radical-socialista”, os radicais foram abarcados, mas com uma tendência ainda muito marcada pela heterogeneidade. A trajetória do radicalismo na Itália, cuja existência veio a ser identificada a uma esquerda extrema parlamentar, foi uma dissidência de um republicanismo mais inflexível. Entre seus compromissos estavam, a universalização do ensino laico, público e gratuito, o sufrágio universal, redução de impostos sobre o consumo entre outras demandas.

Dessa forma, Antônio Cândido não está usando o “radicalismo” em vão. É possível identificar o uso e as conotações do termo “radical” ao longo da história, suas manifestações amplas e diversas, mas intimamente ligadas ao

republicanismo¹¹. À maneira como o autor define as suas formas e expressões nacionais, o radicalismo nunca se formou sistematicamente enquanto campo, devido ao seu caráter responsivo, até mesmo reativo aos problemas sociais, aos impasses colocados pelo momento, e sempre em contraposição à hegemonia do conservadorismo na sociedade. Ele afirma que Manoel Bomfim seria o primeiro escritor brasileiro que se deteve ao aspecto dominante do conservadorismo no país e do enquadramento das análises da nossa sociedade pela perspectiva conservadora.

Existe, portanto uma fraca sistematização dos pensamentos radicais, de maneira a estabelecer um campo discursivo, que dialogasse com seus pares e se definisse como tal. Outra característica é que o radicalismo, não é um pensamento revolucionário, porque esbarra nos limites de uma proposta de ruptura e transformação, especialmente devido ao seu caráter reformista, ligado às classes médias, portanto não há a defesa de uma transformação revolucionária em suas propostas. Em muitas das elaborações do radicalismo, a nação se torna um lugar privilegiado de análise e de resolução dos conflitos, afirmando um ideal de conciliação e harmonização dos interesses nacionais, ao contrário de uma análise, por exemplo, que prioriza as relações de classe, como centro propulsante e também, como ponto central para resolução destes conflitos. Ao contrário do pensamento revolucionário que é capaz de chegar às últimas consequências, o pensamento radical, mesmo que chegue às formulações revolucionárias, contemporiza no momento da ruptura.

Considera de extrema importância um pensamento radical em países como o Brasil pois ainda que não rompa com a ordem existente, ao menos contribui para o processo de conscientização e de manifestação das contradições sociais. Além de atenuar a imensa desigualdade em países como Brasil, por possibilitar reflexões e medidas mais avançadas na proporção de sua radicalidade. O pensamento radical cumpre um papel ambivalente, “no que tem de positivo, o radical serve à causa das transformações possíveis, viáveis em sociedades conservadoras como a nossa” (CÂNDIDO, 1990, p.05) ao mesmo tempo em que, “o radical pode também ser fator negativo, na medida em que traz consigo elementos de atenuação” (CÂNDIDO,

¹¹ Cabe fazer uma ressalva: identificar Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim, Sérgio Buarque de Holanda como expressão de um radicalismo é uma caracterização um pouco estranha, pois força uma aproximação de tão diferentes autores, mas que no entanto este trabalho não irá se deter por razões de escopo.

1990, p. 05). A importância, no entanto, da pesquisa sobre o pensamento radical é fomentar as reflexões e possibilitar a manifestação das elaborações mais revolucionárias, como condição de surgimento e efetivação do pensamento revolucionário.

Antônio Cândido identifica Bomfim como um pensador pouco conhecido e que não teve o reconhecimento devido, mas que elaborou livros didáticos como *Através do Brasil* (1910), em parceria com Olavo Bilac, utilizado por mais de 50 anos nas escolas. Seriam duas as causas do ostracismo de sua obra: a utilização do método das analogias biológicas, em uma época que esse pensamento se via ultrapassado por outras correntes da sociologia; e o fator político, - a causa mais decisiva para seu esquecimento - o radicalismo de Bomfim, que o indispôs ao pensamento social hegemônico da época. Ele destaca a pouca atratividade na leitura de seus textos, por ser prolixo, abusar das generalizações e das transcrições. No entanto, segundo o autor, isso não explica a parcela do baixo reconhecimento de sua obra, pois seu primeiro livro é uma das análises mais distintas do pensamento social.

Para Antônio Cândido, merecem destaque na fortuna crítica do legado de Bomfim, de retomada de sua importância, a primeira obra de destaque, de Dante Moreira Leite: *O caráter nacional brasileiro* (1965); o estudo de Aluizio Alves Filho: *Pensamento político no Brasil/Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido* (1979); e o trabalho de Flora Süssekind e Roberto Ventura, de 1984. Ele destaca também a obra de Darcy Ribeiro, que colocou Bomfim como o “grande intérprete do processo de formação do povo brasileiro” (CÂNDIDO, 1990, p.11). Segundo Cândido, Manoel Bomfim:

[...]foi dos pensadores mais originais e clarividentes que o Brasil teve em relação a problemas que no seu tempo eram propostos e estudados de maneira insatisfatória — como a nossa formação histórica, o teor do nosso povo, a questão racial, a tendência conservadora das elites, o imperialismo norte-americano, etc. (CÂNDIDO, 1990, p.10).

De acordo com ele, a obra mais original e importante do seu pensamento é o ensaio *A América Latina* (1905). A trilogia de sua maturidade, *O Brasil na América*, *O Brasil História*, *O Brasil Nação*, são consideradas obras prolixas, recheadas, usando sua expressão, de banalidades patrióticas. Mesmo que haja um avanço em relação à solução reformista, proposta no seu ensaio de 1905, para uma proposta revolucionária na trilogia. A bibliografia de *A América Latina* é considerada

insuficiente pela influência dominante de um autor, a saber, Oliveira Martins, mas ao mesmo tempo é surpreendente como Bomfim chegou a conclusões originais, “a partir de base insuficiente e restrita” (CÂNDIDO, 1990, p. 11). A análise dos elementos textuais permitiu identificar no pré-título os pressupostos teóricos: “O parasitismo social e a evolução”, que consiste na análise das relações econômicas a partir da ideia de parasitismo no plano externo, o das relações coloniais, e internas, das relações entre classes. No título, o local de análise: a América Latina. O subtítulo é a metodologia que guia todo o seu argumento: males de origem, a busca dos antecedentes históricos que resultaram nos males sociais e políticos, que se arrastavam até os dias de sua reflexão.

Em *A América Latina*, ele combate o ponto de vista pseudocientífico e racista da degradação dos países mestiços. Bomfim denunciava que na verdade o que se atribuíam como defeitos inerentes às raças eram fruto das circunstâncias histórico-sociais. Portanto, a transposição da teoria biológica de Darwin aos estudos sociais, segundo ele, “não se referia às sociedades humanas, nas quais são decisivas a solidariedade e cooperação” (CÂNDIDO, 1990, p. 16). Ele destaca a similitude dessa consideração com a perspectiva anarquista de Kropotkin, em seu livro *O auxílio mútuo* (1902). O pensamento de Bomfim é identificado por Antônio Cândido como:

um sólido projeto radical, que não teve eco no tempo, nem depois. Nenhum outro pensador brasileiro daquela época foi tão lúcido e avançado em face de temas cruciais, como a natureza da sociedade na América Latina, e no Brasil em particular, mostrando a persistência do colonialismo através do predomínio das oligarquias, a marginalização do povo, o perigo imperialista, a mentalidade espoliadora em relação ao trabalho, visto como prolongamento da escravidão (CÂNDIDO, 1990, p.17).

Bomfim se notabiliza por desenvolver uma análise lúcida e discrepante do teor dominante do seu contexto: a influência do evolucionismo, a suposta existência de raças superiores e inferiores, a transposição de explicações de cunho biológico às dinâmicas sociais. Segundo Cândido, ele é o primeiro pensador a desmistificar o processo de Independência e foi um estudioso do papel das classes dominantes e de suas características conservadoras. Além de ser um dos pioneiros em negar os pressupostos pseudocientíficos do darwinismo e evolucionismo social, porque formulava sua análise a partir dos elementos sociais e culturais.

É a partir da compreensão do parasitismo como uma força, que modela as relações sociais, o Estado e a política, que Bomfim analisa as dinâmicas da sociedade brasileira. O parasitismo é a relação resultante da colonização que se

sustentou sob a escravidão, disseminando uma lógica perniciosa que influenciou negativamente as próprias elites através da dinâmica do processo econômico. Essa dinâmica reverbera para além da escravidão e se sustenta até mesmo em condições de trabalho livre, pois opera e se atualiza enquanto uma lógica social. É assim que uma tradição se forma entre as sociedades da América Latina, as consequências do parasitismo arrastam-se para o presente e se projetam ao futuro, forjando uma herança do conservadorismo, resultante da exploração e usurpação e manutenção de privilégios. Cândido destaca que uma das ideias fundamentais de Bomfim, é a permanência do conservadorismo na sociedade brasileira, pois implantou-se hábitos dos quais não se tem consciência e mantém-se justamente porque conserva-se. Essa mentalidade espoliadora era o resultado da colonização como um traço fundamental social e cultural do brasileiro, uma mentalidade conservadora dos traços oligárquicos da sociedade.

Por isso, segundo Manoel Bomfim as nossas classes dirigentes aceitam e proclamam a idéia de progresso, mas em sentido apenas retórico, pois elas não sabem na prática relacionar o progresso com as circunstâncias, nem se adaptar a ele, quando ele se impõe e se torna necessidade(CÂNDIDO, 1990, p.14).

Resulta que as necessidades de mudança na *América Latina* nunca são correspondidas, os traços fundamentalmente conservadores das classes dirigentes não toleram nenhuma mudança no *status quo*. De tal forma, que mesmo quando os processos revolucionários acontecem, o conservantismo se mantém, assim como foi o processo de Independência em 1822. Manteve-se a estrutura colonial no Estado, da lógica dominadora do trabalho escravo, para a dominação do trabalhador, mesmo com a mudança dos dirigentes e as constituições liberais que já nasceram obsoletas. Contudo, a acurada compreensão de Bomfim acerca das características e dinâmicas da realidade brasileira, viu em sua conclusão o arrefecimento da força da análise precedente.

A respeito do que Antônio Cândido caracteriza como a ambivalência do pensamento radical, Manoel Bomfim atenua nas considerações o que era pra ser uma proposta revolucionária ao que tudo indicava. Porque é notável como seu pensamento encontrou nas bases radicais o desenvolvimento de suas ideias, caracterizando a permanência do conservadorismo na *América Latina*, o predomínio das oligarquias reproduzindo o colonialismo e a deturpação da Independência que

manteve o conservadorismo e não realizou a soberania popular. Mas, depois formulou respostas e soluções para o Brasil através de uma via reformista da educação.

A proposta da educação como motor de transformação das condições em que vivia o povo pode ter atenuado as considerações esperadas de seu pensamento, ou seja, não elaborou um projeto político-social revolucionário de transformação. O desenvolvimento teórico consequente esperado por Cândido, proporia a transformação radical de um projeto político, não um projeto educacional. O intérprete diz que só algum tempo depois, Bomfim retoma em *O Brasil Nação*, de 1931, uma proposta de transformação de caráter revolucionário, e, portanto, condizente ao desenvolvimento analítico de sua obra, levando às formulações mais radicais.

André Botelho e o batismo da instrução

Na década de 1990, André Botelho realizou uma importante interpretação da obra de Manoel Bomfim. Segundo o autor, a realidade brasileira era herdeira de séculos de exploração e colonialismo, e a educação é forma e discurso de redenção nacional dessa herança.

A defesa da “desanalfabetização” do país como modo próprio de redenção dos nossos males de origem, utilizando mais uma vez a expressão de Manoel Bomfim, correspondeu, antes de tudo, à definição de algumas pré-condições fundamentais para se pensar o Brasil como nação (BOTELHO, 1997, p.139).

O papel da difusão da educação primária, para além da alfabetização, cria um lastro de nacionalidade e de pertencimento, de integração das diversas regiões do país e das diferentes classes sociais para conformação do que se entende por nacional. A partir da educação, Bomfim buscou interpretar, formular e agir na realidade brasileira em meio aos anseios do ingresso do país à modernidade. Nas primeiras décadas do século XX, as nações do capitalismo tardio se viam frente aos desafios de sua condição pós-colonial, em meio à segunda Revolução Industrial.

Rotas de reflexões e ações sobre a necessidade de modernização e progresso do país formaram a pauta do pensamento social brasileiro. André Botelho identifica na obra didática de Manoel Bomfim com Olavo Bilac, *Através do Brasil*, um

aspecto que perpassa toda sua construção: a ideia de integração nacional. Os principais personagens do livro percorrem todo o Brasil, retratando cenários e paisagens definidores da identidade do país. Toda a narrativa é orientada ao conhecimento do empírico, da “realidade brasileira”, de maneira a destoar dos objetivos mais específicos das obras do Romantismo, que se volta para a “invenção” de um passado mítico.

Os personagens buscam, ao invés das origens, retratar as condições sociais e espaciais da nacionalidade, como maneira de reafirmar tanto no plano físico a materialidade do Estado-nação e, no plano cultural, a nacionalidade. De outra forma, o que André está afirmando é que entre os fins educacionais da escola, está a maturação de uma cultura nacional como processo da consolidação do Estado nacional como realidade. Notado por Botelho, o bandeirantismo comparece como movimento integrador e civilizatório em *Através do Brasil*, narrativa que está em outras publicações como *O Brasil na América*. O papel dos bandeirantes no processo de integração e construção nacional é tido como essencial, de tal maneira, que é relativizado o extermínio dos indígenas como consequência necessária do progresso empenhado pelos desbravadores paulistas.

Além do esforço da integração, urgia como condição para a formação da Nação, que ela se fizesse na modernidade. O desenvolvimento econômico e social de São Paulo é adotado como modelo a ser seguido pelo país. As transformações sociais, econômicas políticas, culturais da Primeira República, exigiam a formação de um indivíduo adaptado a essa realidade, o conceito de “ação educativa” de Bomfim desenvolvida em *Através do Brasil* visa justamente isso, ao invés de apenas o cumprimento do currículo formal do aprendizado escolar ou a adequação desses sujeitos nas dinâmicas que se impunham.

Segundo Botelho, a ação educativa é a ideia que estrutura toda a narrativa da obra didática, é um conceito chave para compreensão do ideário de Bomfim. O autor destrinchou cinco elementos fundamentais do conceito, são eles: a “sabedoria prática”; o “ensino e produtividade”; a ausência de “políticas públicas de educação”; a “plasticidade humana” e “educação e sociedade”. A sabedoria prática está relacionada à dimensão do saber prático, na formação do conhecimento, que pode ser vista nos próprios personagens que conhecem o Brasil através da noção de “experiência”, como também da influência do saber pragmático na estruturação da formação intelectual brasileira.

O ensino e produtividade estão ligados à forma como o ensino é direcionado à formação de trabalhadores, de teor tecnicista, corresponde a necessidade de mão-de-obra industrial. Nos primeiros anos de República, a ausência de políticas públicas na educação e de doutrinas pedagógicas que alterariam essa condição, leva a formação de uma literatura escolar cujos traços estão presentes na narrativa construída de *Através do Brasil*, tratava-se de resolver via literatura as próprias deficiências do país. Quanto à plasticidade humana presente no conceito de ação educativa, permite Bomfim se afastar das teorias do racismo determinista, porque restabelece através da educação, o projeto da cidadania, interdita naquele momento. Dessa forma:

À medida que enfatiza a “plasticidade humana”, a defesa da educação popular de Manoel Bomfim acabava por deslocar a discussão do “atraso brasileiro” de um âmbito biológico para outro histórico-cultural. Pressupunha nesse sentido, a própria recusa da assimilação do “social” pelo “biológico”, o que por sua vez, implicava numa explicação dos fenômenos em termos de contingência antes que de essência (BOTELHO, 1997, p. 172).

Contudo, o elemento essencial da ação educativa, é a compreensão de que o principal meio pelo qual se educaria o povo, é a experiência do contato com a realidade do país. De forma que a educação e a formação do povo não se dariam através do Estado, como as posições políticas conservadoras do seu tempo propunham, mas enfatizando o papel da sociedade e do aspecto social na formação dos indivíduos.

Como Botelho afirma, a ação educativa é o conceito central que estrutura seu pensamento, porque através de sua representação, ele se afastou das perspectivas pessimistas da viabilidade do projeto de sociedade moderna no Brasil, como foi capaz de denunciar os vieses ideológicos de explicação racial e determinista da realidade do país, e propõe a construção da nação a partir da sociedade. Uma perspectiva educacional comprometida com o ingresso do país na modernidade e a reestruturação das dinâmicas econômicas e políticas relacionadas à Abolição e a Primeira República, visava à formação técnico-científica de cunho mais racional e pragmático dos indivíduos. Contrastava-se a uma perspectiva mais bacharelesca de formação erudita, herança do bacharelismo das Universidades portuguesas.

Nesse sentido, Botelho concebe, a partir de Karl Mannheim, o processo da democratização da cultura, identificando um ideal que ele nomeia humanista como

um tipo “aristocrático” do conhecimento, ligado às elites, por outro lado, o conhecimento da especialização vocacional, característico da industrialização e da modernidade. Essas duas perspectivas representam ideais culturais diversos; o tipo de pensamento da perspectiva aristocrática estaria ligado à formação das elites e do pensar contemplativo, acima das preocupações cotidianas; preocupações estas, ligadas ao ideal do pensamento. A educação de perspectiva democrática respondia às necessidades da especialização e cultura técnica da modernidade.

Botelho afirma que é sobre a questão da universalidade/especialização que as diferenças desses tipos de conhecimentos humanista/democrático respectivamente, se impõem, e que apesar do conhecimento de cunho mais universalizante, não são todas as experiências da vida alvo de sua reflexão, mas aquelas que se afastam mais da experiência de vida do comum, do ordinário. Quanto ao processo de aquisição de cultura, o tipo democrático, desenvolve-se na capacidade do indivíduo de, a partir da compreensão do social, da estrutura que circunda sua experiência de vida, aprimorar suas perspectivas e atuações no quadro mais geral da sociedade. O Brasil apresenta uma peculiaridade intrínseca, essas perspectivas culturais se apresentam sincronicamente, dado o momento histórico dos valores em choque de uma sociedade aristocrática frente às mudanças impostas pela própria modernidade. Configurou-se um dos principais vértices do debate político e cultural da Primeira República, segundo Botelho, um embate da redefinição do modelo de educação que adotava ou uma perspectiva mais humanista ou tecnicista. A necessidade da formação de trabalhadores e do aperfeiçoamento da produção faria com que a formação técnico-científica ganhasse relevo e orientasse as reformas educacionais do início do século XX. A ideologia ilustrada, parte da compreensão de que o avanço da mentalidade burguesa no país exigia a formação de indivíduos capazes de responder às necessidades dessa realidade, portanto, superar as dificuldades, o “atraso” da nossa sociedade. É nesse sentido, que a ideologia ilustrada aparece como fator de redenção nacional, apontando também os efeitos prejudiciais de uma educação herdeira do bacharelismo ibérico frente aos desafios do processo de modernização e industrialização do Brasil. Esse ideal democrático da educação, com vistas à incorporação do conhecimento pela via pragmática, conviveu também, com a perspectiva de um ideal de conhecimento humanista dada à disparidade da realidade social do país, conformando-se um “falso dilema”.

Nesse sentido, a superação de um modelo educacional de ideal humanista para um de tipo democrático, não estava colocada, porque se verificava nos países de capitalismo periférico, a coexistência dos valores pré-burgueses e burgueses, já que a penetração desses valores não aconteceu hegemonicamente nas sociedades. Os intelectuais da “geração modernista” de 1870, dentre os quais Tavares Bastos, Oliveira Vianna e o próprio Bomfim destacaram, como ferramenta privilegiada de transformação do país, a educação, cada um dando a ênfase que acreditava ser a necessária para o papel da educação na superação do atraso brasileiro (BOTELHO, 1997, p. 30). Botelho enfatiza que outros pensadores como Tavares Bastos (1837-1875) e Oliveira Vianna (1883 - 1951), ao compartilharem dessa ideia, fazem parte de uma geração que considerava a educação um objeto estruturante da sociedade e, por isso, alvo de reflexões e propostas.

Porém, é necessário dizer que a posição defendida aqui é que esses autores guardam enormes diferenças em relação à concepção de sociedade e conseqüentemente de projeto educacional, ainda mais analisando-se as questões e propostas presentes na obra de Manoel Bomfim.

André Botelho enfatiza que a geração modernista de 1870 guiava-se por uma postura educativa mais ligada à modernização e à democracia, do que a uma postura humanista de ideais iluministas. A republicanização do Estado veio com a propagação dos valores burgueses, no qual a exigência da desanalfabetização do país era necessária para a nova ordem econômica e política daquele tempo. Um contexto marcado por profundas mudanças dos traços paternalistas e do regime escravocrata para uma ordem competitiva de classes sociais, traços esses que conviveram coetaneamente. A educação era vista como a ferramenta de adequação da sociedade aos novos ditames do progresso e da modernidade burguesa:

O ideal ilustrado de educação como redenção nacional respondeu, nesse processo, às necessidades de educação do povo na cultura posta pelo avanço do capitalismo industrial que, em tese, supunham a recusa da herança ideal do colonizador e a adesão ao iluminismo europeu (BOTELHO, 1997, p.47).

É possível identificar características de uma formação intelectual em gestação naquele contexto, em oposição ao predomínio das teorias biológicas deterministas como o darwinismo social, que deslocavam a lógica dos organismos biológicos às sociedades. Ideias como luta pela sobrevivência, raças superiores e inferiores

demarcavam o tom teórico, naturalizando os problemas sociais como resultantes e inerentes à formação racial de um povo. Manoel Bomfim se destaca por uma leitura outsider, denunciando esses diagnósticos como um projeto ideológico da realidade brasileira, nomeada por ele de sociologia da rapinagem.

A sua obra marca uma passagem fundamental, entre uma visão predominantemente negativa para uma otimista, em relação ao futuro dessas nações. Por isso ele se configura como um pensador de visão otimista, que acredita no potencial educacional para a libertação do povo e da viabilidade do progresso, rompendo com os prognósticos pessimistas da inviabilidade social e política no continente latino americano. No entanto, Botelho destaca que seu pensamento esteve circunscrito no paradigma da dependência cultural, faltando instrumentos para formulações de ruptura.

Foi a partir da elaboração do conceito de “ação educativa” que o intérprete organizou o pensamento de Manoel Bomfim nas suas variadas publicações, e o sentido comum passa pelo caráter redentor da educação. Este conceito é central, porque através dele Manoel Bomfim se afasta das visões deterministas raciais e elabora uma explicação cultural para as origens dos problemas sociais e, portanto, uma solução que passa também por uma lógica cultural.

André Botelho identifica a presença central em Bomfim, a ideia de que a educação é a ferramenta que altera as possibilidades do futuro de uma sociedade, devido à plasticidade humana, o meio pelo qual as possibilidades e transformações existem, distanciando do pessimismo determinista das análises sociais de sua época. Quanto à concepção das propostas em torno da educação da geração modernista de 1870, Botelho as reconhece mais como fruto de uma ideia modernizante e liberal-democrática do que uma visão humanista e/ou iluminista. Isso se deu por influência do processo de independência e de instauração da República, que acompanhou a disseminação dos valores burgueses aliados à noção de progresso técnico-científico. Logo nos primeiros anos de República, o que se viu foi um assustador contingente de analfabetos, que chegavam a oitenta e quatro por cento da sociedade. Ponto que guiou Bomfim por um “realismo pragmático” que considera a educação o caminho mais importante para a cidadania e democratização da sociedade brasileira rumo à modernidade. A desagregação de uma ordem tradicional e a construção de uma ordem burguesa marcava a

necessidade de ressocialização e integração do povo a esses novos valores, através da educação:

Isto nos remete a uma compreensão mais profunda da articulação histórica dos processos de construção do Estado-nação moderno com o movimento inclusivo mais amplo do capitalismo da Segunda Revolução Industrial, e do próprio papel dos intelectuais nesse processo, como também da articulação entre Estado e Sociedade numa situação de “capitalismo dependente” como a do Brasil que exigia, segundo a lógica do capital, uma determinada ressocialização dos indivíduos para uma integração determinada do país na ordem competitiva burguesa (BOTELHO, 1997, p 47).

De acordo com Botelho, o ideal ilustrado de educação é considerado uma resposta às necessidades de ressocialização dos indivíduos habituados a uma lógica escravocrata, para uma educação que exigia qualificação da mão de obra colocada pelo desenvolvimento do capitalismo. Uma das hipóteses centrais é que as ambiguidades das proposições desses políticos e intelectuais brasileiros, incluídas as formulações de Manoel Bomfim, estão relacionados de maneira intrínseca com o próprio contexto: “uma profunda tensão entre a herança dos valores paternalistas herdados e a convicção modernizadora dos valores burgueses desejados” (BOTELHO, 1997, p. 43).

O lugar ambíguo, identificado em Manoel Bomfim pelos seus intérpretes, é justamente o paradoxo da sua percepção radical diante dos paradigmas hegemônicos do pensamento brasileiro e a aposta na transformação reformista através da educação, deixando de lado a radicalidade preconizada no seu diagnóstico. Botelho retoma a análise de Antônio Cândido que aponta a solução insuficiente dada por Manoel Bomfim, o que ele chama de o decepcionante estrangulamento da argumentação, que teria rompido em dois caminhos a teoria de Bomfim. Um momento de crítica dos paradigmas e outro momento que não foi capaz de dar uma solução consequente e revolucionária.

A proposta de André Botelho é reunir os dois fios cortados: aquele relativo à recusa dos paradigmas eugenistas e a solução através da “ideologia ilustrada”. Afinal, é justamente por entender a humanidade e a plasticidade humana como força criativa do seu destino, que Manoel Bomfim, recusa as teorias raciais deterministas. Dessa forma, a articulação da crítica e argumentação é coerente à solução proposta por Manoel Bomfim. Isso é possível, pois que, para Botelho, Manoel Bomfim é um

autor da geração modernista que compartilha visões burguesas e liberais, que via no Ocidente a referência para a nação brasileira em busca da modernização do país.

Esse projeto visa o encaixe da sociedade, adaptando as instituições ao capitalismo e à modernidade. Assim, a ideologia ilustrada como caminho para essa transformação, se estabelece enquanto proposta que harmoniza com as concepções reformistas de cunho liberal. A ideologia ilustrada, tipicamente burguesa de Bomfim, norteia o projeto educacional, no sentido do desenvolvimento da sociedade para o progresso e modernidade. Portanto, a conclusão de Botelho sobre a obra de Bomfim, é que a ambiguidade que o coloca no quadro mais geral do pensamento social brasileiro, como fez Antônio Cândido, é devido a uma leitura pouco sistematizada de todo o corpo teórico do autor e de outras obras.

Essa “decepção” quanto ao desdobramento de suas análises, nos termos de uma solução que passasse pela via da “ideologia ilustrada”, que ao invés de propor uma mudança ao nível das estruturas sociais, como parecia indicar sua reflexão acontece pela aposta de Bomfim na educação como instrumento de reforma da sociedade, no sentido da alfabetização do povo e da integração nacional. Portanto, o paradoxo acerca da radicalidade analítica de Bomfim e o desenvolvimento decepcionante de suas proposições, estão em certa parte ligados ao foco da primeira obra *A América Latina: males de origem* e a ausência de uma análise mais estendida do desenvolvimento de seu pensamento em suas outras obras. Esses intérpretes colocariam Manoel Bomfim em um lugar indefinido na literatura do Pensamento Social Brasileiro, justamente por não acompanharem as transformações e adequações da obra do autor.

Botelho afirma que os intérpretes não trataram de maneira sistemática a questão da ideologia ilustrada e partiram de maneira geral, de uma perspectiva crítica do papel desta em sua obra e pensamento. A “ideologia ilustrada” é compreendida como núcleo de reflexão, sob a qual, se desdobra a radicalidade analítica de suas proposições, destoante dos paradigmas do racismo científico, é o que também, possibilita Bomfim construir uma alternativa através da educação para a superação dos efeitos da colonização, da cultura ibérica e da escravidão. Ele utiliza a ideia de fio, para ilustrar a relação entre a análise e a proposição, no sentido de que a perspectiva é justamente reatar os dois fios, que foram cortados pelas interpretações correntes de Manoel Bomfim.

não terá sido, portanto, a própria defesa da educação popular- e a ênfase na ideia de “plasticidade humana” que ela supõe, isto é, sua inclinação a explicar fenômenos em termos de contingências antes que de essência- o fator que teria permitido a Manoel Bomfim afastar-se dos paradigmas deterministas (e sua tendência a explicar o processo social em termos orgânicos e morfológicos) dominantes na sua época? (BOTELHO, 1997, p.69).

Não obstante, André Botelho revela uma tensão ao longo das obras de Manoel Bomfim, composta pelas posições anti-hegemônicas em relação ao pensamento social racista da época que surgiram em seu primeiro livro e ao mesmo tempo, a presença de soluções como a “ideologia ilustrada” para adaptação a uma ordem burguesa, que ignorava os elementos de opressão de classe. Esse contexto marcado profundamente por ambiguidades, em um horizonte de radicais transformações tanto de ordem política, econômica e cultural, influenciou as proposições e na maneira como os autores articularam o tensionamento desses valores. É dessa forma que Bomfim elaborou com as ferramentas e instrumentos ao seu alcance, a superação do “atraso” brasileiro. Em última análise, Bomfim foi um defensor da ideologia da educação como redenção nacional, por isso sua avaliação sobre a formação nacional, segundo Botelho, estaria circunscrita à esfera ética, por acreditar que os ideais educacionais e culturais moldariam a sociedade, e não que os valores de educação e cultura são reflexo dos ideais da sociedade.

Uemori: explorando em campo minado e a sinuosa trajetória de Bomfim

Celso Uemori desenvolve em sua tese (UEMORI, 2006) uma interpretação bastante expressiva de Manoel Bomfim, voltando-se à análise da combinação dos pressupostos do pensamento do autor, como aqueles produzidos na Europa de teor conservador que foram retrabalhados por Bomfim para a crítica das dinâmicas de dominação no Brasil; da influência do pensamento de Darwin exercida na elaboração das noções de solidariedade; do antietnocentrismo e antirracismo. Examina as ambiguidades na narrativa da formação da nacionalidade em sua obra, comparando dois livros: *A América Latina* e *O Brasil na América*; e a dinâmica entre Estado e nação que se desenvolve sob bases dicotômicas.

A tese de Uemori tem como objetivo abordar as idiossincrasias do pensamento de Manoel Bomfim e prezar pela originalidade do seu pensamento, além de retomá-lo pela atualidade de suas reflexões que permanecem necessárias.

O isolamento que Bomfim sofreu em um primeiro momento, no qual sua obra não produziu grandes discussões e leituras, é seguido por um resgate que foi identificado a uma política de exaltação e expressão da nacionalidade, a obra é retomada na década de 30 do século passado, relacionando-se aos ideólogos do Estado Novo. Ademais, nas décadas de 70 e 80, seu pensamento serviu de base para crítica ao traço conservador e racista da nossa sociedade, e serviu de base para as reflexões democráticas e até mesmo socialistas.

A comparação analítica de Uemori se realiza entre o primeiro livro *A América Latina: Males de origem* e a trilogia, especialmente o segundo livro *O Brasil na América*. O argumento do intérprete é que a obra de Bomfim não apresenta homogeneidade, indo contra ao que o próprio Bomfim afirmou no prefácio de *O Brasil na América*, sobre o caráter de continuidade de seu pensamento. Muitos dos intérpretes, segundo Celso Uemori, não notam a contradição entre o primeiro livro de 1905 e o segundo livro da trilogia, que será seu objeto de análise. Portanto, ele divide o pensamento de Bomfim em dois momentos, o primeiro é caracterizado pela quebra de paradigmas hegemônicos do pensamento social e o segundo, por um arrefecimento de sua crítica na busca pela conformação da identidade nacional, a partir do romantismo, movimento literário e político que buscou delinear a nacionalidade brasileira. Ele utiliza dois temas: nação e identidade nacional para compreender e captar a trajetória intelectual de Manoel Bomfim nesses momentos.

Na análise do seu primeiro livro *A América Latina*, Uemori identifica que, ao contrário do que faziam os intelectuais brasileiros, Bomfim destaca as similaridades da América portuguesa e espanhola quanto à condição colonial e à dependência econômica e política. Como o próprio título do livro revela, ele toma a América Latina como lugar de análise, considerando sua unidade geopolítica, diferentemente do que faziam a maior parte dos intelectuais que evidenciaram a convulsão política das ex-colônias espanholas e suas experiências republicanas, em comparação com a estabilidade da formação do Estado no Brasil. Outro fator de destaque de seu primeiro livro, é a crítica aos pressupostos pseudocientíficos que justificavam as mazelas sociais pelo viés racial e da mestiçagem. Nesse sentido, a obra *A América Latina* é uma obra antirromântica pois evidencia a cisão essencial da construção de uma nação, representada pela metáfora do parasitismo que compreende as relações de exploração e dominação:

Parasitismo foi uma metáfora utilizada por Bomfim que explicitou a contradição entre metrópole e colônia, entre dominadores e dominados, entre senhores e escravos, entre capital e trabalho (UEMORI, 2006, p.105).

Em *A América Latina*, Bomfim escancarou a violência da atividade colonial e o processo essencial conflitivo representado pela lógica do parasitismo. Por outro lado, o autor destaca uma virada nessa perspectiva em *O Brasil na América*, considerada uma obra do romantismo pela leitura que ela realiza da gênese da nacionalidade brasileira. Ao evidenciar que houve uma harmonia de interesses na construção da nacionalidade, os elementos étnicos associaram-se para conformar a sociedade, com ênfase na mistura luso-indígena, aspecto corrente da narrativa do Romantismo. As diferenças dos dois momentos, de acordo com Uemori, não param por aí. Os portugueses são descritos como violentos e saqueadores em *A América Latina*. Em *O Brasil na América* são vistos como assimiladores e bondosos, principalmente em relação aos espanhóis, tido como colonizadores cruéis e segregadores.

O autor elenca duas forças modeladoras do pensamento de Bomfim nesses momentos distintos. No ensaio de 1905, o parasitismo social é a força que está presente na formação do Brasil e da América Latina no processo de colonização e formação. Essa força opera tal qual uma racionalidade que se impõe ao Estado e a sociedade brasileira, atualizando a lógica colonizadora do sistema social. Através do parasitismo, erige-se uma estrutura produtiva de extorsão. Quanto ao segundo momento, destaca-se como força modeladora, a nação, uma racionalidade orientadora que garantiria o predomínio dos interesses coletivos, acima dos interesses particulares, reconhecidos como os de classe, étnicos e culturais, permitindo que se delineasse o gênio brasileiro em sua essência.

É um momento decisivo da interpretação de Uemori. Ao eleger a nação como sujeito, Manoel Bomfim está privilegiando a reconstrução da história nacional, elencando momentos e atores que coadunam com uma visão ufanista. Com isso, ele excluiu da narrativa a perseguição aos indígenas pelos bandeirantes e mencionou marginalmente Palmares. O bandeirantismo assume como heroico movimento desbravador do interior do país rumo à expansão da nação. Os negros servem a dois propósitos, para considerá-los como uma influência menor na cultura brasileira e aí então eleger o indígena como a verdadeira “alma brasileira”, e para a relativização e atenuação do processo de escravidão, em comparação à violência e segregação ocorrida nos Estados Unidos.

Ao tratar a construção da história dessa forma, Uemori afirma que Bomfim está negando o conflito de classes, pois é a escravidão a base econômica do processo colonial. Toda essa narrativa serve para a conformação de um ideal nacionalista, apagando os conflitos e elevando a nação como força modeladora do sistema social. Utilizando-se de uma expressão de Homi Bhabha, a *vontade de nacionalidade* do pensamento de Bomfim, legou ao esquecimento os conflitos internos em nome da construção da nação, conflitos esses, que na sua narrativa, eram voltados apenas à luta dos brasileiros na expulsão do estrangeiro, no sentido da afirmação da nacionalidade. O autor coloca lado a lado, Bomfim e os historiadores do Instituto Geográfico Brasileiro, dado o forte viés nacionalista da historiografia de suas obras. No contexto em que o Iluminismo e a Razão Universal são colocados em xeque, dado o desencantamento ao modelo europeu de civilização, causado pelo conflito da Primeira Guerra Mundial. Em consequência, houve um questionamento geral do modo etnocêntrico europeu a partir de um ponto de vista nacionalista, rebaixando a influência do parâmetro ocidental, e assim, o conceito de História Universal.

A historiografia de Manoel Bomfim procura então, primeiro desmontar a visão ocidental construída sobre a América Latina, denunciando diversas vezes o caráter político dessa posição etnocêntrica. Depois, na trilogia, o seu trabalho é contar essa história do ponto de vista “nativo”, ou seja, daquele que fora do ocidente, pode falar de si mesmo, enaltecendo as características do gênio brasileiro. Por isso, ele foca na formação do povo brasileiro, o caráter social resultante dessa formação, e acima de tudo, o futuro promissor dessa formação social entrelaçado ao relativismo histórico. A tônica nacionalista e romântica, fará Uemori enxergar semelhanças em Manoel Bomfim com os chamados modernistas da década de 20, que buscaram também delinear o espírito brasileiro, elegendo as características *sui generis* do povo, privilegiando a apreensão intuitiva dessa “genética cultural” para retratar o Brasil e suas qualidades, indo contra as perspectivas eugenistas.

De forma oposta à André Botelho, Uemori enxerga uma divergência essencial entre a Geração de 1870 e Manoel Bomfim, pelo fato de que o grupo de 70 tinha o objetivo de aproximar as características nacionais àquelas do Ocidente, na tentativa de encaixar a narrativa histórica brasileira em meio à razão universal. Isso era representado, por exemplo, na forma como esses pensadores viam a necessidade da modernização das instituições para o ingresso no rol dos países capitalistas. A

intenção dos modernistas era outra, ressaltar o que tinha de próprio a formação social brasileira, em uma relação dialética entre a razão local e a universal. Não se negava o intuito de modernização entre os modernistas de 20, mas que esse processo dialogasse com a fisionomia tipicamente brasileira e respeitasse essas características de maneira a integrá-las. Obras como *Macunaíma* e *O Brasil na América* são colocadas por Uemori lado a lado, com o objetivo de redescobrir o Brasil e demarcar os traços do que é ser brasileiro.

Manoel Bomfim constrói o discurso nativista de exaltação da nacionalidade, a partir da ideia de uma nacionalidade brasileira que já existia no século XVII, e que a luta contra os estrangeiros, bem como o bandeirantismo, foram expressões deste sentimento nacional. Na contracorrente da eugenia, o nacionalismo de Bomfim passava pelo enaltecimento da mistura de raças, como característica adaptativa e assimiladora do que era ser brasileiro. A construção mítica de *O Brasil na América* utilizou-se da nação como sujeito, diversamente em *A América Latina*, no qual o foco era o parasitismo nos termos da luta de classes. O arrefecimento crítico da sua obra, para Uemori, é explicado pela fermentação nativista que ocorreu no Brasil após a primeira guerra, inclusive com a criação da Liga Nacional, que tinha à frente Olavo Bilac, amigo de Bomfim.

Manoel Bomfim abandonou o rigor científico de observação na escrita de *O Brasil Na América* para produzir uma imagem positiva do país, deixando de lado questões políticas e econômicas sobre os interesses materiais e os antagonismos da sociedade brasileira, tal como fora colocado em *A América Latina* nos termos do parasitismo.

O procedimento do autor encaixa-se na forma usual empregada pelos historiadores que se dedicaram a estudar a história nacional da perspectiva nacionalista, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em meados do século XIX. Desse viés, a nação “deixa de ser objeto para ser parâmetro”. O pesquisador está preocupado em elaborar o que Gramsci chamou de a “biografia da nação” tendo como base a ideia abstrata de uma entidade homogênea e idêntica a si mesma (UEMORI,2006, p.250).

A nação aparece de duas formas nesse quadro, primeiro atravessada por conflitos e debilitada pelo parasitismo do poder colonial, e no segundo momento, como uma entidade coesa e homogênea. Em *O Brasil Nação*, o Estado representa tudo àquilo que é artificial do ponto de vista do que a nação apresentava como característica da sociedade brasileira. O debate do livro gira em torno dessa

dicotomia entre *Estado versus Nação*, a nação representando a manifestação do que era justo e natural e o Estado como ferramenta da opressão e da injustiça. Bomfim também utiliza duas tradições distintas que representam as forças divisoras do seu pensamento. Em 1905 é a tradição ibérica caracterizada pela exploração e ligada ao passado colonial que deveria ser abandonada e que era encontrada no Estado, representa a usurpação do poder e o autoritarismo. No desenvolvimento da trilogia, a tradição é aquela encontrada no veio da nacionalidade, representada pelo heroísmo dos bandeirantes, pela mestiçagem de um povo aberto e solidário que se predispõe, porque é democrático.

Sobre a percepção de Bomfim em relação à transformação do país, o autor afirma que ele apostava na evolução como instrumento de superação dos problemas e de modernização. Essa ideia encontra-se na concepção da função linear da história, encontrada também nos historiadores como Vanhargen e Oliveira Lima (Malatian, 2001 *apud* Uemori, 2006). Porém, não é o que se vê na obra de Bomfim, sobretudo porque a historiografia de Vanhargen e Oliveira Lima é criticada duramente pelo escritor, principalmente pela maneira que retrataram a Independência como um estágio de evolução do Estado português. Manoel Bomfim chega a definir Vanhargen como grande historiador do império, que abafou a história nacional a favor de Portugal.

Varnhagen tem destaque especial, como modelo: é o sistematizador dessa história - para o império e contra o Brasil. Terá, por isso, parágrafo também especial. Por ora, vejamos nele o homem que conscientemente, sonega a primeira e genuína história do Brasil, escrita por um brasileiro, a de Frei Vicente de Salvador (BOMFIM, 2006,p.117).

O elogio à *História do Brasil* de Frei Vicente é pelo reconhecimento de que a história brasileira foi retratada no seu sentido forte, nacional e popular, obra esta que foi propositadamente desaparecida, a favor de uma outra: *a História da América Portuguesa* de Rocha Pita. A influência disso no desenvolvimento do pensamento brasileiro foi grande e por isso a distorção e obliteração de um pensamento crítico, histórico e nacional, impossibilitando um julgamento crítico próprio. Essa é a causa da deturpação da história do Brasil. Deturpar a história significava negar também um futuro promissor ao país, porque o papel prático era uma dimensão valorizada por Bomfim, a história cumpre um papel social e político de organização da sociedade.

Portanto, ao contrário de Varnhagen e Oliveira Lima, Bomfim não vê com bons olhos essa historiografia, acusa de distorção dos fatos e propagadora do bragantismo como fonte legítima do poder. Não é uma evolução, mas um atraso, que a permanência do aparato estatal português negasse a verdadeira independência do Brasil não ocorrida em 1822. Revela a distância de Bomfim destes historiadores.

Uemori afirma que os intérpretes erram quando enxergam uma formulação radical em *O Brasil Nação* a partir da proposta de mobilização da sociedade para tomada do poder, por dois motivos. O primeiro é que Bomfim ainda acredita na educação como potencial transformador e isso seria um traço reformador de sua concepção. Segundo, porque o povo apelaria ao nacionalismo para transformação do Estado, a partir da existência de uma tradição que subjaz a consciência do povo, e o problema é que essa tradição anula qualquer ideia de conflito de classes em nome da coesão e harmonia nacional.

Para ele, Bomfim não esteve à frente de seu tempo, pois dialogou com seus pares e formulou seu pensamento embalado pelo romantismo, através de soluções bastante usuais do campo reformista. Aponta o forte viés moralista de sua argumentação que contaminou a análise sociológica, presentes tanto na caracterização do povo brasileiro a partir da ideia de identidade, como também nas soluções que passam pela construção da nacionalidade. Portanto, para Uemori, o radicalismo de Bomfim é uma leitura equivocada de seus intérpretes, o autor aceita pressupostos conservadores sem criticidade a partir de ideias como nacionalismo, incluindo uma solução moderada para as questões sociais e políticas do país.

Resolvendo as tensões, os limites e as possibilidades da obra de Bomfim à luz do republicanismo democrático:

Os trabalhos interpretativos buscam um lugar para Manoel Bomfim no quadro do pensamento político brasileiro. O diálogo será realizado a partir das considerações em cima das tensões indicadas por esses trabalhos, por entender que estão ali a chave para a compreensão do seu pensamento à luz da tradição do republicanismo democrático. De outra forma, integrar as críticas de maneira que elas possam ser relidas, sob uma nova perspectiva embasada por esse entendimento.

O tratamento dessas questões baseia-se na compreensão de que é necessário conhecer os significados que balizam os debates políticos, não basta

conhecer as palavras, mas é preciso conhecer os conceitos que elas mobilizam. Portanto, o que Skinner (2007c) chama de “léxico cultural”, é o entendimento que a mobilização de palavras, ainda que idênticas, podem ter formas significativas diversas, considerando que há vários movimentos de significação, e que o significado não é dado em um primeiro momento. Nesse sentido, somos levados a compreender que toda obra política está se referindo a um léxico comum, mas está afirmando uma significação sempre em comparação a outras obras e ao debate político geral.

Existe um entendimento no estudo de história do pensamento político, sobre a importância e a ênfase do contexto nos sentidos que o debate, as palavras e as obras podem assumir. Assim como Peter Laslett¹² e John Pocock¹³, lançaram sobre a historiografia, um olhar que buscava reconstituir o contexto para compreensão do que os autores clássicos disseram sobre as problemáticas envolvidas ali. Diferentemente de buscar por alguma relevância do que foi dito transposta por questões relacionadas à debates contemporâneos, ou seja, anacronismo.

Ao proceder dessa maneira, a compreensão de um texto passa pela evidência do contexto no qual foi escrito. Mas, não basta apenas buscar exclusivamente no próprio texto o sentido da obra, é preciso que se compreendam os sentidos que o agente atribuiu ao texto, na medida em que todo texto é um ato de fala, ou seja, o que ele quis fazer quando elaborou uma sentença. Se relacionam aí duas dimensões do ato de fala, aquela relativa à expressão por meio de palavras; e aquela dimensão do que se pretendia realizar quando a sentença foi proferida.

O estudo da história do pensamento político passa a considerar de maneira mais preponderante o contexto, afastando abordagens que “presentificam” e utilizam de anacronismos para a leitura das obras. O contexto faz parte da leitura e

¹² A edição de *Two Treatises of Government* de que o historiador Laslett escreveu o prefácio, foi um marco para a compreensão da obra de John Locke por contextualizá-la, de maneira a modificar as narrativas que eram construídas acerca do propósito da obra. A saber, o vínculo que estabeleciam entre o pensamento de Locke para a consolidação das bases institucionais da Revolução Gloriosa foi quebrado com a releitura de Laslett, pois ele provou que as datas dos tratados eram anteriores à Revolução e por isso, tratavam de questões anteriores a ela. A obra que era vista como um manual para as instituições, passa a ser lida como um documento panfletário a favor da revolução, e isso faz toda diferença.

¹³ *The Ancient Constitution and the Feudal Law* (1967) foi a obra na qual John Pocock articulou o estudo das leis romanas a partir do princípio que orientava o estudo e entendimento do direito romano sob o enfoque do contexto e, portanto, do significado que as leis possuíam para os romanos. Quentin Skinner, influenciado por estas duas obras, por sua vez, levou às últimas consequências a alternativa para a metodologia da história do pensamento político, o contexto como objeto de pesquisa do historiador.

compreensão da obra. Contudo, as dimensões dos atos de fala¹⁴ são a grande virada nessa metodologia. A primeira dimensão: o ato locucionário, serve à compreensão do uso do enunciado, aquilo que se costuma entender sobre o que foi dito. O ato ilocucionário, a segunda dimensão, investiga o que se buscava fazer ao enunciar a sentença, o entendimento passa por aquilo que não é verbalizado também. O ato perlocucionário, como terceira dimensão, por sua vez, compreende os efeitos produzidos da sentença, naquele que a proferiu, na audiência e nos outros públicos. Isso porque a compreensão do que foi dito, não passa apenas pela compreensão do que usualmente se compreende dos sentidos derivados das palavras, mas do impacto que causou.

É a riqueza da linguagem que esta metodologia pretende evidenciar e florescer nos estudos históricos do pensamento político. Neste trabalho, o objetivo é apresentar como o pensamento de Bomfim pode ser entendido considerando essas dimensões, o contexto que Bomfim escreveu e a imersão no debate político da Primeira República, como buscou-se fazer no primeiro capítulo com diversos autores de um espectro político representativo da época. A recepção, como parte fundamental da análise do pensamento político, por isso as interpretações do pensamento de Bomfim, traçando uma relação entre seu pensamento e os efeitos da compreensão de sua obra nos diversos trabalhos.

A compreensão de seu léxico político se dará em relação à sua práxis, como referência de compartilhamento de valores pertencentes à tradição republicana democrática, de forma a elucidar a dimensão não verbal da obra, mas definitivamente central para seu entendimento. Quando a interpretação não considera essas relações, ela tende a atribuir às divergências a antinomia, ao ecletismo, à polissemia e aqui se verifica a importância de abordar dessa forma. São justamente essas dificuldades de ambivalência e contradição colocadas por todos os trabalhos interpretativos da obra de Manoel Bomfim que se pretende compreender a partir da tradição republicana democrática, considerando seus desenvolvimentos em relação a uma linguagem política.

A análise identifica as principais chaves de interpretação do pensamento de Bomfim que estão presentes no trabalho dos intérpretes, e que delineiam e sistematizam a compreensão de sua obra. Ao menos quatro conceitos chaves

¹⁴ Os atos de fala elaborados por J. L. Austin se tornaram ferramentas conceituais para a metodologia histórica de Quentin Skinner.

presentes nos trabalhos interpretativos foram identificados, e através deles, foram elaboradas as caracterizações sobre a obra de Bomfim na busca pelo seu lugar no pensamento político brasileiro. Esses “pontos de acesso” da interpretação da obra de Bomfim, são também os pontos de tensão, porque cada trabalho se deteve em elaborar sua maneira própria de compreensão do texto, e porque entende-se que é ali que estão as tensões de sua obra, pela ausência de um conhecimento mais sistematizado acerca da linguagem republicana democrática e das linguagens políticas. Os conceitos-chaves foram identificados à medida que as interpretações foram analisadas individualmente, e em relação umas às outras. Isso permitiu ver com mais nitidez os temas recorrentes na fortuna crítica de Bomfim e como isso se desenvolve a partir da análise desta pesquisa, de que forma a interpretação da análise aqui empreendida, a partir do conhecimento mais sistematizado de linguagens políticas, contribui para uma nova perspectiva da obra do autor.

O primeiro conceito é a educação, porque ela norteia o projeto político do autor e se tornou um ponto chave de compreensão da obra, retomado por todos os intérpretes. A educação é ponto nevrálgico do seu pensamento. O segundo conceito é a nação, ou a ideia de nacionalidade como conceito modulador de sua análise, sendo que a partir da ideia de nação ele estabelece uma relação com a historiografia. A sua concepção acerca das instituições políticas/democracia, apresentando seus pontos sobre a soberania popular que percorre todo o seu pensamento, tornando viável o entendimento do pensamento de Manoel Bomfim e o lugar que ocupa na história do pensamento político brasileiro. O tema reforma e/ou revolução, presente no desenvolvimento de sua agenda propositiva, figura como ponto importante de caracterização e de inflexão no interior da sua obra e de leitura de sua posição no espectro mais amplo do pensamento, que o coloca permanentemente como autor do espectro radical e/ou revolucionário.

Portanto, são pontos chave do pensamento de Bomfim e da interpretação de sua obra, que estão de alguma maneira caracterizando seu pensamento em relação ao espectro político mais amplo e ao contexto. A partir dessa compreensão e realizando uma análise dos elementos que compõem seu pensamento, será feita uma leitura de Manoel Bomfim, entendendo-o de forma coerente enquanto um teórico do republicanismo democrático brasileiro, a partir da articulação dessas chaves. Desde sua análise crítica sobre a Primeira República, ao campo de propostas que ele coloca para a superação dos problemas sociais, identifica-se que

ele é o mais importante pensador para a história da teoria democrática do pensamento brasileiro na Primeira República.

A educação

Um contexto de grandes mudanças na sociedade, a desagregação da ordem escravista, a formação de um contingente de trabalhadores assalariados, a proclamação da República e modernização das instituições. Como preparar a sociedade para o cenário destas transformações, foram levadas em conta pelos pensadores da Primeira República.

Muitas propostas surgiram a partir da necessidade de transformar essa população em trabalhadores e de acompanhar as exigências de uma sociedade que se modernizava. Visavam uma educação voltada a atender as exigências de um capitalismo moderno e de uma sociedade onde os valores tradicionais e paternalistas da ordem escravocrata se desintegravam. Mesmo que embalado por esse contexto, Bomfim compreendia um papel mais abrangente para a educação do que apenas atender às necessidades impostas pelas transformações econômicas. Sem educação, não é possível democracia, sem educação não existe República. Além de ter tido uma vivência que edificou sua práxis, que fez da educação uma constante em sua vida. Compreende-se que para o autor, a educação é um projeto de aperfeiçoamento político e social de forte sentido humanista, porque através dela a humanidade se apropria dos conhecimentos e é capaz de viver melhor em sociedade e cultivar a sua liberdade:

No entanto, admitamos que se indague: finalmente, em que consistirá a educação? [...] é preciso caracterizá-la, definindo-lhe muito nitidamente os motivos [...] Então, a educação que hoje se reclama tem de ser um treino sincero para as conquistas morais e sociais que se incluem no indiscutido ideal de humanidade, no sentido de uma solidariedade cada vez mais perfeita (BOMFIM, 2014c, p.310).

A precária situação da educação se coloca como um grande problema, pela dificuldade que imputa ao quadro político e social no país. Perpetuar a ignorância é a maneira pela qual se efetiva a dominação e a opressão:

Ora, mesmo que houvesse verdade de urnas, longe estaríamos, ainda, da realidade democrática, visto que a Constituição privilegiou o voto, para os

alfabetizados, e que os dirigentes, muito religiosamente, mantêm as populações na ignorância precisa para que, em toda a infâmia e insuficiência, possam continuar no mando (BOMFIM, 2014c, p.263).

É através da educação que o indivíduo pode ser essencialmente livre e governar a si mesmo. A relação que se estabelece entre liberdade e educação, significa muito para o projeto político de Manoel Bomfim, porque o alicerce da democracia é a justiça e a liberdade, condição que só seria alcançada quando todos tivessem acesso à educação.

Se faltam cidadãos para uma República, se faltam, ao país, homens em valor humano, procuremos formá-los. É a suprema virtude da educação: pode sempre, de uma criatura normal, fazer um indivíduo inteligentemente produtor e moralmente disciplinado para uma vida livre (BOMFIM, 2014c, p.305).

Essa vinculação entre autonomia e educação, está presente também entre os mais conhecidos teóricos do republicanismo, como Rousseau¹⁵ e MaryWollstonecraft¹⁶. A educação e a política estão intimamente conectadas na visão desses autores. Nesse projeto político-pedagógico, as dimensões das virtudes humanas são enquadradas pela existência da comunidade, e por isso, educar é levar em conta os sentidos da existência humana como participante do meio social. Em *Emílio* de Rousseau, a educação é um processo de formação que leva em conta o desenvolvimento das potencialidades humanas em sua manifestação coletiva e social, e atende também a formação do indivíduo, sendo imprescindível que as duas dimensões componham seu projeto. Emílio é o ideal de cidadão formado para viver no ideal de sociedade em Rousseau. Dessa forma, a educação é a preparação das virtudes e não está separada da moral, a importância de cultivar sentimentos como a solidariedade, é o que a ação educativa deveria buscar, alicerçada pelo exercício da razão. A valorização da liberdade e autonomia como reflexo de uma educação orientada para que o indivíduo:

¹⁵ *Emílio ou da educação* é um livro de Rousseau escrito em 1762, sendo um tratado que articula o papel da educação e o projeto político e social de seu pensamento. Trata-se de uma importante reflexão sobre a educação como pilar da liberdade e da república.

¹⁶ Mary Wollstonecraft escreveu em 1792 sua obra intitulada *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, que destaca o papel da educação na igualdade entre os homens e as mulheres. A busca pela autonomia das mulheres passava pelo direito à educação, na sua capacidade transformadora das condições de submissão a favor da autonomia e liberdade. A defesa era pela capacidade da mulher de ser livre, de viver em condição de liberdade.

Agindo sempre de acordo com seu pensamento, e não com o de outra pessoa, une continuamente as duas operações; quanto mais forte e robusto se torna, mais sensato e judicioso fica (ROUSSEAU, 2004, pp.138 - 139).

Em seus escritos, Wollstonecraft afirma “a independência a grande benção da vida. A base de toda virtude” (WOLLSTONECRAFT, 2017, p. 17), a base para o desenvolvimento das capacidades humanas é sua autonomia, cultivada pela educação e pelo preparo para a atividade intelectual. A liberdade é proposta como uma condição resultante de escolhas políticas e educadoras, afirmada pelo potencial emancipador que a educação desperta. Igualmente como a educação é central no projeto político de Rousseau que ela tem como referência¹⁷, e defende a importância de estendê-la às mulheres:

Conseqüentemente, a educação mais perfeita é, em minha opinião, um exercício do entendimento, calculado o melhor possível para fortalecer o corpo e formar o coração. Em outras palavras, para possibilitar ao indivíduo alcançar tais hábitos de virtude que o tornarão independente. De fato, é uma farsa chamar de virtuoso um ser cujas virtudes não resultam do exercício de sua própria razão. Essa era a opinião de Rousseau em relação aos homens; eu a estendo às mulheres(WOLLSTONECRAFT, 2016, p.42).

Essas reflexões possibilitam evidenciar no projeto de educação de Bomfim, a relevância da dimensão política em afirmação pela liberdade e autonomia, visando o cultivo das virtudes civis. O autor prescinde de uma aplicabilidade tecnicista da educação, pois o condimento da linguagem republicana e democrática dá o tom de seu ideal educativo. A educação é defendida como serviço essencial do Estado e está no centro da sua agenda propositiva, a educação propõe articular a instrução popular e a participação política para a efetivação da democracia. A defesa da democratização da educação é condição para a superação da herança colonial, e meio primordial para a transformação dos problemas vividos no país, porque sendo a base para os valores da democracia, da liberdade e da justiça. Seu diagnóstico relacionava diretamente as mazelas do Brasil à falta de importância dada pelos governos à educação popular.

¹⁷Contudo, ainda que Rousseau seja uma referência pra ela, suas formulações sobre a educação e autonomia se limitaram aos homens, porque as mulheres não serviriam para o intelecto, apenas a conservação de suas habilidades amorosas, e num tom de indignação ela afirma: “por mais fervorosamente que eu admire o gênio desse hábil escritor, cujas opiniões frequentemente terei ocasião de citar, a indignação sempre toma o lugar da admiração” (Wollstonecraft, 2016, p.45).

Sobre as concepções na Primeira República acerca da educação, verifica-se a existência de um consenso, entre vários pensadores, da importância da educação para o país. No entanto, os fundamentos que os guiavam, eram bastante diferentes entre si, e por isso, não é trivial que se estabeleça um quadro comparativo das propostas que giravam em torno da educação de maneira a evidenciar por contraste a proposta de Manoel Bomfim.

A “geração modernista de 70” a que André Botelho se refere, é um conjunto de autores que pensavam nas reformas para a superação dos problemas do país, e que viam a educação como solução para os problemas que a modernidade colocava. Eram orientados por uma concepção de educação tecnicista e que capacitava os indivíduos ao mercado de trabalho e à condição assalariada, resultante da coexistência da desagregação dos valores tradicionais paternalistas em um horizonte de valores burgueses que estava se afirmando na época. O aspecto social e político dessa compreensão pedagógica, está ligado aos processos de modernização da sociedade e da democratização da educação no sentido da especialização e da cultura técnica. Um dos autores dessa geração modernista de 70 era Oliveira Vianna, que acreditava na necessidade de se investir na educação secundária e no ensino superior, porque a educação teria as elites como alvo, pelo papel orientador que cumpriam de guiar a sociedade rumo ao progresso. Portanto, não existia a defesa da instrução popular, a educação primária é considerada desnecessária e não havia espaço para ela em seu projeto. Para Oliveira Vianna, o Estado moderno e a democracia social associaram-se à ideia de elite e povo, porque todo Estado moderno teria em si uma concepção elitista, as elites são consequência natural da sociedade. Sua concepção política compreendia que as elites são inerentes porque sempre haveria os “mais capazes” ou os “melhores” em qualquer grupo social. Daí que a educação se voltaria às elites, pois eram elas as mais preparadas para orientar o Estado e garantir um bom governo porque assim, educariam as massas:

O Estado dá instrução à massa; mas, a educação da massa é feita pelas elites, instruídas e educadas pelo Estado. É seguro este asserto: educar elites é ainda o processo mais expedito, mais eficiente, direi mesmo, mais econômico de educar as massas (VIANA, 1951, p.153)

Outro pensador da Primeira República que se deteve sobre a educação e desenvolveu suas formulações sobre seu projeto foi Rui Barbosa. O autor é guiado por uma concepção utilitarista da educação, desenvolvida nos *Pareceres*, obra sua que contém as diretrizes da reforma do ensino no país. Nela o sentido da educação é a preparação do povo para a vida e para as instituições da modernidade. A educação é a porta para o mercado de trabalho e a preparação de mão de obra necessária ao desenvolvimento das indústrias no país, o pilar essencial para estabelecer as bases de uma sociedade democrática, identificada pela incorporação dos trabalhadores assalariados e pela integração do país ao capitalismo. É por isso que em seu projeto, a educação não tem como princípio norteador a igualdade, porque assim desmontaria as bases ideológicas e políticas da sociedade liberal. Rui compreende a relevância do ensino o papel da desigualdade na sociedade, de tal forma, que ele se questiona:

Tereis educado as classes populares, as camadas operárias e as partes menos afortunadas e mais duramente laboriosas da nação, se lhes não inculcirdes pela evidência das leis naturais, a convicção do caráter providencial das desigualdades, em que a riqueza divide os homens ainda no seio dos Estados mais felizes? (Barbosa, 1883, p.361)

Atenta-se ao perigo “sedutor das miragens igualistas” para o ordenamento social, a educação deve inculcar os valores da meritocracia como princípio orgânico da sociedade:

[...] o futuro trabalhador há de sentir, pela direção da cultura que receberem as suas faculdades nascentes, o valor supremo, a inviolabilidade absoluta dos interesses que presidem à distribuição das categorias sociais pela herança, pelos merecimentos e pelo trabalho (BARBOSA, 1883, p.361).

A educação formaria a população para a cidadania nos termos da democracia liberal representativa, concomitantemente à formação de trabalhadores assalariados. O ideal de democracia de Rui Barbosa fundamenta-se na concepção liberal da liberdade individual e da igualdade jurídica como pilares, a participação política, portanto, está ligada ao momento de escolha dos representantes, o voto, condição indispensável para a participação política, a educação, garantiria a participação no momento da escolha dos representantes, fundamentada em uma opinião pública racional. Daí a importância instrumentalizadora da educação e sua concepção de participação restrita aos limites dos procedimentos eleitorais da democracia.

A educação capacita a participação política dos indivíduos e garante seus direitos políticos, portanto, sem ela não se pode realizar a democracia. Tal compreensão dos direitos políticos e do voto, deriva da ideia de função pública do mesmo, ou seja, o voto deveria ser limitado à população por algumas condições, justamente por desempenhar uma função pública. Logo, o voto censitário por renda e instrução seriam os parâmetros que atestariam a capacidade política para o exercício da função pública do voto.

Identifica-se de maneira radicalmente diversa, o papel da educação como a base para a democracia em Bomfim, pois se articula aos valores fundamentais da sua concepção de democracia: a liberdade e a igualdade. É imprescindível a articulação dessa compreensão no seu projeto de sociedade e de governo. A ignorância se coloca como uma política de Estado, os governantes mantêm a política da ignorância porque mantêm a exclusão política:

Ora, mesmo que houvesse verdade de urnas, longe estaríamos, ainda, da realidade democrática, visto que a Constituição privilegiou o voto, para os alfabetizados, e que os dirigentes, muito religiosamente, mantêm as populações na ignorância precisa para que, em toda a infâmia e insuficiência, possam continuar no mando (BOMFIM, 2014c, p.264).

Diferentemente de Rui Barbosa, Bomfim era um defensor radical da igualdade, portanto, criticava duramente o veto à participação dos analfabetos. Sabia que para o exercício da cidadania a necessidade de saber ler e escrever, ou ter posses e renda, não necessariamente elevaria a qualidade da democracia. Portanto, não compactuava com a proposta de Rui Barbosa e do projeto liberal de reforma da educação, que defendia o voto censitário e capacitário. A causa dos problemas políticos não era a participação do povo no processo eleitoral, mas a herança colonial que se apoderou do aparato do Estado e que governava sob a dinâmica de exploração do povo e espoliação das riquezas do país.

De tal sorte, se tudo fosse ótimo na vida política, teríamos que os 36.000.000 de brasileiros deviam existir explorados e tiranizados pelos 10.000, ou 12.000 dirigentes, erguidos sobre os reduzidos eleitores. E tudo seria a continuação concreta do teor colonial, como se dá sempre que um povo de ignoros se encontra sob o domínio de uma reduzida classe dirigente, sobretudo se ela tem origem própria, qual a do Brasil, derivada diretamente do domínio bragantino sobre a colônia (BOMFIM, 2014c, p.264).

Articula-se o ponto principal do seu programa de transformação do país, que é a educação popular. Daí “tudo nos diz que, justamente por isso, devíamos ter atendido especialmente às necessidades da educação popular” (BOMFIM, 2014c, p.276).

É invertida a lógica presente nas propostas do campo do liberalismo nacional e do campo antiliberal e antirrepublicano: protelar a democracia porque o povo não está preparado para ela, sendo possível apenas na medida que a alfabetização acontecesse, como era para os liberais, ou mesmo que a democracia não fosse necessária, para o pensamento autoritário. Mas, pelo contrário, do seu ponto de vista se institui um regime democrático, para que se realize a educação massiva e pública, portanto a defesa da democracia é inegociável sob quaisquer circunstâncias.

A esperar que uma educação inicial nos leve à indispensável renovação, esperaremos eternidades, numa expectativa que será necessariamente agravada de misérias. No Império, protelava-se a democracia, porque não tínhamos povo educado para o regime... e setenta anos de realeza não o preparou. Na República, elimina-se igualmente a democracia e condena-se a liberdade, também na alegação do imprevisto do povo para a política de liberdade e de opinião... E nos trinta e sete anos de República, mais nos afastamos da indispensável cultura das massas. Esperar ainda, seria arriscar todo o futuro desta pátria (BOMFIM, 2014c, p.327).

Como poderia mudar o quadro da educação, se a maioria estava alijada do poder, distante da prática da liberdade, da escolha dos representantes e da agenda democrática? Não se deveria esperar transformações das classes dirigentes “aqui, não se dará nunca que os dominantes preparem a massa popular para ser a efetiva soberania da Nação” (BOMFIM, 2014c, p.327).

Esperar do povo e suas manifestações “espontâneas”, o que ele chama de “instinto social”: como a simpatia e a generosidade. Em uma espécie de elogio aos instintos e a razão, aposta na força dos traços fundamentais da personalidade humana, que ele acredita ser a justiça e a moralidade, para a transformação das coisas:

Bem sabemos que a vida em forma humana não é, apenas, expansão espontânea, nem a crua imposição dos instintos; mas, dialética, critério de razão, pensamento a desenvolver-se, disciplina moral e política, estreita solidariedade na justiça...E toda a evolução humana consiste, justamente, na ascensão dessa realidade instintiva para a plena moralidade e a justiça (BOMFIM, 2014c, p. 329).

A partir de uma ideia de natureza da vida social, Bomfim articula as possibilidades de transformação, uma saída encontrada por ele, de uma realidade sufocada pelas tradições políticas do conservadorismo e da inexperiência do povo às práticas democráticas. Porque aposta na capacidade de revolução política e social, manifesta através dessa natureza, que ele chama de cultura em outros momentos, que é possível desarvorar os veios do conservadorismo característicos das classes dirigentes brasileiras. Nesse sentido, ele responde às análises que imputam a incapacidade do povo à democracia e que continuamente protelam a democracia sob essa justificativa:

De tal sorte, invocada essa base instintiva, havemos de reconhecer que a fórmula nem chega a ser inspiração de programa, tanto se complicam os aspectos, a partir das necessidades primeiras, até as reivindicações de justiça, e os anelos de cordial e ilimitada solidariedade. Assim, distantes da origem, ficamos em face do fato social por excelência – a reação recíproca das consciências. Então, é possível a reação explosiva, em que se quebram as velhas sínteses, efetivamente resíduos de ordens preexistentes (BOMFIM, 2014c, p.330).

Encontrar na capacidade e poder do povo o necessário para a transformação da realidade, e assim efetivar um programa de justiça e liberdade, é um diagnóstico que difere enormemente do pensamento corrente na Primeira República. Que ora afirmava apenas a capacidade de uma elite para levar a cabo as transformações, ou a via do autoritarismo para, enfim, garantir a resolução dos problemas sociais.

Oliveira Silva, por entender que a educação era um amplo projeto, cunhou o termo “ideologia ilustrada” para abarcar a totalidade da questão educacional enquanto veio estruturante do pensamento de Bomfim. O intérprete afirma que a ideologia ilustrada faz parte da caracterização da radicalidade do pensamento de Bomfim, justamente por haver naquele contexto, dois projetos em disputa, um ligado ao projeto de educação massiva e popular, e outro de concepção elitista. Sussekind e Ventura por sua vez, identificam que se há alguma crítica a Manoel Bomfim, não deve ser por sua proposta de educação como a via para transformação. André Botelho também identifica um teor radical na sua proposta, que gira em torno da ideia de ação educativa, o conceito pelo qual ele organizou o pensamento do autor, destacando a importância do tema da educação no desenvolvimento de suas propostas.

Botelho denota radicalidade sobre o conceito, pois é a partir dele, que Bomfim pode se afastar das teorias raciais deterministas em voga no pensamento social e de pensar soluções de perspectivas culturais. No entanto, os intérpretes enxergam no projeto de educação, um viés conciliador, porque é sobre a adequação do povo à questão nacional, abafando conflitos de classe e dissensões sociais. Oliveira Silva, por exemplo, aponta a ideologia ilustrada como um projeto de integração dos interesses nacionais com o objetivo de manter a integração nacional através do apaziguamento dos conflitos de classe. A incorporação em um projeto de nação burguês, como objetivo do projeto político de Bomfim, revelaria sua incapacidade de romper com seus interesses de classe e propugnar um projeto radical.

Botelho afirma que, por ser uma característica da “geração modernista de 70”, na qual ele mesmo inclui Bomfim, as propostas em torno da educação são fruto da disseminação dos valores burgueses e liberais no contexto de desintegração dos valores da sociedade tradicional. Aí residiria o conservadorismo e o limite da radicalidade de Manoel Bomfim, à medida que o projeto tendia ao apaziguamento de conflitos, a favor de uma integração nacional ao projeto burguês de sociedade. Essa ambiguidade em Bomfim era reflexo do contexto tensionado pela coexistência desses valores, por sua vez a ideia de ação educativa é que permitiu o desenvolvimento das ideias de Bomfim e afastá-lo das teorias deterministas biológicas, ao pensar sob uma perspectiva histórica e cultural as dinâmicas da sociedade brasileira, propondo uma ideologia ilustrada de valores burgueses.

Antônio Cândido, por sua vez, afirma ser um estrangulamento que a educação fosse sua maior proposta para transformação da sociedade. A proposta de transformação pela educação como solução, é reformista e fraca, identificando os limites de sua radicalidade pela influência de um reformismo ilustrado, característico de pensamentos conciliadores.

Percebe-se que essa é uma tensão nevrálgica da obra de Bomfim, justamente porque a educação é estruturante de seu pensamento. Parte-se aqui do entendimento que a proposta de educação de Bomfim não é aquela ligada aos propósitos de formação de uma massa trabalhadora, essencialmente tecnicista, para os objetivos de integração do país na dinâmica capitalista de mercado. Nas suas palavras:

Já não se trata simplesmente da cultura intelectual, considerada nas suas aplicações práticas – a ciência a serviço da indústria; trata-se do papel da inteligência na constituição das sociedades atuais (BOMFIM, 2005, p.394).

Como visto, as propostas em torno da educação variam enormemente de princípios, fundamentos e objetivos. São as diferenças evidentes em torno do projeto de educação de Oliveira Vianna, por exemplo, que visava um projeto voltado às elites e para o ensino secundário e superior. Ou até mesmo em relação ao campo liberal, o projeto de educação tem propósitos e concepções orientadas pela modernização e incorporação de valores burgueses e liberais tal qual presente em Rui Barbosa. Por fim, tem-se aquela marcadamente humanista e republicana, como a educação em Bomfim, envolvida em um projeto de sociedade de valores cívicos e republicanos. Destaque para seu papel na fundação da Universidade Popular¹⁸, que diz muito sobre sua compreensão da educação e a relação que se tem com a autonomia e liberdade, bem como a quem ela deveria se voltar. Oliveira Silva evidencia a radicalidade do projeto educacional bomfiniano no contexto em que havia uma distinção clara de um projeto elitista e um projeto de instrução popular do campo radical, no qual Bomfim se encaixaria em sua análise.

A questão é pontuada também por Uemori, por outro prisma. A permanência do elemento conciliador no pensamento de Bomfim, porque em 1932, mesmo após as formulações sobre uma via revolucionária, o autor ainda acreditava no papel da educação e apostava na necessidade de se fazer uma reforma do ensino no país: “No livro *Cultura e educação do povo brasileiro*, que é de 1932, nosso autor preservou seu pensamento crítico, porém continuou acreditando na potencialidade transformadora da educação” (UEMORI, 2006, p.157).

Posto que Bomfim teria dificuldade em apostar em saídas de ruptura para a situação política do país, Uemori (2006, p.153) identifica que o autor partiria em defesa da harmonia para a conciliação dos interesses nacionais e, por isso, o papel da educação de assimilar o indivíduo ao seu meio social.

Identifica-se, pelo contrário, que o ponto essencial do programa revolucionário para a transformação da sociedade em Bomfim é a educação. Se ele retoma a importância da educação como um projeto revolucionário, mesmo após anunciar medidas de ruptura de ordem como fez em *O Brasil Nação*, é porque as dimensões

¹⁸ A Universidade Popular foi um empreendimento inédito no Brasil de um conjunto de intelectuais como Elycio Carvalho, José Veríssimo, Manoel Bomfim e outros, tinha o objetivo de empreender a instrução superior para educação do proletariado (AGUIAR, 2000).

da reforma e revolução, não são antitéticas em seu pensamento. Quando se identifica uma linguagem republicana democrática em seu pensamento, compreendem-se a reforma e a revolução como estratégias políticas, que fazem parte dessa tradição. Considerando que há também uma relação dialógica entre esses níveis estratégicos de maneira que, a educação como reforma, influi também em uma transformação radical da sociedade. A educação é uma transformação revolucionária, quando ela parte de princípios democráticos e libertários em uma sociedade imobilizada pela ignorância enquanto projeto de poder.

É justamente pela capacidade crítica e articuladora da ideia de ação educativa, no seu projeto político republicano democrático, que possibilita reatar os nós a que André Botelho se refere. Aquele nó, concernente à primorosa e radical análise das dinâmicas da sociedade brasileira e, o nó relativo à sua resposta, da solução para os problemas decorridos dessa realidade. De maneira reveladora e crucial para compreensão da radicalidade de Bomfim, Botelho reata os nós que foram sufocados na visão de Antônio Cândido, pela disparidade crítica de sua análise e a conclusão decorrente da educação, que no limite representava uma reforma tímida, como uma postura típica de um intelectual movido pelos ideais ilustrados. É a ideia de ação educativa que o distancia das análises biologizantes das diferenças, que coloca de maneira decisiva Bomfim na contramão das teorias hegemônicas sobre o “atraso brasileiro” e certifica a radicalidade de seu pensamento:

E, com isso, não há inferioridades essenciais, nem irrecusáveis superioridades, nem degradações incuráveis... nem, sobretudo, milagres, que dispensem o ideal vivificante e a educação formadora (BOMFIM, 2014c, p. 306).

Mas, discorda-se também da interpretação de Botelho, segundo a qual o que levaria a essa compreensão de Bomfim sobre a educação e as diferenças eram fruto de um contexto tensionado e influenciado pelos valores burgueses. Sobretudo porque é a compreensão e articulação de seu ideal democrático de viés humanista e republicano que possibilitou a elaboração de seu projeto de educação, muito além de um propósito utilitarista e burguês:

Que ouçam Bourgeois, sempre acatado entre os democratas franceses – que o ouçam dizer ainda agora: “A educação é a primeira e a última palavra

da política”; que ouçam Clemenceau, jamais infiel à liberdade e à democracia: “A educação popular deve ser o princípio fundamental de toda política republicana”(BOMFIM, 2005, p.392).

Identificar a radicalidade de seu projeto educacional permite uma coerência melhor de sua obra, utilizando da expressão de Botelho, reatar os nós é essencial para que se tenha uma noção mais adequada da educação e de sua relação com a sua compreensão política mais ampla. Onde a dominação se atualiza sob a ignorância, é verdadeiramente revolucionário que a educação esteja na ordem do dia. Em Manoel Bomfim, a educação popular e pública é o caminho primordial para a participação política e constitutiva da soberania popular, colocando-se como o principal projeto de transformação do país e da refundação da nossa república sob princípios verdadeiramente democráticos.

A nação e a história

Tomar a nação como um lugar privilegiado para o desenvolvimento de suas ideias e de sua análise, foi frequentemente apontado pelos seus intérpretes, como um dos aspectos conservadores mais salientes de seu pensamento. O enquadramento nacionalista no quadro interpretativo da história e sociedade brasileira para Sussekind e Ventura foi uma das causas que impossibilitou Bomfim de romper com a ambiguidade em suas propostas. Através da ideia de caráter nacional, a história é reescrita para dar sentido ao que se consideraria o gênio brasileiro, elencando episódios e personagens que exaltassem as características da nacionalidade. Portanto, um fazer historiográfico que se desenvolve a partir da ideia de caráter nacional, que busca nas tradições e no passado as expressões da nacionalidade. Uemori identifica o forte viés moralista de sua argumentação que contaminou a análise sociológica de Bomfim a partir da construção de uma ideia de tradição nacional.

É nítida que a intenção de Bomfim seja a de construir a nação, recuperando os elementos que a fizessem ser o que ela é em relação ao mundo, e essa disposição pode ser encontrada nos autores de sua época. Respondiam à sociedade que estava por se fazer, cada um elencando os motivos pelos quais a nacionalidade estava incompleta e as soluções que acreditavam serem possíveis. Como é o caso de Rui Barbosa que fez uma adaptação à brasileira dos princípios liberais,

trabalhando em cima das condições nacionais os ideais norteadores do liberalismo político. Assim fez Euclides da Cunha, impressionado pelo Brasil sertanejo, estudando as condições geológicas, étnicas, culturais e políticas, para delinear o brasileiro no quadro de evolução social. Ou como fez Alberto Torres, cuja solução para a organização nacional, passa por entender a vocação do país, respeitando e maximizando suas características a favor do pleno desenvolvimento do Estado e das questões sociais.

Oliveira Vianna defendia que ao Estado cabia a construção da nação porque isso só poderia partir dEle através do autoritarismo, propiciada pela formação histórica e cultural do povo, de uma solidariedade incipiente que não poderia por si, formar uma sociedade civil capaz de atender às demandas da modernidade. Ou mesmo para Manoel Bomfim, que compreendia que a expressão da nacionalidade já existia desde os primórdios da colonização, mas que fora sistematicamente sufocada pela ação do Estado e pela lógica colonialista e conservadora que se perpetuou nas classes dirigentes:

[...] há, no Brasil, duas tradições nacionais: uma essencial, de sempre – a própria expressão da alma brasileira, vivaz, desde o começo do século XVII; outra, ligada ao bragantismo, expressão dos seus processos, vívida e pertinaz no ânimo dos dirigentes, continuadores diretos do Estado português aqui deixado por D. João VI, implantado na mentalidade dos seus brasileiros. São tradições divergentes, repetidamente em conflito, inconciliáveis; uma que está na alma do povo, com a nação propriamente dita; a outra que se liga aos exploradores dela, no papel de dominantes, e que é a própria tradição política (BOMFIM, 2014b, p.219).

Em Bomfim o espírito nacional é oposto à expressão do Estado, nas suas formas políticas e sociais, representam interesses diversos e até mesmo desencontrados. As características da tradição nacional se contrastam às características tradicionais que o Estado encarna no bragantismo, que “como uma casta, vêm a privilegiar-se nas funções de governo, já convertido em exploração” (BOMFIM, 2014b, p.18).

A expressão da nacionalidade é identificada pela própria realização da soberania popular e da democracia e a incapacidade do Estado de abraçar esta tradição política demonstrada ao longo dos capítulos da história brasileira, corroboram a formação de duas tradições opostas, que se sustentam pelo abafamento de uma pela outra.

Se há um gênio nacional-brasileiro, esse ainda não teve realização, pois que a nação continua abafada, escravizada, pela classe dirigente, como era dantes pelo governo da metrópole, de quem são, os mesmos dirigentes, herdeiros diretos e continuadores imediatos. Por isso mesmo, tratando de – tradições nacionais, não pensamos, de modo nenhum, na tradição da política dirigente até hoje dominante. As tradições nacionais manifestadas somente com os movimentos de solidariedade em torno da pátria idealizada, e em revolta contra a pressão dominante; estas correspondem justamente ao espírito de reivindicações contra a tradição política: aquelas valem como inspiração de justiça e liberdade; esta, como tendência ao despotismo vil, insincero e espoliador (BOMFIM, 2014c).

Durante a história de luta pela liberdade, estão a expulsão dos franceses, dos holandeses, as diversas conjuras pela independência e autonomia do Brasil, a manifestação da poesia nacional como expressão abolicionista, que se fez o espírito nacional. A tradição política nacional, expressão da verdadeira nacionalidade é definida por Manoel Bomfim:

Nem se lembram – talvez nem sabem: que todas as verdadeiras expansões do nosso patriotismo têm sido movimentos em prol da liberdade: independência da nação, eliminação do príncipe estrangeiro, libertação dos escravos, República (BOMFIM, 2014c, p.218).

Bem colocado o que são as expressões do nacionalismo em Bomfim; o nacionalismo corresponde a expressão dessa tradição republicana democrática, visto como a tradição nacional, que é sufocada por uma outra tradição, a bragantina, que sempre toma o lugar para que essa tradição nacional identificada à expressão republicana não aflore. É preciso olhar com criticidade para a formação da tradição no seu pensamento, justamente porque há duas tradições opostas, e o trabalho de Bomfim é justamente trazer à tona, a expressão do nacionalismo democrático e não do nacionalismo desvirtuado antidemocrático e bragantino. O que não se confunde com nacionalismos que compartilham uma visão ufanista e demagógica, tal quais os herdeiros de uma política que vinha desde o estado colonial:

Em razão desse império das tradições de classe, e porque os primeiros dirigentes brasileiros foram continuadores imediatos da tradição política portuguesa-bragantina, nos que se lhes seguiram, encontramos todos os defeitos e vícios dessa política, que moldou a dos governantes brasileiros – Império, ou República (BOMFIM, 2014c, p.200).

Para o conhecimento necessário do seu argumento, Bomfim delinea duas tradições políticas antagônicas e elenca os aspectos principais de cada uma. O braganatismo que é a expressão da classe dirigente, do Estado, se define pela prática do despotismo, é antidemocrático, contrário à liberdade, espoliador, se atualiza no Império, e depois, na República. A expressão nacional, cujo representante é o povo, é a luta pela liberdade e democracia, pela soberania popular, pela justiça, é a tradição do republicanismo. Visto por Sussekind e Ventura como a expressão do termo do parasita na relação do parasitismo, o Estado é a parte que tem a função de expropriar, tyrannizar, cobrar e punir. O Estado manteve a lógica colonial de exploração, mesmo após a Independência, e por isso o braganatismo é a herança dessa lógica que se atualizou no Império e depois na República, mantendo sua essência.

A nação, ao contrário, representa a expressão da sociedade que luta pela soberania popular e pela democracia. Que não reflete as explicações deterministas e biológicas dos problemas sociais, porque, a incapacidade democrática é resultante da exclusão sistemática e opressiva por onde o Estado se organiza. A releitura historiográfica de Bomfim, se justifica pela necessidade de uma narrativa construída a partir da luta daqueles que buscaram a independência do país e da organização social e política pelos ideais de liberdade e justiça. De refundação da legitimidade nos termos da soberania popular e da democracia. Assim é o papel da história em seu sentido forte e popular, obliterada por forças políticas, como forma de invisibilizar uma auto reflexão capaz de conscientizar o povo sobre tais fatos.

Destoa dos prognósticos fatalistas acerca da incapacidade do povo para a democracia, dos diagnósticos que apontavam apenas o autoritarismo como a forma acabada para a expressão política brasileira, dos vieses deterministas e biológicos acerca da inferioridade e, portanto, da justificada inviabilidade democrática. “O povo brasileiro, mesmo no estado de ineducação política em que se encontra, é dos mais próprios para o regime de liberdade” (BOMFIM, 2014c, p.207).

É preciso notar que ele ainda se mantém em uma chave racializada, para se justificar a adequação de um sistema político ao caráter nacional do povo. Ele estava se afirmando perante os atestados pessimistas sobre a construção de uma nacionalidade em expressão democrática. Seu argumento combina sim elementos raciais, mas para justificar a predisposição do povo ao regime democrático.

Procurava também se afirmar em relação ao contexto das independências da América Espanhola. Visto com preocupação pelos pensadores, os processos independentistas espanhóis, assustaram pela multiplicidade de guerras envolvendo o nascedouro das repúblicas daquela parte da América. Manoel Bomfim procura na expressão dessa nacionalidade motivos que pudessem afastar a previsão de qualquer instabilidade política que resultasse em uma guerra civil, ou um cenário conflituoso. As razões pelas quais isso não ocorreria se encontra nas características do próprio povo:

[...]As suas benéficas tendências de solidariedade, a cordial mansidão do seu caráter, indis põem-no para as desordens facciosas. Entregue a si mesmo, ele viveria em boa harmonia, sob a direção legal de autoridades que apenas simbolizem essa harmonia. Naquelas partes dos nossos sertões, deixados aos humildes naturais, o tradicional sertanejo, sob autoridades que mal se pronunciam, manifesta mais humanidade, mais realidade moral do que a média dos que vivem nos centros ostensivamente contidos pela fêrula oficial (BOMFIM, 2014c, p.208).

Dessa forma ele opera quando anuncia o bandeirantismo como movimento desbravador; e exclui dessa representação, a perseguição aos indígenas, ou quando ele assume que no Brasil a colonização foi menos violenta do que em outros lugares. Desenvolvendo uma historiografia que justificasse a influência de um sentimento nacional, aglutinador e mediador dos conflitos, que não apontasse para um cenário de guerra civil como acontecia nas recentes repúblicas latino-americanas. Ao recontar a história, ele relativiza uma narrativa já estabelecida em sua época, acerca da problemática ação dos bandeirantes, e confere ao que ele chama de “sistemática deturpação da nossa história”. Ele acaba relativizando as missões bandeirantes comparando aos empreendimentos colonizadores de outras nacionalidades:

Comparem-se, no tempo, os nossos sertanistas com quaisquer outros ocidentais que tenham estado em contestação com as tribos americanas, se com valor para não serem detidos por elas, e vejamos se eles, paulistas eram mais cruéis e desumanos do que espanhóis, holandeses, ingleses, ou franceses..Em verdade, o que uns e outros faziam com as raças dominadas, já nas vésperas do século XIX, é mais torpemente injusto que o proceder dos paulistas, que, com o seu valor apenas, tiveram de conquistar todo o centro do continente(BOMFIM, 2013, p.108).

Por isso os empreendimentos colonizadores espanhóis, seriam superiores em crueldade, pelo fato de dominarem “civilizações comprovadas pelo tempo”, como se

no Brasil, tal colonização fosse menos cruel pelas razões de encontrarem aqui “povos e civilizações” considerados novos, ou menos “desenvolvidos”. Atenua acerca da escravidão e chega a afirmar: “Com todas as misérias e contingências de um povo feito por negreiros, sobre o trabalho de escravos, chegamos a ser os senhores mais humanos” (BOMFIM, 2013, p.205). Nota-se que mesmo crítico da escravidão e das teorias eugenistas, ele ainda não incorporou a cultura negra da liberdade, incorreu em argumentos racistas como demonstrado. Isso representa sim a maior tensão de sua obra, que se faz na construção da narrativa da afinidade de um sentimento nacional republicano, passa por cima das contradições da colonização visto as condições de vida dos indígenas e escravizados. Ele se mantém do ponto de vista crítico, muito aquém de uma denúncia das contradições da colonização e da violência desse processo, assim como fizera em seu primeiro livro. Vê-se indiscutivelmente, uma tentativa de comprovar a viabilidade da sociedade brasileira, provando a existência dos laços de solidariedade necessários para tal, mesmo que isso significasse revisitar a história brasileira reconsiderando a violência colonial sob um olhar pacificador.

Como bem notado por Uemori, em *O Brasil na América*, Bomfim fez poucas referências ao caso de Quilombo dos Palmares, porque a intenção era atenuar a violência de uma sociedade fundada na escravidão, e chega mesmo a reverenciar a atuação dos bandeirantes na conquista e integração do interior, como o “caso dos palmarinos”, a incursão do bandeirante Domingos Jorge Velho designada à resolução da situação dos negros:

Mais tarde, para resolver o caso dos palmarinos, de novo apelaram para o valor guerreiro dos paulistas. Fez-se um verdadeiro tratado, com o bandeirante Domingos Jorge Velho, que, à frente de mil dos seus conterrâneos, marchou do sertão do Piancó, na Baía, a Garanhuns, em Pernambuco, e, aí, em combinação com as forças do valente pernambucano Bernardo Vieira de Melo, conseguiu dar o grande golpe nos negros aldeados (BOMFIM, 2013, p.360-361).

Ao contrário do que ele fez em *A América Latina*, no qual o conflito essencial do parasitismo molda todo o desenvolvimento analítico e a construção do seu argumento de denúncia da violência e do processo colonial, responsável por fundar uma cisão essencial da sociedade brasileira. Na sua narrativa de maturidade, a nação surge, tal como apontado por Uemori, como uma força modeladora das consciências e se impõe acima da vontade individual. O que faz com que ele acabe

por escorregar em um nacionalismo que fecha os olhos para os efeitos da colonização e atenua suas críticas, para fazer caber no seu discurso, a defesa de uma história nacional em sentimento de coesão e solidariedade, como também de sua viabilidade futura.

Apesar de tudo isso, em calma de espírito, o povo brasileiro é sempre cordialidade, compaixão, generosidade sentida e singela. Nem podia ser de outra forma. O próprio caboclo, o sangue primeiro: dentro da sua gente, era perene cordialidade fraternal (BOMFIM, 2013, p.205).

O intuito do autor é limpar da história o “nome do brasileiro da mancha de desordeiro e indisciplinado, como o apresentavam os historiadores a serviço do império” (BOMFIM, 2013, p.214). Nas obras de maturidade, sua tática, por um lado, não rompeu com uma visão conservadora sobre a expressão da nacionalidade, guiado pela necessidade de construção de uma expressão nacional democrática, que se contrapõe à tradição do Estado e suas expressões antidemocráticas e antirrepublicanas. É um momento paradoxal do seu pensamento que deve ser avaliado e criticado. Assim ele privilegiou os momentos de expressão republicana, de ideais de liberdade e justiça, diminuindo o peso das contradições da colonização, como ele fez em 1905, no seu livro *A América Latina*. Mesmo reforçando esse argumento, ele não se isenta das contradições:

o caso envolve paradoxos: um povo que apesar de valente, prefere suportar péssimos governantes, a fazer a guerra civil; o brasileiro é uma alma de bondade, mas o Brasil é um dos países onde menos se respeita vida humana (BOMFIM, 2013, p.205).

Essa pode ser considerada uma estratégia – cheia de tensões e contradições – de Bomfim para a busca do sentimento de nacionalidade ou, em outros termos, o cultivo do patriotismo. Esse recurso¹⁹ sustentaria a sua ideia de regime político que é a República, em linhas gerais, o regime que tem como princípios fundamentais a igualdade e a liberdade, a partir da supremacia das leis alicerçadas no princípio do bem comum. A nação é representada pela República, enquanto ordem política baseada na existência de leis que instauram a liberdade, a nação livre é identificada

¹⁹ Rousseau define a importância e a ligação do patriotismo com a liberdade e a virtude cívica, com efeito para a conservação da República: “A pátria não pode subsistir sem liberdade, nem a liberdade sem virtude, nem a virtude sem os cidadãos” (Rousseau, 1964, p.259 apud Alves, 2019, p.75).

ao regime político da liberdade²⁰, vinculado à ausência de dominação, seja no âmbito da sociedade, entre grupos e classes, ou externo a ela, entre países. É necessário que haja um compartilhamento de valores comuns no estabelecimento de uma ordem política republicana, que fazem parte da virtude cívica, garantindo que o consenso sobre esses valores, e o respeito às leis, resultem na garantia à liberdade que esse próprio acordo instaura. O patriotismo nesses moldes significa nutrir²¹ os valores cívicos que celebram a liberdade civil resultante da vontade geral, como antídoto à dominação, corrupção e apatia dos cidadãos.

A criação de uma narrativa nacional, passa pelo conhecimento da história, da exaltação de personagens e acontecimentos com o sentido de incutir o patriotismo e cultivar a virtude cívica dos cidadãos. Deve-se ter isso em mente para a interpretação das lutas nativistas de Bomfim, o autor procura retratá-las como lutas pela autonomia política da nação, parte de sua tentativa de exaltação e construção de uma história nacional de resistência e luta pela liberdade, em contraposição à historiografia que as viam como facciosas. Esses episódios são tomados por ele como exemplo da oposição das duas tradições políticas na constituição do Brasil, uma identificada à liberdade e outra à dominação.

A Guerra dos Emboabas (1708-1709) como ficou conhecida a luta dos paulistas contra os estrangeiros pela exploração das minas recém descobertas, é reveladora quanto a ajuda prestada pelo governador enquanto representante de Lisboa, que acabou dando aos forasteiros o privilégio do empreendimento. A Guerra dos Mascates(1710), episódio no qual, Lisboa sorrateiramente enviou uma carta régia aos pernambucanos aceitando suas queixas, e ao mesmo tempo, autorizou os portugueses o pleno domínio dos recursos municipais (BOMFIM, 2013). Disso tem-se que esses episódios representam o abafamento de lutas por liberdade da colônia, a favor do estabelecimento do domínio colonial para a exploração e manutenção dos privilégios, contra a expressão do movimento republicano. Possibilita deslocar e opor-se a interpretação de que o Brasil teria recheado suas páginas com lutas separatistas, e a elite política (representada pelos portugueses) foi essencial para a

²⁰ É possível definir com alguma precisão duas acepções de liberdade presentes em Maquiavel, uma ligada à ideia de independência de uma cidade frente às outras, e uma noção que diz respeito à ordem interna da cidade, liberdade é resultado do acordo entre cidadãos que vivem sob leis instituídas pela sua participação (ADVERSE, 2007).

²¹ “[...]manter, com os bons costumes, o respeito pelas leis, o amor pela pátria e o vigor da vontade geral” (Rousseau, 1995, p.104. apud Cruz, 2021, p.59).

manutenção da ordem e da integração nacional²². Quando na verdade, nessa chave reinterpretada por Bomfim, essas guerras foram expressões de luta pela autonomia e liberdade da colônia, sob o poder opressivo da metrópole e das forças que se beneficiavam disto. A expressão nacional se afirmou em vários episódios, tanto na expulsão dos estrangeiros como foi com os Holandeses, como na luta pela autonomia política e econômica da colônia.

Bomfim apoiado por uma historiografia que pretende fazer frente àquela dominante, conta com os trabalhos de Southey, Frei Vicente de Salvador, Capistrano de Abreu e Padre Antônio Viera²³. O autor narra as diversas lutas nacionais pela liberdade que foram apagadas ou distorcidas das páginas de história oficial, por outro ponto de vista. Revela por exemplo, como Portugal acordou com a Holanda todas as conquistas destas sob as posses portuguesas, em troca do auxílio ao D. João VI contra a Espanha²⁴. É flagrante como o Império é um fator de instabilidade da ordem política, nos meandros da atuação portuguesa, desagregadora da unidade nacional. Nesse sentido, Bomfim reafirma o papel de uma historiografia²⁵ que reivindica um olhar para aquilo que ele define como expressão da nacionalidade em luta pela liberdade, a história do movimento republicano.

Seguindo a reelaboração da história brasileira com intuito de demonstrar e registrar a formação da nação, a maior e mais importante expressão da nacionalidade para Bomfim é a Revolução Pernambucana de 1817. Apagada da história a favor da Independência de 1822, essa que representava fatalmente o conluio dos portugueses e Ingleses para o domínio do Brasil e a permanência colonizadora fruto dessa política, abafando as lutas pela soberania.

²² Confronta-se com uma linhagem historiográfica que encontra sua expressão atual na conclusão de José Murilo de Carvalho sobre o estabelecimento da ordem e da unidade nacional a partir da atuação das elites políticas: "a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa" (CARVALHO, 2011, p.21).

²³ Padre Antônio Viera sobre as negociações de D. João IV e Holanda, em carta ao Conde de Ericeira: "Este arbítrio ou meio de concertar a paz com os holandeses não foi meu, sim do rei, D. João IV, que está no céu, e o do seu conselho de estado... e resolveu este conselho: que se entregaria Pernambuco; e para os gastos se daria aos Holandeses 300.000 cruzados de contado" (BOMFIM, 2014, p. 326-327).

²⁴ À época das invasões holandesas Portugal e Espanha estavam sob tutela da mesma dinastia, a Filipina (1580 -1640). A União Ibérica colocou o Brasil em conflito com potências europeias que eram amigas de Portugal, mas inimigas da Espanha, como a Inglaterra e a Holanda.

²⁵ É destaque em sua obra o caráter precursor de sua crítica à historiografia tradicional, que segundo Oliveira Silva tomando de empréstimo a análise de Tétis Nunes (Silvio Romero e Manoel Bomfim: Pioneiros de uma ideologia do Desenvolvimento, 1956), o autor sergipano combatia a historiografia subordinada aos interesses portugueses cujo expoente era Rocha Pita, a historiografia colonialista de Vanhagen; e aquela reacionária presente em Pereira da Silva e Oliveira Lima.

Nem é possível compreender a monstruosidade de um Brasil que se emancipa com a Independência de 7 de Setembro, sem buscar referências na revolução essencialmente brasileira, de dezessete, e cujas energias foram abatidas pelos sicários do Bragança (BOMFIM, 2013, p.363).

A estratégia do autor é realizar uma defesa das genuínas tradições brasileiras expressadas ao longo dos séculos, porque a tradição é inevitavelmente o resultado do reconhecimento do passado e guia de ação para o futuro, orientado por uma compreensão prática da historiografia. Nesse sentido, nacionalismo e história se fundam para cumprir tal efeito. A reconstituição da história passa pela identificação dos momentos fortes de expressão e articulação de uma linguagem republicana democrática no Brasil, que se mostrou em vários momentos uma tradição crucial nas lutas de liberdade. Mas que, no entanto, nunca se formou um campo próprio organizado, por conta do abafamento de suas expressões na tradição política brasileira. Concorde-se com Antônio Cândido, quando este define que o campo radical, teve no Brasil um caráter reativo e pouco organizado, por ser sempre uma contraposição ao conservadorismo dominante.

Desta forma, junto à Cândido, mas evidenciando no interior deste radicalismo a tradição republicana democrática, descontínua na história brasileira, Bomfim busca registrar esse percurso, identificando suas características, diferenciando das expressões liberais, positivistas, autoritárias, antirrepublicanas de sua época, pela importância que assume no horizonte político e historiográfico. Lado este da história que ele atua como um propagandista e um militante.

Segundo José Maria de Oliveira Silva, a concepção histórica da América Latina em Bomfim permitiu que ele identificasse o conflito essencial desde a colonização do continente. Entre as forças que representavam a liberdade, que quando se mostravam fortes eram abafadas pelas forças conservadoras, com o objetivo de ceder minimamente para perpetuar-se no poder e manutenção de seus privilégios. Identifica-se em Bomfim uma concepção nacionalista da história, que descreve as revoluções fracassadas, no qual o povo é afastado do poder, ou é logrado pela ação de moderados e oportunistas, como fora na Independência, na abdicação de D. Pedro I, na Abolição e na República.

As redefinições do termo nação ajudam a compreender como estão ligadas ao novo sentido que a palavra começou a tomar no mundo ibérico após a década de

1820. Nesse contexto relativo à Independência do Brasil e da fragmentação do Império Português, foi que marcadamente o termo nação, adquiriu notabilidade e foi alvo de embates no interior das discussões políticas. A nação torna-se indissociada da ideia de República e está, portanto, ligada à ordem política, fruto também de transformações da Revolução Inglesa, que se espalhou ultramar nos movimentos de independência. Relaciona-se à mudança de paradigmas operados por esses momentos históricos, na alternância da justificação jusdivinista para um preceito jusnaturalista do poder. A nação se torna o lugar onde aqueles que compartilham a condição de cidadãos, gozam de direitos e deveres políticos em condição de igualdade.

A edição do Dicionário de Moraes e Silva em 1858 revela uma novidade perante os significados presentes em outras edições do termo nação (PAMPLONA, 2009). Esta não vem associada à ideia de ascendência comum, de outro modo, aparece descrita como uma reunião de diversos povos ligados pela cultura em um país. Há de notar que é perceptível a dimensão cultural do nacionalismo na acepção mobilizada por Bomfim, que se evidencia no elogio à miscigenação do povo brasileiro e a matriz pluridiversa da cultura, tudo isso em franco contraste à proliferação do eugenismo e da reivindicação do purismo étnico. Manoel Bomfim é o primeiro autor a defender a participação dos indígenas e dos negros na formação da nacionalidade, não como forma de legitimar a experiência colonial, mas afirmar essa nacionalidade contra a ordem colonial:

A ordem passou a fazer o motivo essencial, exclusivo, da política, justificando todos os ataques à liberdade, e as seguidas injúrias à justiça. [...] Se perscrutamos para achar o ideal em que se elevam, é esse mesmo: ordem, expressão incontestada do governo – significação de domínio, eliminação da liberdade... (BOMFIM, 2014c, p. 209).

Uemori afirma que a perspectiva exacerbadamente nacionalista, poderia alimentar discursos autoritários e xenofóbicos. No entanto, analisando as características do nacionalismo de Bomfim, percebe-se que sua acepção está ligada muito mais a uma ideia de nacionalismo enquanto fator de ordem política. Primeiro, porque se exclui a ideia de nacionalismo correspondente à ascendência étnica e, depois, porque ele critica os pressupostos eugenistas ao transitar do biológico para o cultural enquanto fator de explicação de sua análise. A exaltação das características nacionais atende ao sentido de redescoberta do Brasil e valorização de uma razão

local, e se contrapõe às visões ocidentais ditas universais, que são no limite uma razão colonizadora, tal como denunciada por ele. Contrariando a posição de Sussekind e Ventura de que seu nacionalismo era insuficiente para a construção de uma nova linguagem, e era atenuadora de rupturas, identifica-se que seu nacionalismo é capaz de romper com os ideias pessimistas e afirma uma nova linguagem de nacionalidade porque é guiada pelos princípios do republicanismo democrático, linguagem que para Bomfim é preciso que seja conhecida através da história e que se afirme enquanto uma tradição genuinamente brasileira.

Uma vez que o termo nação se estabiliza a partir de novos significados mencionados acima, e lendo a trajetória do pensamento do autor, é essencial revisar o emprego dos critérios de qualificação do nacionalismo em Bomfim. Skinner (2007c) atenta-se para a mudança dos sentidos dos termos, que é necessário sempre levar em conta a função das palavras na constituição de filosofias sociais completas, portanto é desta maneira que se procede na análise do significado de nacionalismo. Ao pensar a nação, como estratégia da tradição do republicanismo democrático, Bomfim elenca as características insígnias do caráter nacional, como recurso de estima necessário à formação de uma ordem política balizada pela democracia e pela soberania popular. O nacionalismo é uma forma de denunciar a tirania das classes dirigentes, das práticas coloniais e da dominação. O sentimento de nacionalidade fortalece a consciência política e resistência, recurso marcadamente empregado durante a Revolução Americana²⁶ pelos colonos. Bomfim realiza uma crítica inflamada à falsa soberania e exige por urgência, uma soberania verdadeiramente popular:

é na boca desses homens que a expressão soberania adquire toda sua energia; declara-se abolida a soberania do direito divino mas logo a substituem pela soberania do povo, fórmula pomposa e excessiva, de direitos que ele nunca exerceu, e que serve unicamente para mascarar o regime de domínio que o Estado vem praticando (BOMFIM, 2005, pp.214-215).

Se a nação parte dessa concepção, a república projetada em consequência, é aquela que se afirma pelo acordo entre cidadãos em uma condição de igualdade e

²⁶ A Declaração de Independência dos Estados Unidos é um dos mais importantes documentos desse país, há nela a ideia que vai estruturar toda a Constituição mais tarde. Entre os principais pontos está a defesa da igualdade entre os cidadãos e dos direitos inalienáveis, que são a vida, a liberdade e a busca da felicidade; e a revogação do governo que desrespeitasse esses fins.

liberdade entre todos. Isso não quer dizer suspender os conflitos existentes, em nome da nação, mas assegurar que se expressem legitimamente as diversas vontades daqueles que constituem o corpo político através do princípio da cidadania²⁷. Portanto, não cabe reivindicar uma imagem única do corpo político, ou que toda nação é uma necessária harmonia dos interesses em prol de uma razão nacional, como fazem os nacionalistas conservadores.

Ao aliar a soberania nacional à soberania popular tem-se o modo como Manoel Bomfim compreende o nacionalismo. É a razão pela qual diversas críticas do autor foram feitas aos chamados motivos patrióticos da Guerra do Paraguai, que alienou de um povo o seu direito à soberania. O que existia era a prática de um nacionalismo inflamado pela ideia de expansão do Estado e portanto, atentando a soberania de um povo, como denunciado por ele.

Note-se: os Paraguaiois só tinham, por si, a abstrata justiça, e o valor inalterável da sua gente; no mais, a sua estratégia estava abaixo da dos aliados. E resistiram cinco anos, numa tenacidade heroica, que só não foi estúpida porque foi sublime. Era a indefectível necessidade de não ceder, para patentear o crime do ataque inexorável a um povo americano, que não dera nenhum motivo para qualquer ataque. Eis a razão por que um brasileiro nunca poderá reconhecer legítima bondade em Pedro II. Nunca! E patriotismo? Não pode haver patriotismo, em valor de virtude, fora da boa justiça e da bondade (BOMFIM, 2014b, p. 307).

Suas convicções patrióticas negam o humanismo que não é universal, àquele que alimenta a facciosidade e a opressão em nome de uma ideal nacionalista, seja ele xenofóbico, imperialista ou colonizador. Por isso que muitas vezes se vê a crítica ao colonialismo e imperialismo em sua obra, é preciso lembrar que *A América Latinase* desenvolve a partir da crítica às dinâmicas coloniais encenadas na figura do parasitismo. Muitos anos depois ele não se furta de apontar as causas da primeira guerra mundial e o entrelaçamento do capitalismo e o imperialismo:

com isto se faz que a política mundial se engloba no que eles chamam enfaticamente de conquista de mercados, e que consiste, praticamente, em dominar extensões cada vez maiores de povos fracos, para obrigá-los a trabalhar e comprar aquilo que convém aos grandes industriais. É o colonialismo, em que transborda o imperialismo das nações rapaces, hoje

²⁷ Nicolau Maquiavel reflete sobre a inerente divisão do corpo político, entre os que querem dominar e os que não querem ser dominados. Maquiavel vê a política fundamentalmente dividida, e essas divisões não são uma ameaça, mas antes, o fundamento e a razão da liberdade do regime político (MAQUIAVEL, 2007).

mais potentemente armadas do que nas vésperas da hedionda catástrofe (BOMFIM, 2014b, p.15).

Faz veemente oposição aos motivos que levaram o Brasil a ser no Segundo Império, o “vizinho mais irritante” para os países do continente sul-americano. A história do Brasil no Sul, segundo Manoel Bomfim, é a expressão da política bragantina que afetou os laços de solidariedade continental (BOMFIM,2014b). Está presente na matriz do republicanismo inglês mais fortemente a crítica ao imperialismo, mobilizada pelos republicanos ingleses a favor dos colonos norte-americanos.

A verificação da consistência no vocabulário mobilizado por Bomfim aos princípios comuns às principais matrizes (BIGNOTTO, 2013) do pensamento republicano, possibilita uma leitura adequada dos elementos chaves que estão em sua obra. Deve-se entender a relação entre defesa da soberania nacional e soberania popular, na linguagem do republicanismo democrático:

Não há que fugir daí; isto é, na série social, não podemos sair da pátria sem sair da própria humanidade. E a nacionalidade? É a caracterização da tradição histórica em cada pátria. Então, não há nenhuma incompatibilidade natural entre o ideal de solidariedade completa na espécie humana – sem nenhuma restrição, nem privilégios, e a necessidade de pertencermos a uma pátria, e de reclamá-la livre e defendê-la, como não há antagonismo entre essa mesma concepção de irmanação dos povos, com a inteira cordialidade de relações, e a caracterização de cada grupo, na feição que a história e a geografia lhe deram. Não poderia haver contestação de intuítos entre pátria, nacionalidade e solidariedade e justiça, pois que aí estão necessidades da realização humana, estas como condições daquelas(BOMFIM, 2014c, p. 246).

Regime político e democracia

A tradição republicana se aventurou por locais e tempos vários, atualizou suas questões e colocou outras mediante os novos tempos, uma tradição que manteve como central o interesse pela liberdade, mediante a defesa do interesse comum e da vida ativa. No centro da formulação teórica e normativa da linguagem do republicanismo democrático, comparece a liberdade enquanto regime político, pois a liberdade é edificada a partir da participação política dos cidadãos e ela encontra na política sua forma e seu meio. Sua forma porque se sustenta a partir da igualdade daqueles que participam do corpo político poderem atuar em defesa da própria

liberdade. Seu meio porque é justamente a soberania popular o momento, a condição, pela qual se legitima e se efetua a liberdade do corpo político. Uma vez que só é possível ser livre, se vive-se sob um governo igualmente livre, que não é capturado por interesses e leis arbitrárias.

Assim, a liberdade da comunidade política, da cidadania na linguagem republicana não é apenas uma dimensão, um outro pólo da liberdade como coloca Isaiah Berlin. A liberdade se constitui na expressão da autonomia. Por isso que para Bomfim a democracia não é por si só um regime da liberdade, porque nela se atualizam práticas de injustiça, mesmo sob uma aparente liberdade política, mas que não se garante de fato autonomia. Se você tem direito ao voto, eleições regulares para os cargos de poder, mas você não tem autonomia, você não vive um regime de liberdade. A condição de autonomia é mais complexa do que apenas a garantia procedimental da democracia. É por essa concepção, que Bomfim pode apontar as contradições da democracia enquanto procedimento e atentar para a condição de não liberdade no interior do regime democrático:

Tal se verifica no momento político das grandes nações democráticas: a democracia, voz da maioria, converteu-se em regime de exploração da maioria trabalhadora, desde que as condições históricas deixaram formar-se essa reserva de energias humanas que é o capital (BOMFIM, 2014c, p.332).

Todos os intérpretes de Bomfim neste trabalho pontuaram alguns aspectos do ideal burguês do pensamento de Bomfim. André Botelho chega até mesmo a falar sobre como esse ideal negava o conflito de classes. Desde sua agenda propositiva com ações voltadas à justiça, à forma como ele concebe a liberdade, compreende-se que a exploração de classes e a injustiça são questões centrais para Bomfim, justamente porque ele parte de uma ideia de liberdade ligada à igualdade, presente no republicanismo democrático. Há então, uma visível diferença entre a agenda liberal e a republicana, pela agenda liberal focar essencialmente nos motivos econômicos, em contraste com uma linguagem republicana dos direitos, nos termos da igualdade e da justiça:

Nem seria de outra forma, porque na justiça se inclui toda a relação entre o problema político e a questão social. Por isso mesmo, tanto ganhamos em verdade de justiça, tanto predominam na política os aspectos sociais. Nem há, na vida atual, mais importante problema para o Estado(BOMFIM, 2014c, p. 331).

O projeto político desenvolvido por Bomfim, não versa sobre adequação da nação ao capitalismo, tal como seus intérpretes colocam, como a nação sendo o lugar que se abafam os conflitos, em nome dos interesses nacionais e do desenvolvimento do capitalismo. Pelo contrário, ele denuncia as mazelas do capitalismo e da incapacidade da linguagem liberal de resolver esses problemas, uma vez que na democracia liberal, a liberdade está relacionada à dimensão individual e isso não leva necessariamente à justiça:

A liberdade será sempre aquela coquete de Gandry – difícil de conquistar, e mais difícil de satisfazer, justamente porque não é um valor próprio[...] A fórmula democrática, se sincera, manter-se-á como recurso de educação política e livre jogo de opinião, sendo certo, no entanto, que tal liberdade nunca produzirá que a classe dirigente, dominante, abra mão do poder em benefício da que ainda é a de oprimidos, espoliados e dominados (BOMFIM, 2014c, p. 331).

A justiça é intrínseca à concepção da liberdade, porque a liberdade sem a exata medida da igualdade, é a liberdade restrita a poucos, ou mesmo a liberdade maléfica ao corpo político²⁸. A linguagem do republicanismo democrático articula a defesa da liberdade e dos direitos, dimensionados pela existência da comunidade política. Posto de tal forma, que a liberdade é a linguagem dos direitos e deveres dos cidadãos, submetidos às leis que organizam o governo.

Segundo o autor (BOMFIM, 2014b, p.19), a superioridade da democracia enquanto regime político é que, compreendendo que todo governo estabilizado tende a se corromper, possibilita que o povo participe da renovação com relativa facilidade. Bomfim, no entanto, se atenta ao paradoxo democrático, que se por um lado permite a participação majoritária, por outro, o próprio sistema se apura no sentido do menos pior, reflexo da mediana rasa dos critérios que orientam a escolha da maioria. Sua crítica volta-se à democracia, porque efetivamente uma democracia procedimentalista, restrita à participação eleitoral, sem que haja de fato uma republicanização do poder, é insuficiente para a qualidade do regime político. Comparece no seu projeto político a defesa de uma república democrática, ao mesmo tempo em que aponta as insuficiências de uma democracia liberal.

²⁸ Rousseau, em *Cartas escritas da montanha*, afirma que a existência de uma sociedade pressupõe a necessidade de que a liberdade individual seja submetida ao ordenamento legal, porque é a expressão da vontade geral e da justiça: “[...]a liberdade sem a justiça é uma verdadeira contradição, pois, não importa o que se pense, tudo constrange na execução de uma vontade desordenada” (ROUSSEAU, 1764 apud KAWAUACHE, 2013, p. 28)

A ideia de que há um ideal burguês que norteia todo seu trabalho é um equívoco, há uma ausência de compreensão da liberdade em uma linguagem republicana democrática. Essa confusão acontece justamente porque não há um conhecimento sistemático acerca das linguagens políticas e portanto, a possibilidade de captar a significação das palavras que muitas vezes se confundem, porque são idênticas, mas que são conceitualmente distintas. Afinar a percepção e a compreensão dessa linguagem no interior de sua obra é essencial para que possa classicizar Manoel Bomfim, encontrar seu lugar na cultura política brasileira lendo sua obra a partir do lugar que ela deve ser lida. Identifica-se como um autor do republicanismo democrático, porque a compreensão da liberdade no seu projeto político está atrelada a uma concepção de autonomia, problema que se coloca quando se pensa sobre a relação do indivíduo e a coletividade. Nesse sentido, é uma defesa da liberdade do indivíduo, mas que só se fortalece mediante a dimensão social, dado que a política é a expressão da organização dos interesses em prol dos interesses coletivos:

Se o Estado fosse, como deveria ser, a organização eficiente das energias gerais da Nação, a política seria, apenas, a fórmula inteligente de solidariedade, na realização dos serviços públicos, onde explicitamente se refletiriam as necessidades gerais e as aspirações permanentes. Quando estas páginas chegarem a conclusões, serão explícitas nessas mesmas afirmações, para desenvolvidamente, mostrar como numa política, conscientemente humana, se podem harmonizar para satisfação completa e justa, os interesses individuais e as necessidades gerais. O pretense antagonismo que por aí se aponta é invenção dos dirigentes, que o exploram, para justificar a inexorável tirania com que sacrificam a felicidade dos indivíduos, e os mais preciosos direitos pessoais, aos interesses do Estado, de que eles se fizeram senhores. Na realidade das condições naturais, nada justifica que, em oposição à consciência do indivíduo, tenha ele de opor-se à coletividade, e a ela seja sacrificado, quando essa coletividade é um mero conceito, pura virtualidade, que só existe na consciência dos indivíduos (BOMFIM, 2014b, p.21).

O cidadão é aquele que goza de direitos e é livre, porque a efetiva liberdade está na constituição da própria República. A República é a expressão do regime das leis que, por sua vez, resulta da vontade geral. A vontade geral é efeito prático de a condição de todo cidadão ser livre e igual, que vincula diretamente liberdade à soberania popular. Nesse sentido o poder tem caráter ascendente porque vem do povo, e fiduciário, porque confia ao governo o poder sob as leis que a vontade geral acordou.

Há em Manoel Bomfim uma passagem muito importante, que por indicar a sua perspectiva da ordem política, enquanto resultado da liberdade e igualdade como condição da própria existência e legitimidade do regimento político assentado no conseqüente acordo de todos, a partir da condição de cidadania, é decisiva na nossa análise:

A liberdade não é a vaidade, nem o isolamento. Ser livre é, antes de tudo, escapar da escravidão que a ignorância impõe, da escravidão que em nós mesmos reside, e trazer a inteligência a iluminar os atos e a vida; ser livre é compreender que a injustiça é o mal, e que a ordem social não deve ser a ordem exterior, prepotente, instável, resultando de uma imposição tirânica, mas sim o acordo normal de todas as aspirações(BOMFIM, 2005, p.373).

O autor refere-se à tradição do municipalismo, tema recorrente nas linguagens republicanas das matrizes inglesas e norte-americanas, como uma tradição de participação e democracia que educa e desenvolve a virtude cívica, essenciais para o regime político.

Não há governo democrático e livre sem inteira franquia de vida municipal. O self-government é, para os povos, como o self-control para os indivíduos: a capacidade de viverem livres e autônomos. A autonomia municipal é a prática do bem comum, ligada ao interesse imediato; é o zelo reconhecível pela coisa pública, como escola de responsabilidade, para funções mais altas (BOMFIM, 2014b, p.276).

A centralização por outro lado, intensificada cada vez mais ao longo da história do Brasil, é vista como prejudicial, tornando a autonomia uma veleidade, em benefício do Estado e das classes dirigentes, afastando o povo do exercício de sua soberania e democracia.

A soberania popular é então vista como um princípio político suspenso, que nunca se efetivou, progressivamente irrealizável, distante, um recurso retórico insidioso dos momentos paradigmáticos da independência à república:

Com vistas às aspirações de justiça da nação brasileira, 1822, 31, 89... são datas vazias, substituição de títulos, momentos de ilusão, e em que, de fato, mais se agravou o mal, visto como, em cada um dos respectivos movimentos, legitimaram-se os dirigentes, sempre os mesmos, para a perpetuação do seu domínio. Desta sorte, resta-nos uma pátria a conquistar ainda, e a liberdade política a assegurar, e criar as próprias possibilidades de progresso social (BOMFIM, 2014c, p. 315).

As páginas da história revelam uma República que não existe porque não há liberdade e nem igualdade, leis que servem para não se cumprir, é assim que os momentos que figuram como expressões de soberania e independência na historiografia oficial, são na verdade cínicos atestados de manutenção da ordem política feita substancialmente de espoliação, injustiça e ataques à liberdade.

Um Estado autocrático que nunca se democratiza, dos males de origem e por vindouros, a independência, a constituição outorgada, a transição da república, a república oligárquica, constituíram-se expressões do conservadorismo e da sua hegemonia, para a manutenção da ordem excludente. Ojeriza à liberdade e à democracia, que comparece nas elites políticas e nos representantes do Estado, e não no povo, que é padecente do caráter reacionário, violento e conservador dessa mesma ordem política.

Reforma e revolução

Outro ponto de contestação entre os intérpretes dá-se acerca do tema da radicalidade. É unânime que todos eles apontem algum grau de radicalidade de Manoel Bomfim perante o horizonte intelectual do contexto que viveu. Rompeu com paradigmas pseudocientíficos e conservadores, articulando uma análise dos males essenciais do país e propondo a superação destes para a formação da república democrática no Brasil. Foi o autor, como afirma Antônio Cândido, a denunciar de maneira mais sistemática o persistente conservadorismo da sociedade brasileira. Denunciou o racismo e respondeu às teorias do racismo científico utilizando-se das mais recentes descobertas da antropologia de sua época, enquanto a intelectualidade repetia todo o equívoco abominável.

A ênfase na dimensão cultural no debate racial adiantaria pressupostos que só seriam vistos na década de 30 com Gilberto Freyre:

A verdadeira ciência, a que se faz na observação criteriosa e desapaixonada dos fatos, tem proclamado já que o valor atual das raças é, apenas, valor de cultura (BOMFIM, 2005, p.206).

Em Bomfim já existia a compreensão de que as raças possuíam apenas valor e diferenças culturais, mesmo que ainda estivesse em uma formulação racializada

de interpretação, as diferenças atribuídas às raças já não eram de ordem biológica. Isso foi o que fez Gilberto Freyre, ao mesclar raça e cultura, o que inclusive, muitas vezes comparece de maneira ambígua em sua obra.

Já no seu livro de estreia, *A América Latina*, ele formula uma agenda de reformas necessárias para a superação da herança ibérica, que legou ao país o conservadorismo e autoritarismo enquanto práticas políticas do Estado e dos quadros burocráticos. Essas reformas visavam ao alargamento da cidadania, da participação democrática e ao princípio da soberania popular. A educação é o verve de sua agenda política e compõe a principal medida para a transformação da realidade nacional:

Desenvolva-se a educação social pela propaganda dos interesses coletivos e das aspirações superiores; cultivem-se as inclinações altruísticas, faça-se apelo aos instintos de simpatia, fale-se de bondade e amor; ponham-se a nu as iniquidades, comentem-se as injustiças - e a noção de dever próprio e do direito alheio se imporá a todos, e os indivíduos irão, pouco a pouco, habituando-se a coibir os apetites baixos e a evitar tudo o que possa ofender a liberdade dos outros; e os homens se esforçarão por satisfazer seus instintos de bondade e compaixão (BOMFIM, 2005, p. 339).

Na trilogia de sua maturidade, ele aposta na transformação pela via revolucionária, talvez pelos longos anos de experiência enquanto um sonhador de possibilidades e futuros, ciente da persistência do conservadorismo, impelido pela urgência, propõe que a consolidação de uma república democrática só viria através do povo e da tomada de poder.

Todo o argumentado até aqui – *Brasil na História*, *Brasil Nação*, e que é a história de dois séculos, demonstra-nos que não se pode esperar que venha de cima a obra salvadora. A revolução tem de ser inicialmente contra a classe dirigente, fator constante nas nossas desgraças (BOMFIM, 2014c, p.334).

Não é trivial sua proposição revolucionária porque ele leva às últimas consequências o processo de instauração da democracia no Brasil: “E o movimento de regeneração tem de vir de baixo, do próprio povo” (BOMFIM, 2014c, p.324). O povo é constituído por aqueles que nunca ocuparam o poder, e que derrubariam a tradição política conservadora. Essa guinada foi pouco apreciada pelos intérpretes, e isso é bastante problemático porque muito se fala das considerações atenuantes de sua obra, daquilo que Cândido chama de sufocamento da radicalidade de sua

argumentação, dos aspectos conservadores de sua narrativa, ou até mesmo a inexistência do radicalismo de Bomfim, como apontou Uemori. O intérprete notou uma imprecisão em sua agenda revolucionária porque Bomfim não explicita por quais setores e formas a revolução seria tomada.

Manoel Bomfim, de fato, tem em algum grau indeterminado quem seriam os agentes, mas desenvolve em outros termos, até mesmo pela realidade histórica e social do país, quem seriam os revolucionários. Se não há menção de classes é porque justamente ele não vê na própria formação nacional, um contexto que possibilitasse uma revolução por parte de setores econômicos. “O proletariado brasileiro mal se define como classe” (BOMFIM, 2014c, p.336). A realidade histórica das condições políticas e econômicas nacionais é tomada para a avaliação e consideração dos rumos a serem tomados.

Outra questão colocada por Uemori que representaria essa não radicalização é o fato de que Bomfim teria publicado em 1932 um livro que mantém a crença na educação como ferramenta transformadora da realidade. Ora, isso está ligado à compreensão de que na sua agenda, reforma e revolução não representa uma antítese programática, como é comum nas linguagens do pensamento republicano democrático. Nas suas várias expressões, a tradição republicana democrática, mantém uma relação com estratégias políticas amplas de atuações mais reformistas às mais revolucionárias.

Um terceiro elemento também de atenuação da radicalidade do autor, é a importância do passado e do relevo das tradições nacionais como motores para a construção da nacionalidade. A nacionalidade foi o sentimento e a razão pela qual os colonos da América do Norte empunharam a defesa de seus direitos e da soberania contra a dominação colonial. As páginas da história estão recheadas de exemplos em que a nacionalidade é motor para a defesa da liberdade e da democracia. Foi o nacionalismo, cuja matriz norte-americana da tradição republicana incorporou à linguagem da liberdade, na luta contra a opressão colonial. Como teria acontecido de acordo com Bomfim nas revoltas nativistas, nas conjuras, nas rebeliões populares pela história brasileira adentro, a defesa da nação aparecia como a defesa da liberdade, que escancarou e denunciou as contradições da colonização. Articula-se a importância prática da história e a formação de uma cultura cívica como recursos necessários para a construção de uma identidade nacional, bases para a soberania nacional, a soberania popular e a democracia.

A questão revolucionária representa uma questão importante na configuração teórica da obra de Bomfim, pois representa a radicalização pela república democrática. Isso é revelador, em um momento que existiam de um lado liberais que defendiam mudanças, mas que temiam sob qualquer perspectiva uma revolução, os conservadores cujo objetivo era conservar a injustiça e a exclusão política, e por outro, os autoritários, que entendiam a importância da questão social, mas que negavam a democracia.

Portanto, assim como propõe André Botelho, é necessário que se ligue o fio entre o diagnóstico de Bomfim e suas propostas. Não porque sua concepção de ação educativa se centrava na ideia de plasticidade humana e porque isso era essencial para a incorporação do país nos ideais burgueses e na modernidade, tal como propõe o intérprete. Mas ligar o fio de seu pensamento, é entender que seu ideal de educação, como meio para a instauração de uma república democrática, é radical por si só, mas não foi suficiente já que nunca seria realidade por parte do sistemático desinteresse do governo e das classes dirigentes.

Por isso, ele aciona o direito à resistência, que teve em John Milton um papel central para a demonstração da legitimidade de se depor um soberano que não prestasse contas ao povo. Segundo Araújo (2016), o direito à resistência de Milton se estabiliza a partir de dois importantes princípios: a razão e a soberania popular, que articulados à defesa da liberdade, das instituições inglesas e do bem comum, temas desenvolvidos pela linguagem republicana, erigiu a compreensão de Milton acerca da resistência à tirania (ARAÚJO, 2016) e à deposição do poder ilegítimo. Nessa linguagem não se nega a ligação entre reformas e revoluções, o princípio de resistência é um recurso mais radicalizado, entre outros mais brandos, para a garantia da liberdade. É possível que Bomfim esteja articulando esses princípios como sustentáculo de sua radicalidade quanto ao que fazer, a partir da realidade brasileira e da longa história de abusos de poder e injustiça do Estado. Identifica-se nos princípios da liberdade e do bem comum, tópicos recorrentes do pensamento do autor como procurou demonstrar por todo o trabalho, os mesmos princípios que foram articulados em Milton para a defesa da resistência à tirania.

Ele escapa das explicações biológicas deterministas, e identifica a própria classe dirigente à causa principal do chamado atraso brasileiro, e defende que não há outro caminho, a não ser depô-la:

Não há quem tenha meditadamente analisado a miséria da nossa vida política, que não haja apontado, como causa de tudo, as falhas características dos dirigentes, e que são os vícios e defeitos em que se define a respectiva tradição. Subimos das abjeções de hoje, e vamos até a carência e os crimes dos governos da metrópole sobre o Brasil; perscrutamos os males em que atualmente se amesquinha esta pátria; e deparamos, como fonte de tudo, com as próprias formas de pensar e de sentir dos desfrutadores do governo. Então, se lhes catamos a alma, apenas encontramos: vaidade de mandonismo, tendência ao uso despótico do poder, incapacidade para a prática da justiça, incompreensão do papel da liberdade, prepotência e intolerância (BOMFIM, 2014c, p.200-201).

Ao identificar que nas classes dirigentes estaria a causa para os problemas sociais, ele chega às elaborações mais radicais da substituição do poder, em sua forma e conteúdo. Cabe ao povo, alijado por todo esse tempo da democracia e da soberania, transformar a realidade política do país, pela justiça e liberdade como verdadeira expressão da nacionalidade expressa em momentos de resistência e luta durante a história brasileira.

A revolução seria uma obra do povo, mas animada por uma minoria intelectual ativa. Como modelo de experiência Bomfim é taxativo quanto ao que não ser feito, que seriam as fórmulas soviética, comunista, ou as experiências ocidentais. O processo revolucionário mexicano era o que mais se assemelharia às condições brasileiras, tanto pelas condições históricas e sociais, e pela necessidade de um programa de substituição de todo o aparato dirigente do Estado e de promoção da justiça social.

Por outro lado, apurando se possíveis formas e os processos mexicanos, teríamos o lineamento da revolução possível, indispensável e eficaz. Nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimana diretamente da situação histórica e geográfica: reparações justíssimas e inadiáveis; afirmação de ânimo nacional com a emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; preparo inteligente desta mesma população com a plena consciência dos fins diretos, quanto possível; terra para os que desejam trabalhá-la... Isto, que é absolutamente indispensável, ali se vem realizando desde o modesto zapatismo. Isto, poderíamos tentá-lo... desde que haja a trama renovadora e renovada em que as eras se desenham para refazerem-se. Essa trama, expressão cinemática bem própria, seria a nova classe realizadora (BOMFIM, 2014c, p.339).

Motivado por esse farol que o México se tornou para as esquerdas latino-americanas²⁹ e os precedentes da revolução Mexicana, Bomfim elaboraria a sua via revolucionária a partir dessa experiência. Em um contexto de desencantamento e

²⁹ Para compreender as formas como a Revolução Mexicana foi apropriada pelas esquerdas na América Latina ver Streich(2017).

reelaboração do papel da Europa, vista anteriormente como o futuro e o espelho para a América Latina, o acontecimento da primeira guerra mundial relativizou tal percepção a favor de uma exaltação do que era nacional, local, característico da realidade de cada país.

Não seria diferente com o marxismo, enquanto pensamento europeu, muitos intelectuais se indagaram acerca do seu papel para a transformação da sociedade em seus países. O debate entre as alternativas possíveis se polariza a partir da compreensão de dois princípios que guiarão a ação política, a) o tom universalista, ou seja de que a luta de classes e o proletariado seriam categorias universais e que em cima disso trabalhariam as organizações políticas, e por isso caberia ao marxismo as transformações sociais b) e o excepcionalismo; propondo que dada a singularidade latino-americana do ponto de vista histórico e político, o modelo europeu não serviria como guia de ação política.

Bomfim é um intelectual de esquerda que pensava sobre a América Latina, tema do seu primeiro livro, e adiante se debruçou sobre as especificidades do Brasil e da história nacional. Muito forte é o elemento do excepcionalismo em sua obra e pensamento, o que condiz muito mais com a ideia do modelo da Revolução Mexicana por se aproximar das condições históricas e políticas brasileiras, bem mais do que qualquer guia soviético que fazia sucesso entre uma parte da esquerda.

Por tudo isto, se nos aproximamos dos aspectos concretos, só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos dirigentes antigos dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soergimento de ânimo nacional... E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproxima-nos tanto...(BOMFIM, 1994c, pp.338-339).

Quem seriam os propulsores aqui no Brasil dessa revolução? Seria um movimento para “a grande maioria da nação”, mas considerando a situação da maioria do povo quanto à ausência de educação e virtudes necessárias para romper com essa realidade, Bomfim afirma o papel de uma minoria ativa, intelectualizada, abnegada e ávida por justiça, que seria o estopim para que então a maioria reagisse. O prefácio de *O Brasil Nação*, escrito após a Revolução de 30, revela sua compreensão acerca do recente processo político que atravessara o país, mais adiante ele afirma, “não realiza nenhuma das condições de uma legítima revolução

renovadora, pois não traz substituição de gentes, nem de programas, nem de processos”(BOMFIM, 2014c, p.348). É admirável como em sua crítica no alvorecer dos acontecimentos, já exista uma compreensão acerca do tenentismo, da influência perigosa do militarismo na política, da fraca renovação política, e a perpetuação do despotismo que veria depois uma escalada autoritária ainda maior nas décadas seguintes.

Tanto a se fazer e pouca evidência do que seria mesmo feito com o tenentismo, em relação à educação, à política de habitação, à questão sanitária, à reforma agrária, à política econômica, ao Estado previdência...e todo seu programa de transformação para o país, e como um sonhador abalado pela realidade que se descortinava, ele desabafava: “Esperemos, confiemos, no entanto, ainda quando tudo se nega a uma tal perspectiva” (BOMFIM, 2014c, p.359).

Entre os “eternos espoliados deste Brasil” (BOMFIM, 2014c, p.346), como não há mais certezas, a esperança se torna uma linguagem, uma tradição, da necessidade que se sustenta sempre em meio aos caminhos tortuosos da história e convida a acreditar. Na última página de *O Brasil Nação*, ele termina citando o político socialista francês Jean Léon Jaurès, para irradiar a esperança:

c'est un même souffle de plainte et d'espérance qui sort de la bouche de l'esclave, du serf, du prolétaire, c'est ce souffle immortel de l'humanité qui est l'âme même de ce qu'on appelle droit

CAPÍTULO 02 – A PRIMEIRA REPÚBLICA E A ENCRUZILHADA DAS LINGUAGENS POLÍTICAS

Manoel Bomfim e o pensamento republicano democrático brasileiro

Este capítulo pretende demonstrar a centralidade histórica da obra de Manoel Bomfim, escrita fundamentalmente na Primeira República, para a formação da cultura republicana democrática e da própria Ciência Política. A sua crítica ao Estado da Primeira República contém a proposição de uma agenda que seria, em seus fundamentos, a agenda democrática republicana que veio a se expressar na Constituição de 1988.

É apenas na obra de Manoel Bomfim que, sob o enquadramento normativo de uma república democrática, há o tratamento coerente e combinado da questão nacional, qual seja, a formação nacional como soberania e superação da permanência da história colonial; a questão democrática — a formação do princípio da soberania popular e de uma federação assentada na universalização do direito de voto, da representação pluralista e do princípio local do autogoverno — a questão social — a formação de um Estado-Providência e dos direitos do trabalho, que junto à universalização da educação, configurasse as bases sociais de uma cidadania — e uma forte crítica da permanência após a abolição da escravatura, de um Estado e de uma cultura racializados. Não é visível em nenhum outro pensador do período um tratamento coerente e combinado destes impasses à formação de uma república democrática no Brasil.

Entender a força, os limites e a própria complexidade do pensamento político de Manoel Bomfim exige nos situarmos criticamente dentro de uma visão que o compreende a partir de um viés antecipatório e para além de sua identificação a uma espécie de pensamento exilado e crítico de seu tempo. O desafio é exatamente o oposto: o de entendê-lo na temporalidade da formação das tradições políticas brasileiras. A de um liberalismo oligárquico na periferia, de escassa aderência democrática e cioso de uma sociedade ainda profundamente marcada pela apartação social. A de um republicanismo democrático descontínuo na cultura e precariamente organizado como movimento ou partido político. Enfim, a formação de uma tradição de forte impregnação nacionalista e sentido de inclusão social, formada

nas tradições derivadas do positivismo e em aberta crítica e descrença na cultura e nas instituições democráticas.

Reconstituir as formas expressivas do liberalismo na Primeira República, em seus pensamentos, que são ao mesmo tempo antiliberais e antirrepublicanos, na própria temporalidade na qual Manoel Bomfim constrói seu pensamento, é uma estratégia de aproximação que ilumina pelo contraste e pelas oposições, mas também por afinidades, a sua própria inteligência e identidade. O campo de frágil legitimidade do Estado na Primeira República e o campo fraturado de suas críticas é a raiz e ambiência do desenvolvimento do próprio pensamento de Manoel Bomfim, do qual *América Latina: Males de Origem* (BOMFIM, 2005) lança uma problemática que só encontrará uma sistematização amadurecida, ainda cheia de tensões internas, na trilogia *O Brasil na América* (BOMFIM, 2014a) , *O Brasil na História* (BOMFIM, 2013) e *O Brasil Nação* (BOMFIM, 2014b), obras agônicas e que encerram a contribuição de Manoel Bomfim à formação de uma cultura republicana.

A República sob contexto

O primeiro passo para entender melhor a obra de Manoel Bomfim é inseri-lo em contexto político, cultural e intelectual da época na qual produziu as principais obras intelectuais, isto é, a Primeira República. Trazer o ambiente cultural e político em que vivia os intelectuais do pensamento social brasileiro na Primeira República é fundamental para entender o sentido polêmico e dialógico de seu pensamento.

Esse era um momento incipiente do desenvolvimento dos campos intelectuais, sobretudo o campo das humanidades. Vários pensadores estavam preocupados com a questão da formação de uma nação no Brasil após a proclamação da república. Questões como: que povo era aquele? Que sociedade estava sendo formada? Quais eram as potencialidades e desafios que poderiam esperar? Em suma, a questão da formação de uma nação, de uma república, de uma cidadania, de uma identidade nacional.

As tradições do pensamento político brasileiro que se constituíram no século XX podem e devem ser interpretadas como respostas no plano intelectual a impasses políticos da gênese da experiência republicana, com seus desdobramentos ao longo das décadas seguintes. A riqueza destes pensamentos, suas narrativas de longa duração, seus conceitos e imaginações, podem ser

compreendidos como uma experiência de formação, isto é, da precária formação da cultura política brasileira, cujos impasses políticos são respondidos no plano do pensamento.

O regime monárquico e sua incipiente, frágil e problemática constitucionalidade, um sistema de partidos de limitada estabilidade e vida pública, um Estado de poder centralizador, mas sem uma dinâmica verdadeiramente nacional, uma sociedade assolada pela escravidão, enfim, uma inteligência marcada pelo ecletismo e sem ainda ter formado uma tradição nacional marcaram o período. Características típicas de um Estado nacional em formação, saído recentemente de séculos de vida colonial, na periferia do mundo e ainda submetido a uma singular experiência monárquica sem legitimidade em uma tradição. O movimento político de proclamação da República, em sua ruptura com a monarquia, mas conservando largos e profundos traços de continuidade política, atualizaria estes impasses de formação do Estado nacional.

O primeiro deles é a crise de legitimidade da Primeira República em seu nascedouro. Esta crise de legitimidade política derivava do contraste agudo entre a proclamação republicana e a oligárquica estrutura de poder e de riqueza do regime recém formado. A ausência da formação de uma forte e enraizada cultura republicana, derrotada e descontínua na própria experiência da formação do Estado monárquico e escravista, está no centro desta crise de legitimidade. A “transição pelo alto” da Monarquia à República, sem um enquadramento cidadão da herança escravista, perpetuava a continuidade racialista de impasses da fundação do Estado nacional. A forte dependência da especialização econômica agroexportadora derivada da experiência colonial, a gravíssima assimetria dos arranjos federativos, em detrimento dos Estados nordestinos e do Norte, um sistema político viciado e corrompido com grau mínimo de incorporação social, compunham o contraste na base da crise de legitimidade da Primeira República.

O segundo grande desafio é a verdadeira crise de civilização internacional, vinculada ao declínio do império inglês e de sua linguagem liberal dominante, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a forte gravitação da questão democrática, social e feminista nas décadas iniciais da Primeira República. O pensamento político brasileiro vai refletir explicitamente sobre os caminhos de construção da singularidade da civilização brasileira em meio a esta crise civilizacional.

O terceiro desafio é o da própria inteligência brasileira em sua proto-formação das especialidades no campo largo das humanidades. Atribui-se às tradições jurídicas de pensamento, uma presença dominante nas primeiras décadas do Estado Nacional; se já há uma nascente formação de uma sensibilidade literária aos impasses e destinos do país, é na linguagem da sociologia que vão se estruturar as primeiras grandes narrativas sobre a origem, impasse e futuro do país. Na inexistência de um quadro formado de pensamento acadêmico, com suas instâncias e métodos de regulação da análise da realidade social, a intelectualidade pública vai exercer, com imaginação e um sobre-esforço de autoformação, muitas vezes eclética, a sua capacidade de criação de obras que iriam se tornar clássicas na formação do país.

Por isso, muitos pensadores da Primeira República se debruçaram sobre esses pontos a fim de elaborar um diagnóstico crítico da realidade do país e, a partir daí, propor uma superação dos impasses. Passa-se, então, para alguns desses pensadores icônicos, cujas obras formam um horizonte de diálogo muito rico e que com certeza foram interlocutores do pensamento de Manoel Bomfim. Dessa maneira, expor as diretrizes principais do pensamento de cada um e, de forma dialógica, as próprias formulações de Bomfim.

Segue-se aos pensadores selecionados, buscando atender um espectro político diverso e acatando alguns expoentes já estabelecidos e representativos de cada campo. De início com Rui Barbosa, o principal crítico liberal da Primeira República. Sobre a crítica de origem positivista, isto é, de pensadores que tinham como meta estabelecer um diagnóstico científico do país a partir de um método sociológico, mesmo não se enquadrando de forma estrita na escola do positivismo doutrinário, temos Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna. A crítica do ponto de vista feminista será estudada através do pensamento de Bertha Lutz. A crítica republicana democrática será colocada pelo pensamento de Manoel Bomfim.

Neste período, a questão racial aparece predominantemente tratada pelo racismo pretensamente científico, que legitimava as políticas e as perspectivas de “branqueamento” do país. Encontramos na obra inaugural de Bomfim, *A América Latina: males de origem* (2005) a crítica mais ampla e consistente a esta cultura racista, embora não encontremos na sua obra de forma desenvolvida uma reflexão da negritude no pós-abolicionismo brasileiro. Uma tradição de pensamento anti-racialista que propõe um novo enquadramento da história do país a partir da

escravidão e seus desdobramentos centrais na vida política nacional só amadurecerá nas décadas seguintes. Não se formará na Primeira República uma tradição de pensar o país a partir de um viés socialista ou inspirado no marxismo de forma consistente, embora a partir das tradições do anarco-sindicalismo e do pecebismo (PCB) em sua proto-formação a questão do trabalho e seus direitos na ordem social liberal já marquem forte presença, a partir principalmente dos anos finais da segunda década do século XX.

Rui Barbosa e a crítica liberal na Primeira República

Em um artigo intitulado *A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco* (LYNCH, 2008), Christian Lynch, como sempre muito bem informado e inspirador de reflexões, identifica o desencontro entre um pensamento político liberal centrado na maior parte do tempo na reforma das instituições políticas como meio necessário e incontornável para se progredir rumo a uma maior inclusão social e outro centrado na possibilidade de que as forças conservadoras do Estado tomassem a iniciativa de reformas sociais necessárias, as quais permitiriam um ulterior desenvolvimento político. Do nosso ponto de vista, seria preciso alargar o espectro do sentido deste impasse não apenas presente no interior do pensamento liberal, mas que marcava a polêmica entre liberais e pensamentos inspirados no positivismo e, sobretudo, reinterpretá-los à luz de uma perspectiva crítica.

O que era afim aos dois campos de pensamento político em disputa seria a incapacidade de dar um tratamento democrático à questão social e dar um tratamento social à questão democrática. Ou seja, vincular a problemática histórica da formação da soberania popular à conquista de direitos do trabalho, de reformas agrárias e políticas típicas de um Estado providenciário. Não há nenhuma experiência histórica na qual a universalização dos direitos sociais, de uma forma estável e duradoura, se deu sem um processo de democratização da formação e reprodução do poder político; de outro lado, processos estáveis de democratização política dependem em larga medida de fortes vetores de inclusão social, de diminuição de desigualdades estruturais e de afirmação de estruturas de Estado do Bem-Estar.

Esta relação historicamente comprovada de mútua configuração entre democratização da vida política e de democratização da vida social encontra sua configuração conceitual na cultura do republicanismo democrático, que pensa como interdependentes a relação entre a liberdade e a igualdade. Desigualdades estruturais de caráter social, de gênero ou racista impediriam a formação de um cidadão autônomo, não submetido a situações de dependência ou de servidão. Desde James Harrington que estabeleceu uma relação entre sistema de divisão da propriedade agrária ou da riqueza comercial e regimes políticos, esta relação é pensada como estruturante do equilíbrio e da duração das instituições. As repúblicas dependeriam de uma distribuição de terras menos desigual, que permitisse um alargamento da condição cidadã, ao mesmo tempo, de uma lei agrária que impedisse um processo de concentração da propriedade das terras que levaria a uma instabilidade estrutural do regime republicano.

Colocado sob este ponto de vista crítico, não haveria propriamente no pensamento político de Rui Barbosa, em suas várias fases de desenvolvimento, uma contradição, mas, afinidade entre uma concepção elitista de reforma das instituições políticas, complementada por uma visão fortemente racionalista e capacitária do processo de formação da cidadania, e a ausência de um tratamento substantivo das questões sociais em seus diagnósticos e projetos de superação do impasse do país. Mesmo quando a questão social foi ao centro, tardiamente em 1919, no justamente famoso Discurso às Classes Conservadoras, ela não comparece como um direito democrático a ser conquistada pelas lutas sociais ou como decorrência de uma necessária democratização da cidadania política, mas como uma atualização necessária do liberalismo frente à emergência de uma questão que ameaça a estabilidade da ordem por um “socialismo revolucionário”. Há, desde o início, na primeira identidade do pensamento de Rui Barbosa uma continuidade ciosa de se delimitar das tradições do republicanismo democrático em um primeiro momento e, depois, de um tratamento socialista ou trabalhista autônomo da questão social.

Entendido como expressão de uma práxis política ativa nas décadas finais do regime monárquico e nas duas décadas iniciais da Primeira República, o pensamento político de Rui Barbosa não é da ordem de um sistemático trabalho conceitual. O que organiza o seu paradigma político é, até a proclamação da República, o modelo parlamentar inglês sistematizado por Bagehot e, a partir da República, o modelo do presidencialismo da federação liberal norte-americana. Entre

pensar o mundo a partir do Brasil ou pensar o Brasil a partir de uma referência internacional, o que caracteriza a raiz de um pensamento cosmopolita, Rui Barbosa é decerto um pensador que se inspira na tradição matriz do liberalismo, sem que isto signifique a sua aplicação mecânica no Brasil. Rui Barbosa, ao contrário de uma adesão às ortodoxias do liberalismo inglês, defendeu a responsabilidade pública na oferta da educação e medidas de protecionismo industrial, justificadas pelo contexto brasileiro.

A crítica fundamental de Rui Barbosa dirigia-se, no primeiro período monárquico, ao modelo concentrador e centralizador do poder, hiper dimensionado aqui pela mecânica do Poder Moderador, que não configurava de fato um regime parlamentar de representação, de controle mútuo dos poderes a partir de um pacto fundador. A defesa de Rui Barbosa, então, de uma reforma eleitoral que corrigisse os vícios fisiológicos do sistema de dois turnos nas eleições dos representantes na Câmara em prol da eleição direta, trouxe de fato uma diminuição significativa da base de votantes, eliminados principalmente pela exigência capacitária e por restrições censitárias. O poder legítimo de escolha dos representantes políticos estaria nos proprietários, os verdadeiros representantes da vontade popular. Os vícios institucionais e o falseamento da vontade popular seriam resultados da presença da camada pobre e rural no processo político de eleição. A centralidade na defesa de reformas que dessem mais vida à federação, diminuindo o âmbito discricionário do poder central, tornou-se nos anos finais da monarquia, a questão central para Rui Barbosa. Mas, esta reforma tinha também como horizonte limitado a distribuição de poderes entre os poderes oligárquicos constituídos e não representaria de fato uma democratização vertical do poder.

Dessa forma, os liberais acreditavam nessas reformas como capazes de aperfeiçoar a monarquia, pois este regime monárquico seria capaz de garantir a estabilidade das instituições liberais no país. Segundo Ré(2016), o temor dos liberais era a eclosão de um processo revolucionário, a Revolução Francesa estava bastante vívida para a elite brasileira. A atitude ambivalente desses liberais em relação à monarquia e ao Poder Moderador é destacada por ela em três pontos: eles apoiavam a Constituição de 1824, mesmo tendo sido ela outorgada; as revoltas do período regencial os fizeram associar o republicanismo às convulsões sociais e ao risco da quebra da unidade nacional; por fim, os exemplos negativos das repúblicas na América espanhola. É interessante constatar que na maior parte do seu tempo de

ativismo parlamentar na monarquia, o tema da abolição, presente desde o início através da crítica à escravidão, foi ao centro apenas em sua fase final, através de um firme posicionamento de Rui contra os liberais conservadores de São Paulo, que exigiam uma indenização pela perda de seus escravos.

A participação de Rui Barbosa na elaboração da primeira Constituição republicana de 1891, documentada através da redação do rascunho que informou os principais fundamentos de sua elaboração, é um momento importante para identificar em contexto o seu pensamento político. Derrotadas e desorganizadas as forças pró-manutenção do regime monárquico, o polo de oposição ao pensamento de Rui Barbosa seria o positivismo, defensor ao mesmo tempo de um regime concentrado de poder e de reformas sociais. Se a adesão ao regime presidencialista de Rui Barbosa estava na linha da adoção do paradigma liberal norte-americano e sob a pressão dos acontecimentos, da realidade pragmática de um governo provisório já formado, a proposta de uma nacionalização do poder judiciário vinha no sentido de criar um contrapeso constitucional às dinâmicas de concentração no poder executivo. Mas aqui, neste momento decisivo, há uma correspondência entre a base muito restrita do direito de voto, eliminada a esmagadora maioria dos brasileiros e brasileiras pelo critério capacitário, e a interdição do direito do trabalho, em uma linha tipicamente liberal manchesteriana de defesa do “livre mercado” de contratação. A questão social, agravada pelas heranças da escravidão, não encontrou guarida no texto constitucional, confirmando o sentido antissocial de uma república contra os trabalhadores, contra os ex-escravizados e contra as mulheres.

É nas duas primeiras décadas do século XX que vai se configurar, enfim, o terceiro e decisivo momento da crítica de Rui Barbosa às instituições da Primeira República. O sentido desta crítica é, de novo, ao caráter concentrador e centralizador do poder que operava através dos movimentos autocráticos do poder executivo e da completa distorção de uma dinâmica federativa. A defesa pública que faz Rui Barbosa neste contexto do direito de *habeas corpus* frente à sucessão de estados de sítio e de violação de liberdades civis básicas, da liberdade de imprensa através da apelação ao poder judiciário constitui um momento importante da formação da tradição democrática brasileira e não deveria ser desvalorizada. Mas é importante afirmar o limite que, na defesa dessas liberdades, não estava o direito sindical e de livre organização dos movimentos sociais, cujas reivindicações não encontravam guarida na Constituição.

Vale a pena examinar de perto o *Discurso às classes conservadoras* para entender em que medida ele significa uma ruptura ou mesmo os limites desta ruptura na tradição conservadora de Rui Barbosa em relação à questão social. O primeiro elemento desse discurso que salta aos olhos é o tom convocatório de sua proposta, ele pretende convocar as classes que estavam distantes da política, as chamadas classes conservadoras, que como ele define, “a classe que representa a propriedade, o trabalho, a riqueza, a intelectualidade” (Barbosa, 1919)

Inicia-se com a crítica ao conceito de classes, porque remeteria à ideia de antagonismos que em sua concepção chocava com a ideia de regime democrático, sendo necessário suprimir toda e qualquer divisão que comprometesse a democracia:

Não me agrada, senhores, aqui, este nome de ‘classes’. Quizera vê-lo banir da linguagem política, numa democracia onde me não parece terem lugar essas expressões de gradação e antagonismos (BARBOSA, 1919, s.p).

Quando olha a realidade brasileira, identifica a invalidez do que se chamaria de classes nesta sociedade que abolira a escravidão e caminhava para a “fusão das raças”, ou em que os direitos se apresentavam a todos, sem distinção de raça ou classe. As classes permanecem em seu discurso pela força do costume como justificativa, apenas considerando as ressalvas colocadas por ele. O caráter conservador imputado a elas, significa estabilidade e progresso, aquele que se conserva, se aperfeiçoa e evolui, relaciona-se à sua compreensão acerca das transformações:

Nas classes conservadoras ao lado do patrão está, com o mesmo direito, o obreiro. Os elementos conservadores da sociedade são o trabalho, este primeiro que todos, o trabalho, digo, o capital, a ciência e a lei, mantida pela justiça e pela força. Isto é: a lavoura, a indústria, o comércio, a instrução, a magistratura e as forças armadas. Eis, senhores, verdadeiramente, as classes conservadoras (BARBOSA, 1919, s.p)

O tom convocatório justifica-se pelo contexto da arena política dominada pelas forças armadas:

Tirae dahi as forças armadas, a que sua condição de consagradas às armas veda, por incompatibilidade substancial, a ingerência colectiva na política

militante; as demais são as que sobre todas, havia de locar especialmente a política da nação. No Brasil, porém, sempre se entendeu o contrário; e daí a desgraça do Brasil (BARBOSA, 1919, s.p)

Para Rui, fator constante das desgraças do país, era urgente convocar as classes conservadoras para ocuparem a política. Definido quem são as classes conservadoras, quem as compõe e porque as convoca, o que se pretende é conciliar o capital e trabalho, a fim de que se realizassem as reformas necessárias e simultaneamente impedir que revoluções ocorressem embaladas pelo ambiente político temeroso da Revolução Russa de 1917 e das lutas do proletariado. Essas reformas que compunham seu projeto de governo já grassavam no movimento operário brasileiro do início do século e compuseram as bandeiras de lutas e greves, como a regulamentação do trabalho do menor, do trabalho feminino e aumento de salários. O que Rui Barbosa faz é incorporar as bandeiras da questão social tratadas como questão de segurança pública, criminalizadas, tratando a partir da relação do capital e trabalho para que não irrompessem reivindicações que cindissem com os interesses da burguesia nacional que já se apontava como setor político relevante.

Em seus *Pareceres* está sua formulação para a construção da democracia liberal no Brasil com a reforma do ensino público. Rui Barbosa define democracia como uma forma de governo representativo que tem como pilares a liberdade individual e a igualdade jurídica. Sua referência de democracia está ligada ao momento representativo: a participação política está vinculada à escolha dos representantes, por isso seria necessário resolver a questão da capacitação do indivíduo para a escolha e participação racional na política. Para ele, a educação deveria ter como objetivo o preparo dos indivíduos para o mercado de trabalho, tendo como modelo aquele dos Estados Unidos voltado à capacitação técnica essencial para o processo de industrialização que o país estava vivendo, educação entendida como condição necessária para formação concomitante de cidadãos e trabalhadores assalariados. O acento recai na educação como incorporação ao capitalismo e por outro lado, a capacitação para o exercício do voto nos moldes da racionalidade. Coadunam ao seu modo de ver a educação, a incorporação de um viés normativo de preceitos liberais, que reforçam a racionalidade do exercício do voto e da educação como preparo e formação das forças de produção. Desta forma,

ele compreende o papel da educação na manutenção e regulação das desigualdades que estruturam a sociedade liberal democrática.

Tereis educado as classes populares, as camadas operárias e as partes menos afortunadas e mais duramente laboriosas da nação, se lhes não inculcirdes pela evidência das leis naturais, a convicção do caráter providencial das desigualdades, em que a riqueza divide os homens ainda no seio dos Estados mais felizes? (BARBOSA, 1883, p.361)

Em relação às funções do Estado, Rui Barbosa defendia que a educação deveria ser gerida pelo Estado, pois garantiria assim uma educação ampla e de qualidade. A educação nas mãos de grupos privados poderia fortalecer interesses particulares que prejudicariam os interesses do país. Para defender sua posição, ele dispõe como a educação do povo era inevitável e essencial nos países modelos do liberalismo, tal qual Inglaterra, Suíça e Estados Unidos. Para ilustrar tal necessidade, Rui Barbosa pontua os gastos na educação dos países europeus do século XX, como argumento de que a educação popular seria necessária para o desenvolvimento e aprimoramento do país.

A emergência muito tardia e rarefeita da questão social no pensamento político de Rui Barbosa é reveladora dos limites elitistas e antipopulares em suas proposições. Afirmando a maior parte de sua vida pública uma posição referencial contrária no campo jurídico aos direitos do trabalho, em consonância com o liberalismo inglês manchesteriano, negando na prática o direito de voto à maioria dos brasileiros, defendendo que mesmo a educação deveria ser uma escola de formação da legitimidade das hierarquias e desigualdades sociais, Rui Barbosa certamente separava os valores da liberdade e os da igualdade social.

Com o ambiente de efervescência das lutas proletárias e dos movimentos revolucionários, no movimento de sua Campanha Civilista ele incorpora algumas das reformas encampadas pelos operários. Assim ele se intitula um democrata social, filiando-se a uma nova concepção de democracia que alargava o espectro liberal clássico de direitos civis, para a necessidade de se colocar os direitos sociais em questão:

Assim como do trabalho depende o capital, assim, e na mesma proporção, do capital depende o trabalho. São as amizades que, reciprocamente, se inteiram, de um organismo, cujos dois elementos viventes não se podem separar sem se destruírem. Operários, quem vos disser o contrário, poderá

lisonjear-vos, mas não vos quer, nem vos fala verdade (BARBOSA, 2010. p.44).

Nesse sentido, Rui Barbosa propõe a Revisão Constitucional como forma de resolver os impasses entre capital e trabalho, em busca da pacificação e harmonização dos interesses.

A crítica de origem positivista: Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna

O positivismo teve grande influência no pensamento social brasileiro do início do século XX e é essencial compreender seu papel na construção da República no Brasil. Faz-se necessária uma análise do ambiente intelectual que antecedeu a república e como os desenvolvimentos destas análises, inspiradas pelo positivismo, buscaram respostas para os desafios colocados.

A perspectiva que a República trazia um momento descortinador de oportunidades para a sociedade brasileira, veio embalada por teorias sociais de cunho fortemente cientificista. A ciência como método superior para análise e compreensão da realidade, guiou muitos intelectuais para que tomassem para si o legítimo dever de olhar para o país e formular análises e proposições em cima dos princípios da objetividade e neutralidade científica.

A ideia era abandonar o passado obscuro do país, as teorias metafísicas, abstrações, para guiar-se rumo ao progresso e à modernidade, pois o Império vivia sob a influência do sentimentalismo e do romantismo. O ecletismo de Cousin (1792-1867) e os desdobramentos metafísicos foram cedendo lugar às teorias de fundo iluminista sob a égide da razão (RIBEIRO JUNIOR, 1994), frente aos desafios que a nova realidade política impunha com a ascensão de novas classes e da necessidade de repensar o quadro político e institucional imperial. A elite intelectual brasileira olhou para a Europa para se munir de teorias e hipóteses que pudessem se apoiar neste contexto de grandes transformações.

A década de 1870 é um verdadeiro polvilhar de ideias novas e por isso ocupa um lugar importantíssimo para a compreensão dos desdobramentos na história política e intelectual brasileira (LIMA FILHO, 2004). No contexto da década, as ideias partiam de um campo diverso e disperso de doutrinas, cujo objetivo era criticar as

instituições vigentes³¹. A partir da visualização desse novo tempo que se abriu para a intelectualidade brasileira, encontram-se, por exemplo, teorias de cunho positivista, influências do evolucionismo e das teorias constitucionais de inspiração norte-americana.

No entanto, dois grandes pólos nacionais de difusão de ideias são identificados como centrais para o advento da República. A Escola de Recife com Tobias Barreto, a partir da escalada do evolucionismo de Herbert Spencer e o Sul, manifestamente positivista, abarcando suas variações. Essas teorias estavam imersas sob os mesmos princípios cientificistas, apesar de seus particularismos, não foi incomum a combinação dessas duas doutrinas no pensamento brasileiro. A influência do positivismo no método³² das teorias desenvolvidas pelos intelectuais é flagrante, a primazia das observações e a dedução de leis consequentes dessa metodologia compunham as proposições para a resolução das questões sociais e políticas. Devido a reação da Escola de Recife, o evolucionismo incorporou-se às heterodoxias positivistas, combinando de forma muito própria uma matriz de positivistas spencerianos, cujo método subordina a política à sociologia, e define em termos ideológicos a necessária modernização da sociedade pautada no evolucionismo.

No elucidativo artigo de Souza e Galvão (2007), há uma investigação acerca da caracterização da obra de Euclides da Cunha em relação à filiação de seu pensamento ao positivismo. Ao longo do tempo, a obra de Euclides da Cunha foi se consolidando como uma obra positivista, apesar da influência de tal doutrina ter sido relativamente menor e mais curta ao longo de sua vida, em comparação ao evolucionismo de Spencer. No escopo da investigação, constatou-se que por razões da biografia do autor³³ e da construção da herança de seu pensamento³⁴, a imagem

³¹ Segundo Lima Filho (2004), o inconformismo ao ecletismo da década de 1870, que foi encabeçado por Silvio Romero, provinha das teorias de Comte, Darwin e dos "hegelianos de esquerda".

³² O positivismo no Brasil se viu dividido por duas correntes: o positivismo ortodoxo ligado à corrente de Lafitte que aderiu ao aspecto teológico do positivismo de Comte, e o positivismo heterodoxo que se ligou apenas ao método de observação e de sua filosofia política. No entanto, a influência do positivismo ortodoxo foi bastante reduzida na sociedade e se absteve de participar ativamente da política de derrubada do regime e instauração da república.

³³ Uma das razões é aquela que associa os intelectuais à sua formação acadêmica, como Euclides da Cunha tinha sido aluno da Escola de Engenharia Militar, dentre os quais, o positivista Benjamim Constant era um dos professores.

³⁴ Outras razões, seria o esforço de monumentalização de seu pensamento que em uma primeira fase, nos anos 30, se viu "constrangido" pelo estigma do evolucionismo e a ascensão das teses culturalistas. Em um segundo momento de classicização, seria o silenciamento das características evolucionistas do seu pensamento pelo Grêmio Euclidiano, de cunho fortemente positivista.

positivista foi ganhando força e se consolidando. Portanto, não se trata de negar a influência do positivismo na obra de Euclides da Cunha, mas de relativizar tal preponderância. Ao passo que as ideias como adaptação ao meio, evolução e hierarquia de raças, tal como comparece largamente em “Os sertões”, são caras ao evolucionismo spenceriano.

Matizar as doutrinas que compunham o cenário do pensamento social brasileiro é compreender a influência de cada uma nas propostas apresentadas por esses intelectuais. Afirma-se a influência do positivismo, mas consideram-se as nuances do darwinismo social, do evolucionismo spenceriano e, outras tantas raízes trabalhadas pela criatividade desses pensadores. Com a exposição de seus pensamentos acerca da realidade social, das raças, do nacionalismo, pretende-se evidenciar tais heranças.

Adiante se destaca o positivismo enquanto matriz teórico-científica da obra desses autores e porque se optou por colocá-los em proximidade. O positivismo enquanto método orientou os princípios básicos de análise e observação da realidade, guiando-os por uma conduta pretensamente neutra e científica na elaboração de suas considerações. A intenção é conhecer a realidade nacional frente ao quadro artificial das instituições políticas e sociais, é comum, portanto, a denúncia do descolamento de soluções apoiadas em teorias estranhas à realidade nacional. É necessário que teorias se adaptem à realidade e que a expliquem, portanto, a preocupação e a busca por alternativas e respostas orgânicas são inerentes às suas formulações. São autores que querem interpretar a realidade singular do Brasil, em um contexto de crise civilizacional europeia e de relativização dos parâmetros universais.

Isso se fortalece no positivismo, na medida em que para Comte, de acordo com sua teoria dos estados da sociedade e do conhecimento, a sociologia seria a ciência mais completa e concreta no quadro do conhecimento. Guiado por esse entendimento a sociologia é a ciência das sociedades e a ciência política seria a aplicação prática do conhecimento adquirido sociologicamente. A ciência política objetivaria a teoria e prática da organização do Estado, submetida ao conhecimento das leis descobertas pela sociologia. Nesse sentido, no estado positivo da sociedade, o direito seria uma linguagem inexistente, porque leis não se fazem, mas se descobrem. Por isso a forte presença de uma linguagem científica e neutra nessas formulações influenciadas pelo positivismo.

Contra a tradição do liberalismo, o direito natural e a liberdade como imperativo categórico, imperaria a ordem e o progresso como fonte do sistema político. Isto porque o direito natural é completamente pautado numa ideia de individualidade, ideia essa que não teria espaço na sociedade positiva, por sempre se referir a uma coletividade. De acordo com o positivismo, a sociedade estaria dividida entre menores e maiores coletividades, como a família sendo a unidade mais básica. Uma vez que não se reconhecem direitos e a liberdade, o princípio da soberania popular não é considerado, pois a justificação do poder se baseia na autoridade despótica, de outra forma, uma ditadura republicana em que o Estado é capaz de dar vazão aos interesses. Desta maneira, a soberania popular é tomada como simples expressão de interesses individuais incapazes de se encontrar, porque é um momento metafísico. A solução para os problemas e questões sociais, só seria possível com o conhecimento e as descobertas das leis positivistas. A caracterização moral política do positivismo pode ser definida como a maneira de enfrentar os excessos do liberalismo e do individualismo, apostando no altruísmo como princípio necessário para evolução da sociedade, que só progrediria com a predominância dos interesses coletivos sobre os interesses particulares. Assim afirma-se a prioridade da conservação da ordem, que seria garantida pelo conhecimento sistemático das leis que regem a sociedade para o atendimento dos interesses coletivos, sem que cindisse ou desagregasse o tecido social.

Quando exposto o pensamento desses três autores, se vê como o Estado é a força aglutinadora frente à desagregação causada pelo liberalismo e individualismo, a partir da concentração do poder. Preocupam-se em analisar a realidade sociológica do país, como maneira de derivar as formas políticas adequadas à nossa realidade. A linguagem da tradição liberal é vista como um transplante equivocado, resultado da influência de modismos intelectuais. Enquanto distinção da linguagem liberal, o pensamento de sentido positivista tem sobre as questões sociais a sua maior preocupação, e vê a forma autocrática do poder o meio por onde se organizaria o Estado. A evolução e estabilidade da sociedade se dariam pelo atendimento dos interesses coletivos mantendo e preservando a organização social, contra os interesses particulares desagregantes que se fortalecem à medida que predominam o individualismo e o liberalismo.

Os desafios e as ambiguidades do processo de instauração da república levaram tais pensadores a apostar numa análise do processo singular que estava se

colocando no horizonte da nascente república. O espírito ilustrado esperado desses intelectuais foi desapontado por uma república que não se preocupava com as necessárias reformas para a modernização do país. O que se via era uma massa ignorante, sem acesso à educação, o abuso de poder das oligarquias, a extrema desigualdade política e econômica. A desorganização social, com instituições descoladas da realidade, uma elite ilustrada que apenas reproduzia jargões liberais, fórmulas constitucionais de inspiração norte-americana e inglesa, uma política que não se submetia ao profundo conhecimento da sociedade.

Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna foram intelectuais que pensaram sobre esses problemas e cada um, à sua maneira, através da afinidade ao positivismo, mas que mantém com este, uma relação mediada pelo tempo porque já fazem parte de uma segunda geração, elaboraram sua análise e programa com intuito de interferir no quadro geral político-social brasileiro. Orientados pela ideia central que a correta política é aquela que se submete à leitura sociológica da sociedade. Adiante faremos uma breve exposição do pensamento desses autores no contexto da Primeira República.

Euclides da Cunha: “o sertão vai virar mar”

Euclides da Cunha publicou “Os Sertões” em 1902, após a sua cobertura enquanto jornalista na Guerra de Canudos, um verdadeiro tratado que articula método científico como método privilegiado para analisar objetivamente a realidade. “Os Sertões” impressiona pela capacidade de articulação de uma densa análise *in loco* e da bagagem bibliográfica do autor. O autor assume que todas suas observações são fruto de uma análise sistemática, tendo como parâmetros basilares a neutralidade e a objetividade científica. A partir da ideia da relação entre as condições sociais e físicas de Canudos, o autor elabora um retrato das circunstâncias que envolveram o surgimento da vila e o conflito.

Importante destacar que previamente à incursão jornalística de Canudos, Euclides da Cunha escrevia sobre o conflito no jornal O Estado de São Paulo. Perfilava admiração em relação ao exército republicano e sua missão civilizatória naquele povoado, que estaria varrendo a ignorância, o misticismo e o atraso. Como homem de ciência, defendia que o papel do exército era levar luz, ciência e

progresso. Admitia que aos moldes de Vendéia³⁵, aqui estaria ocorrendo uma sublevação de caráter religioso, incendiada pelos propagandistas do império, para a derrubada da nascente República. Transpor a história de Canudos à narrativa da Revolução Francesa possibilitou a ele assimilar um momento de incertezas para um quadro de entendimento já colocado através da comparação histórica. Dessa forma, lê-se o conflito de Canudos como a tentativa da restauração do poder Monárquico, mas como comprova a própria história era inevitável a vitória da República.

Anos depois, com a publicação de “Os sertões: campanha de Canudos”, o balanço da expedição militar encerra um crime, o que é uma novidade de seu pensamento. A partir desse olhar crítico da experiência republicana, a questão da especificidade da realidade brasileira ganha destaque em relação aos modelos europeus, tidos como experiência universal. Ao deslocar o parâmetro, possibilitada pela experiência de ser correspondente do conflito, há uma elaboração da experiência brasileira e de seus processos sociais e políticos. A construção de um novo quadro interpretativo tal como coloca Ventura (1990), abdica das assimetrias entre litoral e sertão, cultura e ignorância, e dá lugar às simetrias relativas entre república e monarquia, exército e Canudos. Ele incorpora Canudos e seus paradoxos à cultura nacional e quer a partir dela, explicar sua existência atrasada, em meio ao quadro geral de sua crença no quadro de evolução fatalista e linear do desenvolvimento humano.

A hipótese desenvolvida por ele é de que a República e a conseqüente desarticulação de formas tradicionais de poder, teria levado à instabilidade política e social e teria feito a população regredir. Os sertanejos teriam voltado às formas míticas de origem portuguesa como o sebastianismo, e os litorâneos à agitação republicana jacobina. Ao estabelecer essa comparação, Euclides evidencia os processos políticos do país, e se porta como crítico daquele contexto marcado pelo militarismo e por atitudes extremadas³⁶. O paralelo da função mítica do messianismo monárquico dos sertanejos de Canudos, e da agitação militarista e florianista que cercou a instauração da República, resulta em sua crítica ao inacabado processo nacional de civilização e do liberalismo às avessas, bem como a artificialidade das

³⁵ É conhecida como um episódio de sublevação camponesa católica, a favor da restauração monárquica, na região da Vendéia, durante a Revolução Francesa e a Primeira República. Para uma análise mais sistemática acerca do mito da Vendéia e Canudos e a construção de uma identidade cultural por Euclides da Cunha, ver Ventura (1990).

³⁶ Há, em publicações de Euclides, posições que reforçam seu anti-florianismo (idem)

instituições políticas. Nesse movimento, ao se deparar com esse contexto, o autor se guia pela necessidade da compreensão daquilo que é particular e nacional.

Reafirmando sua crença no progresso, ele postula: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos” (CUNHA, 1984, s.p) Ao vivenciar a campanha de Canudos, suas concepções sobre os destinos do país e da República sofrem uma inflexão, a esperança da modernização e da civilidade será posta em questão em relação aos caminhos que foram tomados. No turbilhão político de sua época, apostando na ciência para levar as transformações necessárias para o desenvolvimento e progresso do país, Euclides elabora uma crítica tenaz das condições daquele contexto.

Formula suas propostas para a mudança, baseadas na ciência e no Estado como mantenedor da ordem e propulsor do desenvolvimento (KROPF, 1996, p.90). Ainda quando era um propagandista da República, em seu artigo de janeiro de 1889, afirma a superioridade da República, respondendo às acusações das experiências republicanas infelizes como as da América Latina e da incapacidade do povo para governar no estado de atraso que se encontra. A essa objeção, Euclides responde:

O governo republicano — digamo-lo sem temor — é naturalmente aristocrático — os pergaminhos dessa nobreza, porém, ascendem numa continuidade admirável, das oficinas às academias.
É o governo de todos por alguns — mas estes são fornecidos por todos.
(CUNHA, 1889, s.p)

Quanto ao imperialismo, em sua concepção, não seriam as invasões o grande perigo, mas era o temor pela civilização que essas nações representavam. O imperialismo é menos do que uma anexação de territórios e domínio, do que o avançar inexorável da civilização e do progresso. A dimensão política do imperialismo é apagada em favor de uma ideia de estágio na sua concepção linear histórica do desenvolvimento. O imperialismo é um fenômeno natural que é afirmado pela superioridade das raças, e por isso, em sua concepção, não há injustiça que derive de tal processo, é apenas a irresistível expansão da nacionalidade.

A absorção de Marrocos ou do Egito, ou de qualquer outra raça incompetente, é antes de tudo um fenômeno natural, e, diante dele, conforme insinua a ironia aterradora de Mahan, o falar-se no Direito é extravagância idêntica a quem procura discutir ou indagar sobre a moralidade de um terremoto (CUNHA, [20--?], O ideal Americano, p.56).

O que ele chama de perigo ianque e perigo germânico, afirma ser um reflexo do próprio perigo nacional, o perigo brasileiro, da República frágil e inacabada, perigo este muito mais preocupante e invisível. O perigo é identificado na inadequação de um sistema de governo a uma sociedade dominada pela metafísica, de estéreis combinações políticas, de formas institucionais que não encontram respaldo na realidade, “uma cópia apressadíssima onde prepondera um federalismo incompreendido que é o rompimento da solidariedade nacional” (CUNHA, [20--?], p.58).

Sobre a solidariedade latino-americana, ele destaca o imaginário dominante acerca das sedições republicanas, das facções, do caudilhismo. O autor busca construir uma imagem brasileira diferenciada daquela dos países da América latina. Na distinção desse caldeirão sul americano, elogia o México de Porfírio Díaz e a aristocracia chilena, ao mesmo tempo em que critica a Bolívia e a “abortícia república” (CUNHA,[20--?], Temores Vãos) da Colômbia. Essa imagem dos estrangeiros, mais precisamente dos norte-americanos, sobre o caldeirão de instabilidade política não faz jus à realidade do continente, é “à análise despiedada de tudo quanto temos de mau, à indiferença sistemática por tudo quanto temos de bom”(CUNHA, [20--?], Solidariedade Sul- Americana, p.53). Se o ideal de solidariedade sul-americana for um obstáculo e irrealizável, que exerceria uma influência perigosa, volúvel, e representasse um obstáculo à credibilidade do Brasil, significa para Euclides que deva ser abandonado, e que aqui “sigamo-nos no nosso antigo e esplêndido isolamento” (idem, p.54). Portanto esse americanismo não é visto como primordial para o autor.

A compreensão sobre a questão social em Euclides fica evidente no seu artigo “Um velho problema” ([20--?]). Segundo o autor, a questão social percorreu uma trajetória e foi tratada ao longo do tempo de maneira distinta, até que essas filosofias chegam à Karl Marx. Se nessas filosofias sociais a solução era a síntese entre um catolicismo apegado e uma metafísica destruidora, em Marx ela passa a ser tratada de outra forma. Euclides pontua que foi aí que o socialismo científico passou a utilizar uma “linguagem firme e positiva”, ficando claro como sua leitura é enviesada por preceitos positivistas. A teoria de Marx era composta por axiomas e recheada de verdadeiros truísmos, uma conclusão irredutível sobre a produção da riqueza que era evidente e clara para se negar. Ele chega a dizer que a conclusão de que a riqueza deve pertencer a quem trabalha é dedutiva, experienciada de

realidade, portanto, a exploração do capital era um fato. Sobre esta constatação, os socialistas chegaram à fórmula da socialização dos meios de produção. Ele destaca a unanimidade do princípio, mas afirma a diversidade das soluções para se atingir a socialização da produção, uns mais, outros menos, violentos ou disruptivos. No entanto, quanto a questão social para Euclides da Cunha, é inevitável o seu triunfo.

As festas do primeiro de maio são, quanto a este último ponto, bem expressivas. Para abalar a terra inteira, basta que a grande legião em marcha pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços (CUNHA, [20--?], p.75).

A influência do evolucionismo spenceriano em toda sua obra incita Euclides a utilizar fartamente das raças como variável importante de explicação no seu esquema analítico. Procedeu dessa maneira para a análise do conflito de Canudos, ao interpretar as sucessivas vitórias dos sertanejos sobre o exército republicano. De acordo com Souza e Galvão (2007), ao contrário do que a maneira mais superficial costuma ler, é que, ao evidenciar a superioridade do sertanejo e a sua adaptação ao meio, ele não o faz de maneira a defendê-lo.

A partir dos critérios científicos evolucionistas spencerianos, Euclides quer dar conta do “porquê” esses sertanejos teriam vencido as expedições do exército, de maneira a explicar de forma racional e científica o ocorrido. O resultado disso é a construção do “sertanejo”, um mestiço diferente do mestiço do litoral, que teria preservado sua nacionalidade e não havia se degenerado. Um retrógrado: da miscigenação do branco com o índio, surgiu o sertanejo. Já no litoral predominara a miscigenação com o negro, considerada uma miscigenação pior. Dessa forma, ele assume um ponto de vista indigenista da formação social brasileira e racista acerca da influência negra.

A adaptação ao meio como categoria da doutrina spenceriana, explicaria outra vantagem dos sertanejos, ao passo que os soldados não estariam adaptados ao sertão. A caatinga e seu ambiente hostil levariam à preponderância dos instintos sobre a consciência moral e o intelecto, reforçando que o sertanejo seria dotado de uma fortaleza física. Os civilizados, ao contrário, não se adaptariam tranquilamente, pois a preponderância do intelecto era um atributo que representaria pouca vantagem ali. O meio assume importante relevância na garantia do progresso, por isso é necessário que se transformem as condições da caatinga, fator responsável

pelo caráter retrógrado dos sertanejos, para que a civilização aconteça. O meio físico aparece entre as preocupações para o desenvolvimento da sociedade.

Não há mais elevada missão à nossa engenharia. Somente ela, ao cabo de uma longa tarefa (que irá das cartas topográficas, e hipsométricas, aos dados sobre a natureza do solo, às observações meteorológicas sistemáticas e aos conhecimentos relativos à resistência e desenvolvimento da flora), poderá delinear o plano estratégico desta campanha formidável contra o deserto (CUNHA, [20--?], p.25).

Euclides foi um republicano convicto que acreditou no positivismo e nas leis científicas, um propagandista da República enquanto expressão evoluída de um sistema político. Esta que seria a forma inevitável do progresso em sua compreensão linear e evolutiva da história. A monarquia era o regime da ignorância, das abstrações, da metafísica. A República era a razão, o avanço da modernidade e da ciência, a fundação do poder pela soberania do povo. Povo esse que ainda necessitaria se estabilizar, evoluir, se adaptar ao meio, para daí tirar o melhor dessa evolução. Contanto que se soubesse analisar objetivamente a realidade social, seria possível formular nossas respostas aos impasses colocados pela perseverança do atraso. O atraso que se via nos sertões, nas capitais, no messianismo sertanejo, mas também no florianismo, no militarismo, nas formas institucionais apressadamente copiadas. Seus ideais republicanos se adaptaram aos desvios da experiência, sua obra é um marco no sentido de redimensionar a influência do modelo universal no pensamento local na busca pela identidade nacional, a partir de uma leitura positivista da realidade.

Alberto Torres, o Estado e a organização nacional

Alberto Torres é uma figura emblemática do pensamento conservador no Brasil, conhecido principalmente através de um dos seus maiores discípulos, Oliveira Vianna. Alberto Torres foi uma figura do movimento republicano do estado do Rio de Janeiro, atuou na fundação do Partido Republicano Fluminense e teve atuante militância pela abolição da escravatura. Sua carreira política foi intensa, cumpriu mandato como deputado estadual e federal, depois indicado como presidente(1898-1900) do estado do Rio de Janeiro, cumpriu mandatos como Ministro do Interior

(1896) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1901). Sua carreira política possibilitou que seus ideais republicanos fossem modificados a partir da experiência, como a dificuldade vivida na sua gestão enquanto presidente do estado e a turbulenta relação que se estabeleceu com o legislativo (FERNANDES,2007). Foi um crítico das instituições republicanas, dos políticos e das virtudes que regeram a Primeira República:

E quando no decurso de alguns anos de magistratura vim a fazer trato mais íntimo com a Constituição da República, fixou-se em meu espírito a convicção da sua absoluta impraticabilidade. Fruto de uma revolta sem cultivo prévio na opinião e, sem preparo organizador (TORRES, 1938, p.13).

Sua obra “A Organização Nacional” (1938), pode ser compreendida a partir dessas experiências, e de como isso embasou a proposta de revisão constitucional desenvolvida por ele mais tarde.

“A revisão da Constituição da República é a pedra angular dessa política. A Constituição vigente não é uma lei nossa e para nós; carta de princípios, só tem servido para alhear os espíritos” (TORRES, 1982, p.209).

A hesitação da República em relação à assistência e o abandono da questão social eram flagrantes e denunciados por Torres. Imbuídas por um espírito de modernização, as classes que estavam à frente do novo regime republicano, buscaram sanar as “deficiências” do país para escrever uma nova história, o futuro poderia ser promissor se fossem realizadas as urgentes transformações. Era necessário conhecer o passado, para lançar um plano de remissão dos “atrasos” nacionais. Desde o final do século XIX até a Primeira República, a predominância das grandes narrativas histórico-sociológicas sobre a nação se tornou central. E para pensar o país e construí-lo, era necessário pensar sobre as instituições e sobre o povo. Quanto às questões institucionais, várias reflexões foram elaboradas no sentido de estruturar um modelo de organização para o país. O povo, por sua vez, deveria se constituir enquanto nação, criar laços que o incorporariam em um imaginário político e social, que compartilhassem de uma história e de um futuro.

Na experiência republicana, o que Torres pode perceber é que a organização e as instituições do país não funcionavam. Eram transplantadas de realidades que a

intelectualidade adotou como modelo por não conhecerem “objetivamente”³⁷ o país e que miraram nas fórmulas estrangeiras como espelho.

Num país que não saíu do jugo da metrópole senão para ser dirigido por governos que não surgiram da carne e do sangue do povo e não commungam com seu espírito e suas tendencias, fazendo tudo, pelo contrario, para desvirtuar-lhe o caracter, subordinando-o a idéas e costumes estrangeiros, não é de surprehender que o povo se não tenha formado (TORRES, 1938, p.45).

Faltava conhecimento sistemático e científico, para propor um plano institucional e político que de fato organizasse o país. Organizar tem um sentido, tanto quanto de ajustar, ordenar, estruturar, quanto de dar uma solução orgânica, uma resposta nacional para o problema nacional. Quanto ao povo, este não era educado, e não tivera contato com um espírito de nacionalidade ou de valores cívicos. Deixada às margens após a abolição, à grande parte da população brasileira foi negada a cidadania. Para agravar, muitos pensadores afirmavam a teoria da superioridade das raças, e defendiam a imigração de europeus como política para o embranquecimento e “melhoramento” do país. Ele mesmo não via com bons olhos a solução do embranquecimento e afirmava: “esta ilusão deve desvanecer-se” (TORRES, 1938, p.142).

Dar soluções para esses problemas é o que movia e integrava seu pensamento. Torres primeiramente partiu do cientificismo, do conhecimento objetivo da realidade, para propor instituições que funcionassem no país. Sua reflexão é inspirada na ideia de que a realidade é apreendida na medida em que se tem uma concepção orgânica da sociedade³⁸. A reprodução do funcionamento dos organismos vivos é aplicada aos organismos sociais, e uma linguagem e lógica próprias do biológico são encontradas nos princípios – integração, unidade, relações vitais, equilíbrio, evolução – da sociedade.

Na busca pelo equilíbrio e “saudável” funcionamento do organismo social, são essenciais que algumas necessidades básicas sejam atendidas: a moradia, a educação, o lazer, o conforto, a saúde, a propriedade e a de maior importância, a

³⁷O cientificismo guiava as reflexões de boa parte dos intelectuais, de que Torres compartilhava, por acreditar que saberes técnicos e científicos guiavam as análises sociais e poderiam indicar planos de ações efetivos ajustados à realidade.

³⁸Marson (1975) identifica que essa concepção é central para compreensão do pensamento de Torres. Segundo o autor, esse organicismo era fruto da aplicação da sociologia de Spencer, com elementos do evolucionismo de Bergson e Spencer. Outra vertente de formação do seu pensamento, é o positivismo “adaptado” de Comte. Esse debate está colocado em Pinho (2007).

alimentação. A produção e a economia devem voltar-se fundamentalmente para que a alimentação seja garantida. A subsistência é a primeira e mais importante função da sociedade, outras atividades econômicas ligadas ao excedente produtivo são secundárias, tal como a indústria, finanças e extração de riquezas. Isso concatena ao ruralismo, uma das características mais fundamentais de seu pensamento, a compreensão de que a terra é base da riqueza de um país e que a vocação do Brasil é essencialmente agrária. A cidade seria o reino do artificialismo, do individualismo e das atividades parasitárias em comparação ao elogio do campo, onde residiria o realismo, por onde se atenderia os elementos essenciais e vitais da sociedade.

Era um republicano que mantinha certa nostalgia pelo Império, pois segundo ele, a república não conseguiu desenvolver um regime produtivo e de trabalho como acontecera no sistema político imperial³⁹. Na República intensificou-se o êxodo rural e o abandono das lavouras, obstaculizando o desenvolvimento do país rumo à sua vocação.

Resulta desta inversão da normalidade social, criada pelos governos, que o campo perde, de dia para dia, em vida e interesse, e que agravamos o êxodo das populações para as cidades - uma das mais sérias crises dos velhos países, só manifestada, entre nós, com o vezo de se fazer a vida por absurdo, transformando-se em factos nas teorias que importamos (TORRES, 1938, p.35).

Outro motivo de crítica foi a política econômica que resultou no capital acumulado resultante da valorização do café e o boom industrial em decorrência disso. Para piorar, a política de imigração do Estado que se aliava ao desenvolvimento da indústria, priorizava os estrangeiros e desamparava o povo.

Assume proporções de escândalo (...) o ardor com que os nossos governos se têm empenhado por estabelecer e instalar colonos estrangeiros, dando-lhes propriedades e instrumentos de trabalho, ao passo que abandonam à ociosidade não poucos milhões de nossos compatriotas (TORRES, 1982, pp.230-231).

Alberto Torres era extremamente crítico da política que valorizava o estrangeiro em detrimento do nacional, pois tanto o capital estrangeiro quanto os

³⁹ Nesse sentido, ele chega afirmar que a lavoura foi a única instituição com algum nível de organização social que funcionou no império. É motivo de polêmica por muitos comentaristas, mas como notado por Caio Prado Jr (1942), a contribuição acerca do elemento servil deve ser considerada como efeito de análise sociológica do autor, não como defesa da escravidão. Pinho (2007) afirma que sua postura abolicionista e essa constatação não constituem um paradoxo, mas uma ambiguidade de seu pensamento.

imigrantes não teriam nenhum compromisso com os recursos naturais ou com as questões nacionais:

A necessidade de capitais e de braços estrangeiros era um dos abrigos a que se tinham acolhido a nossa indolência e o nosso despreparo, em face dos problemas da nossa economia (TORRES, 1982, p.14).

Como maneira de resolver esses problemas, Torres apostava no poder do Estado para gerir as transformações necessárias, como a questão do trabalho e da educação do povo. A grande dificuldade do país era a de criar uma nação onde não havia um povo, não haveria no Brasil uma consciência nacional, apenas existiam classes voltadas para seus interesses. O Estado seria o instrumento capaz de promover a conciliação desses grupos em torno do que ele chama de ação nacional: “é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos” (TORRES, 1982, p.117). O papel do Estado é combater os despotismos e os abusos dos individualismos, representados pelos milionários, os sindicatos capitalistas, e os trustes.

A educação teria também um papel de incorporação, ao inculcar valores morais e cívicos que transformariam a consciência da população, preparando-a para o exercício da cidadania (TOTTI, 2009). Era necessário combater as teorias de superioridade racial, a favor de uma interpretação da mestiçagem que fosse positiva, que exaltasse as características desse “tipo nacional brasileiro”. Nesse sentido, seu pensamento sobre o “caráter étnico” nacional busca na formação social a contribuição dos “caracteres” de cada raça que formaram o país.

Indígenas, africanos e seus descendentes formaram, em nosso território, tipos definitivos, admiravelmente apropriados às suas condições físicas, que só poderão, por isso, progredir e aperfeiçoar-se.” (TORRES, 1938, p.142)

Ele desloca na teoria racial, o princípio de superioridade pelo de adaptabilidade e meio. Assim, um povo seria mais adaptado ao meio do que o outro, como o indígena seria mais adaptado à realidade brasileira, seguido do negro, e o branco o menos adaptado. Importante notar que sua abordagem do tema ainda permanece no campo biológico de debate (FAUSTO, 2001), porque raça é considerada um fator naturalizado. No entanto, sua reflexão já fundamenta uma crítica que pretende denunciar o descaso e a inacabada Abolição, como

perpetuadoras da marginalização dos negros na sociedade: “o negro saíu do cativeiro, para o aviltamento, para o alcoolismo, para a miséria” (TORRES, 1938, p.213). Além de que ele denuncia o caráter político das teorias de supremacia racial em meio ao processo de expansão do Imperialismo, quando “chefes superiores e raças colonizadoras pediram títulos à ciência, para os direitos da hierarquia e da subordinação” (TORRES, 1982, p.59). Em outras palavras, os povos colonizadores adotaram uma roupagem científica para justificar as suas ações.

O papel institucional e político do Estado é garantir a harmonia das partes que constituem a sociedade. É através dele que a sociedade poderia vir a existir nessa nação, a construção do Estado e da sociedade é recíproca.

O Estado não é, ainda, mais que méra corporação policial, e órgão de commando, por violência ou por sugestão; no Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregados da tradição - nem a sociedade existe, nem o Estado; e Estado e sociedade não se organizam-se, reciprocamente, por um processo mútuo de formação e de educação (TORRES, 1938, p.18).

Crítico da descentralização federativa, agravada pela política das oligarquias, o autor afirma que o objetivo da federalização é, acima de tudo, fortalecer a unidade nacional. O que não aconteceu de fato. A partir de sua experiência e de seu olhar crítico sobre as instituições republicanas, ele acabaria por rever os princípios federalistas que o acompanhavam desde o início, e passa a defender a centralização do poder na União, como forma de resolver os problemas nacionais. A desintegração que vivia o país resultava também da política, dominada pelos interesses particulares ou interesses deslocados da realidade.

Os políticos profissionais não eram capazes de expressar as vontades gerais, mas apenas atendiam aos seus anseios particularistas. A ausência de distinção ideológica entre os partidos e apenas o desejo e os benefícios de governar, os caracterizava de maneira comum. Isso só reforçaria sua compreensão de que a política deveria ser dominada pela razão e ciência, de forma a atender as questões nacionais. Os intelectuais assumem um dever de influência ativa, guiando as ações do Estado, verdadeiro elogio para que eles cumpram o papel político. É notável sua desconfiança nos partidos, em sua concepção são inimigos da liberdade do pensamento e das opiniões, incapazes de resolver as questões do país.

Para realidade do regímen representativo, no sentido de expressão da natureza mental do povo, é indispensavel que se formem correntes de opinião; para que estas se formem, é necessaria a existencia de um centro, ou de centros intellectuaesactivos, operando com energia e com liberdade. Os partidos e agrupamentos politicos são forças de repulsão das personalidades definidas e de esmagamento da liberdade de pensar (TORRES, 1938, p.103).

Portanto, compreende-se sua crítica à Constituição de 1891, que intensificou as desigualdades regionais e instaurou a política das oligarquias, que deu lugar às instituições inadequadas, que não atendiam às necessidades da nação. O país carecia de identidade e de valores que o transformassem em uma nação, isso o impossibilitava de conhecer e cultivar sua vocação agrária. Sobretudo a partir da questão educacional, pois através dela deveriam ser reconhecidas tais singularidades e assim haveria um vetor importante de fixação do homem à terra, evitando ao máximo o êxodo rural. O trabalhador nacional é defendido de forma incontestada, era necessário para a organização da nação que fosse valorizado, e entregue a ele uma porção de terra. Isso garantiria que a função básica da subsistência fosse atendida e que se seguisse a vocação nacional. A isso resulta o que seria o ideal para Torres, uma nação de pequenos proprietários e de valorização da economia nacional e do povo.

Enquadrar as ideias de Torres em relação às condições sócio-políticas de um país na periferia do capitalismo na fase monopolista (MARSON, 1979 *apud* PINHO, 2007) é compreender a entrada de ativos estrangeiros como nunca antes visto na América Latina, de frentes de investimento nos processos de urbanização e industrialização e a expansão do mercado consumidor a partir da lógica imperialista. Nesse sentido, é possível entender seu pensamento como uma resposta nacionalista de defesa dos interesses internos em contraposição aos interesses estrangeiros e das classes que aqui se incorporavam a eles em benefício próprio. Nesse sentido, a desintegração nacional em sua análise histórica vinha desde a ineficiência da política colonial para a nacionalização das instituições e intensificava-se com a fase do capitalismo monopolista e do imperialismo. Segundo Lamounier (1977, *apud* PINHO, 2007), a resposta dada por Torres e outros autores do pensamento conservador autoritário, está na raiz da crise de legitimidade do liberalismo, colocada pela inflexão da Primeira Guerra no imaginário sócio-político da Europa como modelo, e do mercado como princípio regulador da sociedade que

falhara. Isso constituía o que Lamounier chama de ideologia do Estado, que seria a primazia do Estado como princípio regulador da sociedade. No entanto, tem-se uma distância crítica acerca do juízo de Lamounier, pois o liberalismo constitui-se também em uma ideologia de Estado, identificado ao domínio das oligarquias, basta ver como essas oligarquias dependeram fortemente do apoio do Estado para manter o domínio do café na economia brasileira.

No entanto, Torres nunca abandonou os princípios elementares do liberalismo, como a defesa da livre concorrência, da liberdade de pensamento e dos direitos civis. Segundo Pinho (2007), eles foram sistematicamente esquecidos na fortuna crítica de seu trabalho, mas devem fazer parte do balanço de sua obra, ainda que não fosse um liberal *stricto sensu* e um dos precursores do nacionalismo autoritário, acreditava na possibilidade de regeneração do capitalismo, na medida em que se corrigisse os seus excessos.

Entre o individualismo, que exagerou o valor da propriedade e do capital, multiplicando-lhes os meios de supremacia, com uma infinidade de privilégios [...] esmagando a livre iniciativa e a ambição dos homens sem fortuna (TORRES, 1938, p. 158).

Para a construção da nação caberia ao Estado, em uma efetiva e centralizadora ação, ajustar os elementos sociais e incorporá-los na construção da rede de solidariedade, tendo em mente as necessidades essenciais que deveriam ser atendidas. Organizar a produção e o trabalho com vistas à vocação agrária do país, priorizar o trabalhador e a economia nacional, distribuir as terras e realizar o programa de regresso ao campo, estão entre as propostas colocadas por Torres. Quanto aos agentes dessa transformação, seriam aqueles que substituiriam a elite republicana despreparada, os intelectuais guiados pela ciência e razão e os tecnocratas.

Segundo a caracterização de seu pensamento, a solução dos problemas que afligiam o país seria de ordem centralizadora e elitista, na presença de um Estado forte e autoritário. Descrente das democracias e do princípio representativo efetivado pela maioria, Torres questiona o valor da eleição em um processo recheado de fraudes, conchavos e politicagem. A política que ele acredita, está acima das disputas partidárias e ideológicas, deve ser a expressão da nacionalidade em busca do equilíbrio e da harmonia. Seu programa pode ser condensado desta maneira:

Demos terras a todos os homens válidos; instrução primaria, a todos os que podem vê e ouvir; instrução secundaria -e superior, a todos os que são capazes, não a dando a nenhum que o não seja; educação social e profissional, também a todos: e não temamos o futuro (TORRES, 1938, p.173).

A república ideal para Alberto Torres desenvolve-se organicamente porque se atenta às condições e peculiaridades nacionais, ela compreende as exigências dos direitos sociais, mas a realiza de maneira conservadora, tal qual um organismo vivo, que se guia pela necessidade homeostática, a manutenção do equilíbrio da sociedade como fim último:

O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma republica agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, previdente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros (TORRES, 1938, p. 169).

Seu pensamento constitui-se na defesa de um programa nacionalista, em uma época de guerras e avanços imperialistas. Tempo de flagrante reação, nos excessos da linguagem do liberalismo: o individualismo, o capital financeiro, os monopólios. De clamor por uma soberania que já se via ameaçada desde os primórdios coloniais e se atualizava perante as políticas econômicas de saque das riquezas naturais, de aviltamento de capital e indústrias estrangeiras. É o nacionalismo enquanto recurso para o estabelecimento das bases para as organizações dos países jovens, não o patriotismo mórbido “com traços de hostilidade dos primitivos; do ódio tribal e gentilico; é o patriotismo agressivo”(TORRES, 1982, p.124).

O nosso nacionalismo não é uma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário, que pressuponha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patrióticos. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora (TORRES, 1982, p.133).

É a partir do que foi chamado de pensamento autoritário, das ramificações mediadas que o pensamento do autor tem com o positivismo, que Alberto Torres resolve em seu pensamento os impasses do país, ao tratar das questões sociais e

apoiando-se na concepção autoritária do Estado como agente conservador de transformações, garantidor do equilíbrio e harmonia.

Oliveira Viana e a modernização autoritária

Oliveira Viana foi o mais famoso discípulo de Alberto Torres, constituindo uma identidade e um campo intelectual próprio de diagnóstico e de proposições sobre a superação dos impasses do país.

Segundo Jarbas Medeiros (1978), são três questões essenciais do pensamento de Oliveira Viana que podem ser definidas da seguinte forma: 1) o problema da unidade nacional nos seus aspectos institucionais, geográficos e culturais; 2) a modernização das instituições, tendo como parâmetro o corporativismo administrativo; 3) a conciliação das classes sociais.

Ao analisar a realidade brasileira, Oliveira Viana atesta a improcedência das instituições liberais no país. O autor identifica uma dinâmica social que compreende fortes traços de insolidarismo na sociedade que vinham desde a colonização, com a predominância do espírito de clã, forjando relações sociais e políticas do homem no campo ao seu núcleo mais próximo, como a família e o caudilho. A própria formação de grandes latifúndios organizados sob um poder patriarcal, que levou a efetiva ausência do Estado, resultou na incapacidade de forças sociais modernas na organização das relações. Assim como Torres, Viana estava preocupado com a formação de uma dimensão pública e de um ordenamento social que era historicamente obstaculizado por interesses particulares. O que dificultaria a realização da cidadania política nos moldes anglo-saxões, através da incorporação aos processos democráticos e de forte igualitarismo. No entanto, era extremamente ameaçador para a coesão nacional e para construção dessa organização, que se mantivesse os traços de insolidarismo. Consequências disso eram a extrema desigualdade social que se verificava, e as assimetrias de poder que se perpetuavam nessa dinâmica. Não se trata, porém, de uma crítica ao Brasil com afirmações pessimistas.

No confronto que faço entre a nossa gente e os grandes povos, que são os nossos mestres e paradigmas, evidencio muitas deficiências da nossa organização social e política. Não ponho nisto, porém, nenhum ressaibo de pessimismo ou descrença. Quis ser apenas exato, sincero, veraz (VIANA, 2005, p.57).

A análise sociológica de Oliveira Viana pretende, contudo, responder aos parâmetros científicos e objetivos acerca dos traços dessa “psicologia coletiva”, que impõe dificuldade à modernização pela característica da formação social brasileira. A intenção é evidenciar e compreender como a formação histórica do Brasil, a caracterização social do povo brasileiro é distinta dos países europeus e dos outros povos. Essas peculiaridades devem ser consideradas para a estruturação do ordenamento institucional e político brasileiro. Seu objetivo é estudar as características dos tipos nacionais das populações rurais considerados a fonte da nacionalidade, guardadas as diferenças entre eles, cuja influência é incontestável durante a colonização, mas que vinha perdendo espaço em sua época. Para se entender a organização e a evolução das instituições, são necessárias considerar o peso das influências dessas populações. No entanto, a pesquisa que constituiu sua obra *Populações meridionais do Brasil* sobre as manifestações da nacionalidade e da atuação dessa psicologia coletiva relacionada a elas se restringe até 1888. Porque dali em diante, essas tradições acharam-se descontinuadas, desorganizadas após a abolição, o regime republicano não permitiria uma síntese da evolução social, como em outros tempos.

A compreensão da República enquanto vetor de desordem e desorganização aparecerá verticalmente por toda sua obra. A análise da realidade social permite ao autor concluir o grau de artificialidade das instituições sociais, das leis, do ordenamento político, porque não estavam em sintonia com a realidade apresentada nos costumes e na cultura da população. Apenas repetiram modelos, de tal maneira, que transplantaram uma institucionalidade liberal que simplesmente ignorou os elementos nacionais e característicos, os quais deveriam ser a base para a construção de um regime político:

O grande movimento democrático da revolução francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, made in Europe (VIANA, 2005, p. 57).

Portanto, o sentido de realidade e os critérios objetivos seriam o caminho já comprovado por outras sociedades para a sua “evolução”, e seria através deles que sua pesquisa sociológica⁴⁰ se guiaria. Em seus pressupostos, existem os estágios comprovados de evolução — ainda que afirmasse as pluralidades das linhas de evolução, indo contra às ortodoxias evolucionistas — e a influência dos elementos geográficos e climáticos para a caracterização das populações nas tendências de caráter e mentalidade. A filiação de seu pensamento segundo Medeiros e com a qual concorda-se, é a que o classifica no quadro geral positivista e empiricista: “Somente os fatos me preocupam e somente trabalhando sobre eles é que infiro e deduzo. Nenhuma ideia preconcebida. Nenhuma preocupação de escola.” (VIANA, 1933, p.43 *apud* MEDEIROS, 1978, p.205). É importante dizer sobre suas matizes teóricas ao longo do tempo, já que acompanharam as discussões e evolução desta corrente positivista e empiricista. Nos anos 10 e 20 (Medeiros, 1978) permaneceu dentro do naturalismo sociológico, ao transplantar o modelo das ciências naturais para ciências sociais, compreendendo o Spencerismo organicista, o darwinismo social, e a mesologia que elabora a sociedade como fruto da combinação de raça, clima e geografia. Já nos anos 30 e 40, acompanha a ramificação do positivismo de evolução aos paradigmas do antropologismo-funcionalista, trabalhando heterodoxamente com seus princípios mesclados às convicções mesológicas e etnológicas.

Outro elemento de caracterização do seu pensamento é a influência das teorias acerca da superioridade racial, abraçou alguns de seus pressupostos e considera a raça como um elemento importante e relevante para suas análises, quando afirma sobre uma “antroposociologia, recente e formosa ciência, em cujas substruções trabalharam Gobineau, Lapouge e Ammon, gênios possantes; fecundos e originais.” (VIANNA, 2005, p.51).

O autor chegou a relativizar sua posição em polêmica com Torres, já que este era frontalmente contra às teorias de superioridade racial. Segundo Vianna, por considerar a superioridade dos germanos a qual Torres se objetava, ele não fazia

⁴⁰ Segundo Pinho (2007) uma das similaridades que Oliveira Vianna destaca em relação a Torres é o senso de realidade comum às suas análises e proposições distanciando de formulações alheias à realidade social. Em segundo lugar, o método científico e rigorosamente objetivo que guiaria as suas investigações. Porém é nesse ponto que surge a primeira grande diferença, segundo Vianna sua investigação teria levado ao grau mais elevado as premissas “científicas e modernas” da cultura sociológica, ou seja, uma *ciência social*, porque Torres ainda esteve circunscrito às condições de um pensamento, de uma *filosofia social*.

uma defesa por si da superioridade, mas dos elementos que garantiam a maior migratoriedade da raça germânica (VIANA, 1974, p. 74 *apud* PINHO, 2007, p.139). No entanto, ele não via por que desconsiderar a raça como elemento importante. Acreditava nas “tendências hereditárias” e as hierarquizava conforme a cor, assim dizia sobre os

mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País. São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca (VIANA, 2005, p. 171).

Um ponto importante em sua obra se refere a como realizar a justiça social. Em um cenário de forte insolidarismo, de dificuldades de um país mestiço em que pese a raça, como construir a ordem liberal e moderna? A experiência mostrava que as receitas clássicas do liberalismo ou do socialismo não encontrariam eco na realidade brasileira. Primeiro porque o liberalismo já se mostrava falho para o papel modernizador que deveria cumprir, e segundo porque aqui não existia uma luta de classes. Além disso, as elites e as soluções que vieram com a República só escancaravam o alheamento de suas posições. Nesse sentido, o corporativismo comparece como um modelo ideal de estrutura inserida na institucionalidade estatal.

Nas análises do processo histórico, do tipo brasileiro e da predominância do espírito de clã e do insolidarismo, a autêntica expressão política brasileira é o autoritarismo, e só ele poderia ser capaz de realizar a modernização das instituições. Sobre isso, Medeiros (1978) afirma que não seria justo colocá-lo como conservador, pois ele era um defensor da modernização das instituições, ainda que pela via autoritária. A partir desse caráter insigne da autoridade cabia institucionalizá-la, solucionando a questão do poder e da unidade nacional através da incorporação das classes trabalhadoras e patronais em uma estrutura corporativa.

Sobre a democracia, Oliveira Viana acreditava que o povo não estaria preparado para ela, que o Republicanismo assim como a democracia eram modas teóricas de centros urbanos, de universitários, que pouco refletiam sobre a realidade do interior do Brasil e da grande população iletrada. Oliveira Viana resgata o passado e a influência da organização socioeconômica da grande propriedade rural latifundiária, no qual predominava o semiautoritaríssimo difuso e os relaciona às raízes profundas na nossa organização social. Portanto, na obra de Oliveira Viana, o

Estado deve ser um órgão forte e intervencionista, que leve em conta todo o passado histórico e como o poder se estrutura historicamente no país.

O corporativismo possibilitaria a manifestação da representatividade política, com a organização das classes relacionadas à produção, que poderiam manifestar as demandas e interesses políticos. Segundo Viana, era assim que os países fortes resolviam a questão social, a partir do Sindicalismo⁴¹, sem partidos, sem doutrinas, visando objetivos pragmáticos e de melhorias dentro do quadro de cooperação social. O corporativismo é o antídoto para o insolidarismo, através dele reforçaria solidariedades mais amplas e promover-se-ia políticas de justiça social. A entrada no mundo do trabalho reforçaria algum sentido de espírito cívico, assim Santos (2014) coloca o corporativismo como a liga da problemática do Brasil real versus Brasil legal de Viana, ao caracterizar o papel do Estado e das instituições em relação aos costumes e a cultura. O corporativismo, enquanto combinação harmônica entre os dois Brasis, seria a resposta ideal⁴², pois “não seria pura exterioridade epistemológica, por resultar de uma situação objetiva, assim como a democracia estava para as tradições dos povos europeus” (SANTOS, 2014, p.71).

Aquele Brasil autoritário, de desigualdades extremas, clamando por modernização e justiça social e aquele das instituições e leis alheias à realidade social, de princípios liberais e igualitários, mas sem raízes. Atraiu-se assim às diretrizes católicas⁴³ do moderno Estado corporativo, que significava conquistas efetivas para os trabalhadores, controle dos sindicatos e despolitização do movimento, regulamentação das indústrias e do lucro: “nem a igualdade política, Rousseau, nem a econômica, Marx, e sim a igualdade substancial da Igreja Católica” (VIANA,1951 *apud* MEDEIROS,1978, p.184). No entanto, esclarece dizer que o corporativismo convive com os fundamentos da estrutura capitalista e nem pretende modificá-los, apenas adequando-os à condição brasileira.

Quanto à República, criticou a presença de profissionais políticos e apostou na substituição pela representação técnica do parlamento. Sobre a natureza de

⁴¹O Decreto 19.770- Lei de Sindicalização foi uma das formas que conferiram realidade à política corporativa, regulamentou a sindicalização das classes patronais e trabalhadores no sentido de neutralizar os sindicatos e o movimento operário. Ver Santos(2014).

⁴² O caráter brasileiro do insolidarismo estaria relegado às populações rurais e a nova legislação social se restringia aos vínculos sociais urbanos, onde seria possível abandonar paulatinamente os traços desse caráter.

⁴³ A afinidade de seu pensamento à Doutrina Social da Igreja é comentada por alguns intérpretes de sua obra. A valorização moral do trabalhador nos princípios da DSI coaduna com sua percepção do corporativismo para além de um projeto econômico, um projeto político e moral. (idem, p.77)

classe do Estado afirma que as classes ricas aqui, poderiam neutralizar os interesses da burguesia e do operariado, arbitrando as questões e tendo como fim último a coesão nacional. Defende o governo do “bom tirano”, onde a liberdade civil pode existir em perfeitas condições de ausência de liberdade política. O voto não é uma necessidade da democracia e através dele não se provava ser o melhor meio para atingir os fins. Nesse sentido, o Estado muda de figura, se visto como opressor das liberdades e raiz da autoridade absoluta, passa a ser o único caminho para um Estado moderno de racionalidade burocrática.

o poder central, o grande opressor das liberdades locais e individuais nos povos europeus, exerce aqui uma função inteiramente oposta. Em vez de atacá-las, é ele quem defende essas mesmas liberdades contra os caudilhos territoriais, que as agridem (VIANA,2005, p.372).

O projeto de educação em Viana resumia-se a um projeto para as elites, sobretudo os esforços de investimento deveriam se concentrar no ensino secundário e na educação superior. Justifica-se pelo papel orientador que as elites devem exercer naturalmente. O Estado moderno não teria as preocupações do Estado liberal, porque assumiria o viés elitista e autoritário na implementação das reformas necessárias, abnegando aos direitos políticos e à participação se necessário fosse. Uma vez que a democracia de partidos for substituída por uma democracia de elites técnicas, é necessário que as preparem para o inevitável papel dirigente. Portanto sugere que às massas, sejam ensinadas apenas a leitura, a escrita e a contar, ou seja, o básico.

Pretendeu-se caracterizar o pensamento de Oliveira Vianna, marcadamente autoritário e elitista, sua teoria sociológica desenvolveu soluções que se valem da ideia de coesão social em uma estrutura capitalista de produção, ancorada em valores morais cristãos para a modernização das instituições brasileiras, como forma de resolver a desigualdade e a questão social, que a República deixara por fazer.

Bertha Lutz e a crítica feminista da Primeira República

Falar de uma perspectiva e atuação feminista na primeira república no Brasil é falar de Bertha Lutz. Uma importante pensadora que teve toda sua vida marcada pela defesa dos direitos das mulheres, em um momento em que a própria definição

de cidadania era objeto de embate político através das diversas posições ideológicas presentes na sociedade brasileira daquela época.

Desde a Assembleia Constituinte de 1891, havia nas margens da sociedade a discussão acerca da participação política feminina. No entanto, foram rejeitadas as emendas ao artigo 70 da Constituição que visavam o voto feminino. Sob a alegação de que o direito ao voto dos cidadãos como estava na Constituição, abarcava tanto homens quanto mulheres, muitos defensores da não participação feminina utilizaram esse argumento como forma de calar a reivindicação. Atitude precavida dado o próprio contexto internacional, que apresentava na cena pública, movimentos de reivindicação pelo voto feminino além da organização política das mulheres pelo sufrágio. Uma vez que expressa a proibição, a negativa da participação feminina, poderia levar às indagações sobre as responsabilidades civis e penais das mulheres e a incongruência de não ter seus direitos civis e políticos assegurados, ao passo que os deveres que lhe eram atribuídos, permaneciam.

O surgimento da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922, com Bertha Lutz na presidência, dá pistas de como o contexto da década de 20 foi marcado por uma pluralidade de organizações e movimentos e a atuação dos intelectuais frente à necessidade de construir uma nação e levar o Brasil rumo à modernidade e ao progresso. A figura de Bertha Lutz e a existência da Federação são centrais para a compreensão do movimento feminista do início do século XX. Dentre os objetivos do estatuto da Federação, estavam: garantir a educação da mulher como forma de prepará-la para vida privada e pública e a efetivação dos direitos políticos e constitucionais.

No artigo de Karawejczyk (2018), sobre a importância de Bertha Lutz para o movimento feminista na fundação da FBPF e de sua primeira conferência, a autora dissecou as estratégias do movimento e da organização para a promoção das demandas do movimento feminino na arena pública. Um trabalho rico em fontes revela as questões e desafios que Bertha Lutz enfrentou no contexto da fundação e da conferência, bem como as respostas e saídas. As correspondências entre Bertha Lutz e Carrie Chapman Catt (fundadora da National American Woman Suffrage Association) são centrais. Nelas se destacam o envolvimento e parceria de ambas, o que demonstra a importância que o modelo estadunidense do movimento feminino representou para Bertha Lutz orientando seus passos, ao invés

do movimento europeu, tido como violento, que fora colocado como inapropriado para a realidade brasileira.

Nessa aproximação de estratégias, predominou a iniciativa pela construção de uma identidade de um feminismo que não se assemelha à atuação europeia, vista tanto pela líder norte americana como por Bertha Lutz, a melhor maneira de encampar as demandas do movimento. Os temas escolhidos para a conferência dão pistas disto, painéis que discutiam a economia doméstica, o papel da mulher na socialização dos filhos revela que a organização não discutiu e ou relativizou os papéis de gênero. O reforço da imagem da mulher como inerente ao espaço privado e da importância do papel desempenhado por ela, buscava afirmar-se perante os homens e instituir a dignidade de suas demandas, sem com isso, questionar o próprio patriarcado. Como colocado por Carole Pateman, no início da organização do movimento feminista no século XIX, o argumento da natureza separada foi apropriado com intuito de valorização dos papéis de gênero. Isto porque, o patriarcado enquanto sistema naturalizou diferenças que determinariam a atuação dos gêneros, relegando às mulheres o espaço privado e aos homens, o espaço público. Apropriando-se dessa divisão, o argumento da natureza separada, procurava validar e igualar o espaço privado dominado pelas mulheres, à importância do espaço público dos homens. Figurando entre uma das táticas do grupo, destaca-se a posição que o movimento feminino poderia representar perante o progresso geral da sociedade. De acordo com Marques (2016, p.22 *apud* KARAWEJCZYK, 2018, p.08,) outra estratégia apreendida por Bertha através de Cat, era persuadir os homens de que as demandas femininas não ameaçavam a ordem social, pelo contrário, representavam a inescapável evolução da sociedade.

O discurso do movimento feminista em harmonia com a ideia de progresso atuava de maneira bastante apropriada em um horizonte que despontavam teorias e análises para o progresso e evolução da sociedade, com o advento da República. No contexto político, iniciativas que articulavam esse ideal tinham mais chances de serem aceitas e compartilhadas. O motivo para que a garantia dos direitos das mulheres fosse tida como importante, pois era necessário que se encaixasse na lógica modernizadora do país. Os movimentos sufragistas que aconteceram na Inglaterra e nos Estados Unidos, eram uma referência à ideia de futuro que esses países representavam. Portanto, garantir os direitos das mulheres além de alargar a concepção de cidadania, era garantir que as mulheres fossem abarcadas pelo

projeto de nação e de modernização tão preconizado pelo contexto da primeira república. O discurso de Bertha Lutz na abertura da conferência dá pistas disso:

Não é um interesse egoístico que as leva [as mulheres] a desfraldar a flamula das suas reivindicações na sociedade. O que a mulher deseja é colaborar com o homem na mesma obra de civilização e progresso, na grandeza mesma do Brasil e na segurança da sociedade brasileira. E por isso a mulher não esquecerá também o problema da educação, como base fundamental da sua independência, até as questões delicadas do internacionalismo (O IMPARCIAL, 20/12/22, p.7. *apud* KARAWEJCZYK, 2018, s.p)

Em 1932, Bertha Lutz é chamada a compor a Comissão Elaboradora do Anteprojeto de Constituição. É um momento célebre, descrito por ela, como a “primeira vez, na história, a mulher é chamada a colaborar na codificação do instituto básico de uma nação”⁴⁴. A vantagem da participação das mulheres na política, especificamente na construção do Anteprojeto, é justificada pelas qualidades ditas femininas e que se façam presente, tal qual a ternura, a tolerância, a generosidade, ainda reforçando o papel de gênero. Na análise de conjuntura, Bertha refere-se à crise do liberalismo na primeira metade do século XX, da instabilidade democrática e da fragilidade das instituições que nasceram com os movimentos constitucionalistas do século XIX. Comparece a ideia de que a Constituição deve abarcar todas as manifestações políticas sob o domínio da lei, a favor da civilização, como resposta às polarizações políticas. No seu discurso comparece a ideia de quenão seria diferente a causa feminina, tomada como parte de um todo, sempre a favor do país:

é preciso firmar muito claramente que a mulher não representa uma classe, mas metade da população; que aqui está menos para usufruir direitos do que para cumprir obrigações, que não visa apenas garantir interesses, mas principalmente defender ideais, que não esposa correntes partidárias, por mais respeitáveis que sejam, porque procura colaborar, despretensiosa e imparcialmente, em tudo que se relacione com o progresso da pátria, a grandeza do Brasil (Diário Oficial, 12 de novembro de 1932, p. 20758 *apud* Dultra, 2018)

Durante sua atuação, as reivindicações e pontuações que fazia dentro da comissão, refletiam preocupações ligadas às mulheres e de cunho mais geral. A ativista e pensadora Bertha Lutz reuniu na sua publicação *Treze Princípios Básicos*, as suas sugestões para o anteprojeto da Constituição. Suas propostas podem ser

⁴⁴ Discurso de Bertha Lutz na Comissão Elaboradora do Anteprojeto de Constituição, em 19 de novembro de 1932 (MARQUES, 2020, p. 174).

entendidas a partir da sua concepção acerca da política e dos direitos, que se define por dois princípios: defesa da justiça social e uma concepção forte de igualdade entre os sexos. Constam nos artigos dessa publicação, a defesa de um Estado previdência, da educação popular, equidade jurídica entre homens e mulheres, liberdade de organização e associação de trabalhadores. Essas sugestões foram incorporadas no capítulo da Ordem Econômica e Social da Constituição e revelam um caráter afirmativo pelos direitos das mulheres e de adesão às propostas de reformas no campos social e político mais amplo (SOIHET, 2000), indicando uma atuação frente às reivindicações da sociedade brasileira por um Estado mais justo e igualitário. Quanto aos avanços da Constituição cuja atuação de Bertha Lutz foi central, estão os direitos de igualdade política em relação ao voto, poder se eleger, além do exercício de todas as funções do poder público.

Pautados como avanços inexoráveis da sociedade rumo ao progresso, assim enquadrados os direitos pelo movimento e luta da organização feminista, Bertha Lutz é uma representante da causa feminista que deve ser considerada na análise do quadro geral dos pensamentos políticos do contexto republicano brasileiro do início do século XX, que pensou e atuou no sentido da democratização dos direitos de homens e mulheres.

A crítica republicana democrática de Manoel Bomfim

O nascimento da república no Brasil foi acompanhado por Bomfim de maneira crítica. Segundo o pensador, não representou de fato uma mudança política, muito menos necessária. O dia 15 de Novembro de 1889 foi a permanência daqueles que já estavam no poder e que, portanto, perpetuavam a mesma lógica:

Desta sorte, todas as insuficiências e misérias da República têm a mesma razão: as misérias e insuficiências de sempre; a péssima qualidade da classe dirigente, nunca apurada, nunca renovada (BOMFIM, 2014b, p.172).

A começar pelo chefe do Estado, que não possuía concepção alguma de política democrática, cuja trajetória e formação não refletiam questões ou anseios republicanos, Deodoro foi o líder do que poderia ser, o de uma ditadura republicana. As forças que operaram o nascimento e os desdobramentos históricos da república, que Bomfim define como tropeços, são: o militarismo, o positivismo e o liberalismo

demagógico do bacharelismo jurista. Os antecedentes da proclamação e do desgaste do império, contaram com a campanha abolicionista, com a protelação dos próprios monarquistas em resolver essa questão e, depois, da incorporação das insatisfações do exército. A atuação dos militares eclipsou de tal maneira a propaganda republicana, que antes nas mãos de propagandistas republicanos, com Benjamim Constant se tornou nas palavras de Bomfim, um infeliz levante militar. Os motivos militares foram a gota d'água do desgaste do Império, porém, como foi de alcance limitado eram na verdade reivindicações de cunho corporativista, que visavam atender basicamente os interesses da classe militar. A crítica é taxativa, “resultou assim, que a incorporação de militares na política foi antes um malefício” (BOMFIM, 2014c, p.174). Condição que garantiu a perigosa ascendência na organização democrática, dos privilégios militares.

A aversão de Bonfim ao positivismo, que mantém estreita relação com a influência militarista na república, se centra na sistematização teológica Comtiana e as fórmulas despóticas. A ciência se tornou um mecanismo de infalibilidade na teoria positiva, contradizendo os próprios princípios científicos de contestação. A forma como o positivismo sistematizou um quadro de evolução da humanidade e de progresso, quando o próprio sentido de progresso é infinito e não orientado em sua visão, ele aposta que as possibilidades são sempre força criativa de um contexto, somente uma força “divina” poderia predizer tal coisa e isso não parece ser obra de um pensamento reflexivo.

Comte defendia uma república ditatorial e o desenvolvimento da indústria atrelado à ciência e, por isso, a predileção ao ensino técnico, em defesa de uma modernização conservadora, o que acabou convergindo com os princípios militares. A educação é incorporada como uma ferramenta modernizadora essencial para o desenvolvimento do capitalismo, por isso guiada por um espírito pragmático, tal qual enunciou Comte em carta a Stuart Mill (AGUIAR, 2000). É debilitante a forma como a educação está colocada no positivismo, na função básica de preparação das forças de trabalho que servem à incorporação ao capitalismo (BOMFIM, 2014c). Bomfim tece em toda sua obra tem várias críticas, bem como compreende propósitos bastante distintos para a educação, na sua capacidade libertadora e fundamental para a democracia.

Uma das causas desses males que afligiu a nascente república, é a tradição da mentalidade do bacharelismo jurista, desde a política nacional aos quadros

burocráticos, a presença dos bacharéis em direito é flagrante. Todos aqueles que aspiravam fazer carreira na política e na administração pública, se direcionavam às escolas de direito. Esse *ethos* permitiu que se confundissem duas esferas distintas, a esfera política que tem sua lógica própria e a esfera jurídica, administrativa. A influência de tal pensamento garantiu uma equivocada ideia de que o saber legal legitimaria as posições políticas desses juristas, como agentes preparados para os cargos de governo, “Esses resultados derivam do preparo mau e insuficiente do jurista para o governo de uma nação moderna” (BOMFIM, 2014c, p.204) e o autor pergunta: quantas não são as ocasiões em que a justiça legal se opõe à verdadeira justiça?

A república perpetuaria o pacto de interesses de uma classe reduzida, “que o 15 de Novembro dera em burla, e o Brasil continuava em usufruto. Só mudara de senhorio” (BOMFIM, 2014c, p.250). O diagnóstico de Manoel Bomfim aponta que não houve, de fato, uma mudança daqueles que assumiram o poder, no balanço político da República, verificada pela permanência de estruturas, de pessoas, e de princípios. De modo que, colônia governada pela metrópole, e enquanto república governada pelos herdeiros diretos dessa tradição. Não basta a fórmula vazia da República se ela não traduz os valores republicanos, nem os princípios democráticos na prática. As leis são letras mortas, a liberdade apenas retórica, por isso “são os milhares de códigos, leis, decretos, avisos, regulamentos... para manter e proteger a injustiça, o privilégio, a fiscalidade extorsiva, a opressão” (BOMFIM, 2014c, p.217). Sem grandes mudanças, o proceder das classes dirigentes permanecia tão excludente como foi no império e na colônia.

Não havia uma agenda ou um programa de governo, ou mesmo ideologias que tivessem as questões sociais como pauta inseridas na defesa da democracia. Contudo, central no papel de reparação histórica e de promoção da justiça social, a educação é essencial para Bomfim do ponto de vista republicano democrático. O autor lembra, no momento da sua escrita de *O Brasil Nação*, que há quarenta anos imperava o regime de trabalho escravo, e que as condições de vida do brasileiro ainda se assemelhavam à essa época, tamanha precariedade. A permanência no poder daqueles que se aproveitam disso, de forma a garantir a manutenção do seu domínio, resulta em uma população inculta, politicamente nula e atrasada socialmente. Seja na limitação quanto ao voto restrito aos que têm posses e são

alfabetizados, quanto na inacabada representação política dos interesses do povo suplantada pela influência das oligarquias.

A política financeira da primeira república opera através da primazia de interesses privados, cuja lógica de empréstimos e o imperativo da dívida pública “formam um dos capítulos mais ricos em estupidez e infâmia” (BOMFIM, 2014c, p.280) da nossa história. São consequências que para o autor, derivam de uma concepção econômica que não enxerga para além das necessidades materiais e organiza toda a economia em cima disso. A política entreguista dos recursos brasileiros se destaca pela presença das empresas estrangeiras no rentável ramo dos serviços públicos dos centros urbanos. A influência poderosa destas empresas corrompe também o poder político: “quem poderá dizer quantos aparentados de políticos prestigiosos são nominalmente empregados da Light?... e da Bond andChair...”(BOMFIM, 2014c, p.298). O diagnóstico de Bomfim para a primeira república, é de um capitalismo incipiente no que diz respeito ao acúmulo de capitais, mas já com a presença dos efeitos e problemas da atmosfera capitalista, como a desigualdade econômica e a corrupção, agravando-se o quadro dos problemas da herança colonial.

Para ele, as contradições do capitalismo seriam aprofundadas na medida em que enquanto fenômeno global chegaria aos países periféricos agudizando os processos de dominação, dificultando qualquer transformação no sentido da soberania nacional e de um governo de justiça. Ao contrário do que muitos pensadores apostavam que o capitalismo poderia ser adaptado às condições nacionais para que as benesses do sistema fossem possíveis, Bomfim não cultiva tal ilusão. Sua posição fica evidente no artigo que escreveu em 1901 rebatendo a posição defendida pelo professor de economia política B. Clark.

Segundo Manoel, a ideia do professor sobre a possibilidade de que o desenvolvimento do capitalismo acompanhasse a distribuição cada vez mais abrangente do progresso material, era impossível. Acreditar por exemplo, que à medida que o capitalismo fosse desenvolvendo e a produção aumentasse, isso resultaria em um maior acesso dos trabalhadores aos benefícios e privilégios das classes mais ricas. Ao capitalismo, seria inerente a desigualdade como fruto da produção, assim o aumento da produção ao contrário de possibilitar uma nova dinâmica social de incorporação dos trabalhadores na aquisição do progresso material, iria aumentar ainda mais a desigualdade. A visão de Clark é que desta

maneira, a igualdade social seria possível pelo ajustamento dos mecanismos do próprio capitalismo, uma possibilidade dentro do sistema. Contradita por Bomfim, que via na lógica do sistema capitalista a incompatibilidade à igualdade social, o discurso de Clark tentava apagar da dimensão do capitalismo a luta irreconciliável entre trabalho e capital, fantasiando uma harmonia possível entre os interesses de classe. Contudo, se não é uma leitura marxista propriamente dita, nem especificamente expressa por ele nesses termos, a crítica de Bomfim deve muito ao republicanismo democrático e ideais até mesmo socialistas e anarquistas.

Sobre a teoria marxista, Bomfim escreveu considerações que merecem a atenção da análise. Em 1914, é deflagrada a Primeira Guerra, provocando diversas reações por todo o mundo, é o marco do fim da *Belle-Époque*, os ideais de progresso, paz e prosperidade do mundo Ocidental são colocados em suspensão e vivem uma inflexão. Assim ele se expressa sobre a guerra: “em face da monstruosa catastrophe que faz estremecer de horror toda a humanidade” (Bomfim, 1915, p. 04). Segundo Bomfim, a atrocidade da guerra que ameaçava toda a civilização, é obra do povo Alemão sob influência do prussianismo, que representava a dominação, a violência, contra a cultura do direito, da justiça e da igualdade, de certo contra os ideais e princípios que orientam o republicanismo democrático. O prussianismo representava o desejo de unificação da Alemanha da expansão nacional, e tornara-se uma política imperialista de dominação de outros povos, assim chamado o “gênio” do povo alemão como expressão moral, intelectual, cultural da sociedade, Bomfim dissecava as características dessa centelha. O alargado metafisicismo da filosofia alemã é resultado da busca pela norma, como fim em si mesma, assim desaparece o ideal e transbordam fórmulas lógicas definitivas, previsíveis para o conhecimento das coisas, sem espaço para a imaginação e a criatividade.

Assim se explica a inhumana evolução dessa philosophia, que partindo da optimista ordem pré-estabelecida de Leibnitz, através de Kant, Fichte, Hegel, Schelling... vem ter à pessimista e cega Vontade de Schopenhauer, e ao torvo, e não menos pessimista, Inconsciente de Hartmann. Todos fixaram uma norma ao universo, em vez de buscarem uma justiça simplesmente humana (BOMFIM, 1915, p.23).

É a filosofia como norma, nua de questões relativas à felicidade e justiça, que Bomfim não se vê admirado de ter sido na Alemanha, onde a teoria do materialismo

histórico de Karl Marx tenha surgido e se expressado em termos de luta como processo e essência.

Quando todas as outras civilizações reclamavam, em nome da justiça, contra a espoliação dos trabalhadores ; enquanto o gênio russo exprime-se nas teorias libertárias de Bakounine, e o francez, nos processos humanos e associativos de Saint-Simon e de Blanqui; o alemão produz a theoria da luta econômica — a luta de classes como norma explicativa, a luta como processo normal de solução(BOMFIM, 1915, p.25).

Manoel Bomfim, ainda que não citasse Marx diretamente, está claramente fazendo referência a sua teoria sobre a luta de classes. No entanto, percebe-se que ele não cita nenhuma passagem do autor, revela-se uma compreensão influenciada pela interpretação dominante do marxismo da época, vinculando o marxismo a um determinismo típico do materialismo histórico⁴⁵. Evidencia seu resgate da dimensão ético-política, própria às linguagens do republicanismo como as dimensões das virtudes cívicas, como a fraternidade, a solidariedade e o senso de coletividade. Como exemplos estão as teorias de Bakounin, Saint Simon, indicando a admiração do autor e sua predileção filosófica. De acordo com Aguiar sobre a aproximação com grupos anarquistas, Bomfim não passava de um simpatizante, do qual se compartilha a mesma impressão. As obras de Proudhon, Malatesta, Bakunin e Kropotkin foram acessadas por ele durante a faculdade de Medicina. Principalmente Kropotkin, cujo pensamento foi essencial para Bomfim rebater as aplicações dos princípios do Darwinismo, como luta pela sobrevivência, seleção natural, na sociedade humana. O princípio da "ajuda mútua" a partir do qual Kropotkin desenvolveu toda sua teoria política, foi tomado integralmente por Bomfim. Segundo esse princípio, os processos das sociedades humanas orientavam-se principalmente pela ajuda mútua, assim, civilizações progrediram porque a solidariedade e associação eram mais fortes que a competição.

Na Alemanha, ao contrário, sem espaço para inventividade e para o idealismo, mas não menos rica em fórmulas e normatividade, inferia o conhecimento de um destino único para a humanidade. Um contexto cultural e intelectual no qual a normatividade tomba ao utilitarismo, e se fortalece pela cultura da dominação e da

⁴⁵ Uma análise das interpretações na cultura do marxismo sobre as concepções de história, identifica o predomínio do determinismo histórico nessa cultura, que ao ser contrastada com um aprofundamento no pensamento de Marx, possibilita uma visão crítica da simplificação determinística na concepção histórica do marxismo (GUIMARÃES, 1999).

luta, eis aí a marca do pensamento alemão, no qual o marxismo é uma das expressões.

Prossegue-se à análise de Bomfim acerca da vida política brasileira, onde se destaca o protagonismo da classe dirigente como causadora dos males essenciais do país, remontando aos tempos coloniais, dos diversos crimes da metrópole sobre o Brasil, até os dias em que ele escreveu a sua última obra na década de 30 do século XX. Toda essa experiência permitiu ao autor captar e descrever excepcionalmente a mentalidade espoliadora, autoritária e conservadora do poder no Brasil. Ao ponto desta classe dirigente ser incapaz de compreender o papel da liberdade e da justiça a partir da normatividade do pensamento de Manoel Bomfim, sobre os princípios da soberania popular. Assegurada por teorias preconceituosas e racistas, assaltada pelo desejo da riqueza material, é a fonte de todo atraso e injustiça. Portanto, caberia apenas ao povo, àqueles interessados em não serem dominados, mudar tal situação, uma obra que viria dos eternos espoliados e oprimidos desta terra.

Fundamentos do pensamento crítico de Bomfim

A tese de Bomfim tem como centralidade a análise da vida política brasileira e a busca pela compreensão das falhas persistentes no projeto político nacional. A herança da tradição política portuguesa e os vícios que se originaram da condição colonial, é uma questão que percorre toda sua obra, causa primordial dos problemas nacionais em seu esquema analítico-interpretativo. Compreende-se que é a influência do domínio político português em sua essência colonizadora, que avilta o Brasil como colônia, mas que também afeta Portugal. Parasitismo foi uma metáfora utilizada pelo autor para revelar a dinâmica essencial dessa relação entre metrópole e colônia, e depois da Independência, entre classe dirigente e povo. Essa estrutura do poder mina as manifestações políticas soberanas do país colonizado e, segundo Bomfim, corrói também a metrópole.

A herança ibérica é uma racionalidade imperativa, remetendo ao passado de exploração e aos colonizadores, que se atualiza em novas formas de exploração e se perpetua através daqueles que assumem o poder após a independência. As condições político-sociais do passado e que se arrastam até o presente, são resultantes das dinâmicas parasitárias a que foram submetidas durante a

colonização. Ao contrário dos Estados Unidos, no qual os colonos perseguidos por questões religiosas e políticas arregimentaram condições para a estruturação de uma nação, aqui sobrevieram as dinâmicas de exploração colonial, o interesse essencial de enriquecimento. Daí que as próprias sociedades latino-americanas, quanto a independência e superação dos vícios coloniais, tinham muito que realizar, não apenas do ponto de vista do desenho administrativo e institucional, mas também dos vícios coloniais de abuso, injustiça e conservadorismo. O autor busca compreender como essa racionalidade é a causa das mazelas sociais através da revisão da história, dos acontecimentos do passado, e a partir dessa lente analítica, evidenciar as forças políticas que operaram para esta situação política.

Bomfim analisa criticamente a historiografia produzida sobre o Brasil, de maneira a compreender como a história sobre o passado está relacionada à forma como se compreende a própria nação e a importância para o desenvolvimento da nacionalidade. Dessa forma, seu trabalho não é propriamente uma análise acerca da metodologia histórica, sobre seus pressupostos de investigação, ou uma teoria sobre a historiografia. Suas considerações sobre a história estão imbricadas em um posicionamento reflexivo a partir de critérios políticos e epistemológicos, como colocado por Gontijo (2001), a noção de cultura histórica utilizada por Le Goff (1990) auxilia a identificação da obra de Manoel Bomfim como um trabalho que não parte de uma pesquisa metodológica estrita aos documentos e fontes, mas que explora a partir de expressões circunstanciais a reconstrução da história como forma de traçar uma temporalidade.

Ou seja, o autor analisa os eventos históricos que marcaram o país e o papel da história para o desenvolvimento de uma consciência nacional, de maneira a traçar um panorama crítico sobre a historiografia existente, ainda que não houvesse uma metodologia sistemática da historiografia ou técnicas que conferiam legitimidade acadêmica ao conhecimento historiográfico. Portanto, a ideia de cultura histórica identificada em *O Brasil na História*, permite compreender a relação da sociedade com seu passado histórico e os usos políticos que derivam dessa relação. O papel da história está ligado a capacidade de reconhecimento de realizações anteriores que são pontes para a formação de um horizonte de desejos e possibilidades, a partir de uma compreensão do passado que fortalece sentimentos importantes para construção da nacionalidade com o compartilhamento de

narrativas, que informam e formam, ao mesmo tempo, um sentido de estar no mundo.

No entanto, esse reconhecimento não é ausente de parcialidade, a pretensa objetividade é uma farsa denunciada, já que a neutralidade era vista como um valor científico a ser prestigiado na época. Para o autor, a impossibilidade de ser objetivo e neutro, está ligado ao movimento de elaboração do próprio pesquisador, pois ele também é afetado por questões como posição social, interesses e objetivos. Nisso, não haveria para ele, qualquer mal, apenas, um fator a ser considerado para uma análise das elaborações do pesquisador, na medida em que é confrontada com seu objeto de pesquisa, como forma de ler criticamente as proposições do que se apresenta e também do que está implícito nas suas elaborações. São várias as vezes que Bomfim reflete criticamente acerca da abordagem neutra e objetiva de análises dos problemas sociais e políticos. Convencido de que emoções e sentimentos faziam parte das análises, foi um cético de tais pretensões, sem que isso impedisse o rigor de suas elaborações.

Percebe-se como Bomfim está imerso em um contexto de relativização da neutralidade histórica, um desafio que se apresentava para os pensadores brasileiros no início do século XX. Ele cita Mommsen para pontuar que não é a razão, mas é a paixão que faz a história, sobretudo como um fator que deva ser explorado e levado em conta para análise que ele quer realizar demonstrando como os interesses estão colocados na prática científica. Pois é a negação da presença desses interesses, que oblitera uma leitura justa da historiografia e das disputas em torno das narrativas da história brasileira. Com essas considerações, Bomfim empreende uma análise crítica e alternativa da formação brasileira, se contrapondo às análises da história oficial de historiadores que escreveram também sobre a formação brasileira, como Varnhagen e Oliveira Lima. Ao contrário desses historiadores, Bomfim elogia Southey e Frei Vicente de Salvador — dedica um dos livros a ele — como historiadores que mereciam reconhecimento pela perspectiva histórica que desenvolveram.

Os temas e agendas dessa história oficial, a qual ele se contrapõe a partir de um diálogo crítico, representavam os interesses da elite brasileira alheia aos anseios do povo, na maneira como privilegiava uma construção narrativa que reafirmava essa condição. Caberia, então, negar essas influências colonizadoras do pensamento e da ideologia, tidas como neutras e objetivas. Assume-se, portanto,

uma postura crítica sobre as ideologias ligadas ao colonialismo, com intuito da perpetuação do domínio de uma nação sob a outra e de classes também. Teorias de cunho racistas, narrativas históricas conservadoras e autoritárias, são teorias sociais para o autor que cumprem o papel de dominação ideológica colonizadora. Sociologia da cobiça, como nomeia Bomfim, são esses diagnósticos que atestam a incapacidade e a inferioridade das raças, que não deve ser reconhecida pelo método investigativo, por sua cientificidade, mas antes de tudo, pelo seu conteúdo e os interesses que representam.

Em relação aos interesses políticos e ideológicos das teorias sociais, está a posição de Bomfim sobre as teorias de superioridade racial. Como uma reação à igualdade como virtude, potencializados pelos movimentos da Revolução Francesa e da linguagem dos direitos, surgiram argumentos contrários para justificar através de “demonstração científica” a superioridade de uns sobre outros, naturalizando a desigualdade em termos biológicos e políticos. Desde 1905, no seu primeiro livro, o autor desmistifica o racismo científico, e denuncia de forma incomum, em sua época, a quem serviria essas teorias. A análise sistemática da cultura e do poder racializados, não foi vista, em nenhum outro pensador como foi em Manoel Bomfim, que terá adiantado pressupostos presentes na obra de Gilberto Freyre⁴⁶ só nos anos 30. A própria exaltação da formação tríade (brancos, indígenas, negros) da sociedade brasileira, como uma característica a ser admirada, o afasta dos prognósticos pessimistas da miscigenação. A afirmação da nacionalidade passava pelo reconhecimento e valorização das matrizes que formaram o povo brasileiro, ao contrário das posturas que majoritariamente eram tomadas a favor do branqueamento como solução para os problemas nacionais. A intelectualidade preocupou-se em redimir as mazelas provenientes da miscigenação apostando na superioridade da raça branca, ao invés de desmascarar os interesses de dominação por detrás dessa construção como fez Bomfim:

Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano,

⁴⁶ É preciso destacar, no entanto, o aspecto conservador da obra Freyriana. Ao idealizar o aspecto da formação brasileira, como um processo de socialização em que os brancos tiveram que dialogar com os outros povos, pela necessidade da constituição de suas famílias, pois a sua maioria era composta por homens solteiros, Freyre fecha os olhos para a própria violência no processo da miscigenação e para o fato de que isso não abrandava ou eliminava efetivamente o racismo.

hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes (BOMFIM, 2005, p.268).

Em *O Brasil na América*, o autor trata extensivamente sobre o processo de “Cruzamento na formação da população Brasileira”, título do Capítulo V. Em outro capítulo ele trata especificamente sobre o processo de incorporação dos portugueses e indígenas, e sucessivamente da incorporação dos negros. Destaca-se no processo a tática sedutora dos portugueses com os indígenas, uma vez que a tática pura da violência dificilmente seria possível pelas condições vividas pelos brancos. Sobre os negros, Bomfim afirma que a influência teria sido mais sentida pelos brancos, devido à proximidade de convivência familiar entre senhores e escravos. Toda essa interpretação deve e merece ser questionada. A intenção de Bomfim era construir a ideia de nacionalidade, e para isso, era necessário, ir contra as teorias de superioridade racial que diziam da impossibilidade da existência de uma nação em um país altamente miscigenado como o Brasil. Portanto, ele afirma essa possibilidade exaltando os povos que compunham e formavam o país, identificando a contribuição de cada um para o quadro geral da sociedade. Há aí um argumento desenvolvido pelo autor para a defesa da miscigenação, em franco debate com as teorias de raças puras:

O essencial é o fato que, em linguagem comum, assim seria dito: para a formação de novas sociedades, e a acentuação do progresso humano, é indispensável o encontro de tradições distintas, ou motivos que o substituam, e que produzam a instabilidade dos tipos primeiros, com a fórmula de novos tipos sociais. Será, de fato, uma fecundação de tradições (BOMFIM, 2014a, p. 197).

Essa narrativa foi propícia ao apaziguamento das contradições e conflitos desse processo de miscigenação e colonização. É possível identificar um abrandamento das críticas à violência colonial na trilogia em comparação ao seu primeiro livro. Para afirmar a viabilidade de uma nação e de uma sociedade, ele se antepõe às teorias pessimistas, mas de um lado reforça uma compreensão bastante otimista desse processo ignorando essas contradições.

O conceito de liberdade é capilar da formulação teórica e normativa de seu pensamento. Podemos compreender que a liberdade está inserida em um léxico republicano democrático, isto é, a liberdade é a condição simétrica entre direitos e deveres dos cidadãos e das cidadãs em um regime de soberania popular. Para

Bomfim, a liberdade é o meio para se alcançar mais justiça, a agenda que se organiza em torno das questões sociais e políticas de qualquer sociedade humana. Um regime de liberdade para Bomfim, só existe na superação das condições de injustiça, aliado à condição de ser livre para autodeterminar-se. A liberdade é um pilar da democracia, que por sua vez, se sustenta também na justiça:

E ai está a mesma razão de ser da liberdade, e por aí se explica o descrédito crescente da democracia: da liberdade organizada em democracia, esperava-se a melhor justiça, e como, finalmente, não há realização de justiça; parece não ter razão a liberdade, e deprecia-se a democracia (BOMFIM, 2014c, p.331).

Essa maneira de conceber a liberdade como autonomia se conecta ao longo da tradição republicana. Democracia não é um valor absoluto para a tradição republicana, na medida que ela é um dos valores que constituem a liberdade. Compreendida assim, a liberdade está além da dicotomia positiva-negativa⁴⁷, como colocado na definição de Isaiah Berlin em *Dois conceitos de liberdade* (BERLIN, 1958). Apresenta-se então, como uma terceira via, a concepção republicana da liberdade, a partir da articulação de dois pontos. O primeiro é aquele que opõe liberdade à escravidão. Ser livre significa não estar sob o poder arbitrário de alguém. Mesmo que esse alguém não interfira na sua liberdade, nem nunca interferirá, o fato de estar à mercê disso já configura a escravidão. O segundo ponto é que nem toda interferência é uma forma de dominação, pois como a lei, repousa nos princípios das vontades gerais, e a lei é constitutiva da liberdade, na medida em que é um antídoto para a arbitrariedade. A lei orientada pelos interesses gerais da sociedade, é o que protege o cidadão da arbitrariedade e institui sua liberdade. A liberdade consiste na autonomia como ausência de dominação e é garantida pela cidadania como expressão de igualdade de direitos e deveres sob o princípio da soberania popular. Todo o argumento e defesa de Manoel Bomfim se confirmam nesse sentido.

⁴⁷ Segundo a taxonomia de Isaiah Berlin, a liberdade negativa pertencente à tradição liberal, corresponde a não interferência sob a qual um indivíduo ou grupo pode agir desimpedidamente sem a interferência de outros indivíduos, da lei e do Estado. A liberdade positiva, por sua vez, corresponde à capacidade de autodeterminação seja de um indivíduo ou de um grupo, de escolher os meios e os objetivos que lhe cabem. Nessa divisão, a liberdade negativa assume um valor absoluto e inegociável. A positiva tem duas dimensões, uma ligada à autonomia, à autodeterminação, e uma dimensão negativa, de coação das leis. Os valores que guiam as duas concepções de liberdade, entraram em choque historicamente, ações que visavam potencializar a capacidade de autodeterminação poderiam ser vistas como medidas que restringem a liberdade de uns em favor de outros, por exemplo ações que mitiguem a desigualdade social.

A república democrática e social estaria por construir-se no Brasil, ela ainda não se tornara uma realidade e apresentava desafios incontornáveis ao seu estabelecimento. A partir da compreensão de cidadania na linguagem da filosofia política republicana, como a participação política na instituição dos fundamentos do poder e uma condição simétrica de direitos e deveres, Bomfim é categórico:

A República é uma mentira porque não há povo, todos o repetem. Sim. E a democracia não é possível porque a massa da nação não a compreende, para saber realizá-la. Nem teremos liberdade, enquanto não houver uma maioria com o preparo e a educação política precisas num regime efetivamente livre (BOMFIM, 2014c, p.304).

O núcleo argumentativo do autor é pela refundação de uma república de princípios realizados no republicanismo democrático, a partir da educação que preparasse o povo para a soberania popular, a liberdade em um regime de justiça e igualdade. Encontramos em toda a obra a defesa de uma república democrática e social no centro de sua agenda, derivando todas as críticas à república nascente, e apontando o horizonte a se realizar.

A agenda crítica propositiva de Manoel Bomfim

Se o Estado é a expressão da herança bragantina, a centralização política é fundamental para o domínio imperativo deste legado. A tradição do governo local que teria sido bastante acentuada no início da colonização do país, foi suplantada cada vez mais rumo a uma centralização política, progressivamente, de forma ostensiva do império à república. Em Bomfim, a defesa do municipalismo, organizado pelos princípios federalistas, é condição necessária para a emancipação política. Bomfim chega a falar sobre a tradição do municipalismo inglês para a formação e desenvolvimento do povo britânico, no que diz respeito aos direitos e a condição de liberdade, tradição esta, que seria levada ao outro lado do Atlântico para as colônias norte-americanas. Sem uma vida municipal não é possível estabelecer a democracia, o *self-government* é a escola para a liberdade, por isso a importância da autonomia dos entes políticos como espaço de prática da responsabilidade pelos interesses coletivos.

Capacitemo-nos disto: uma sociedade nacional cujos grupos concretos não sabem organizar e conduzir os seus negócios em ajustada solidariedade

política; que não sabem governar-se, nunca será própria para o regime democrático (BOMFIM, 2014b, p.277).

O federalismo, assim como o governo local, é parte da agenda do republicanismo democrático. No entanto, aquele adotado no Brasil após a proclamação da República, não estabeleceu equivalências das unidades políticas federadas, agudizando as diferenças de poder e de recursos, subjugando umas em detrimento de outras no jogo do poder nacional. As oligarquias são resultado direto dessa dinâmica. No processo da formação da república democrática no Brasil, Bomfim propõe equilibrar as dinâmicas do governo local e do federalismo tão caras ao estabelecimento da democracia.

Qual o sentido da educação para Bomfim? A qual educação Bomfim está se referindo? São importantes questões que podem nos dar pistas sobre a concepção de educação presentes em seu pensamento. De acordo com ele, a educação está ligada a um projeto moral, de construção social, ela deve estar incutida no ideal de humanidade e ao ideal de solidariedade. Por isso, para além de sua função pragmática, a educação é um caminho de aperfeiçoamento moral, ligado a um forte sentido humanista.

Higiene, instrução, método, ardor social, preocupações políticas, consciência moral, ideias... tudo isto, de que tanto carece o brasileiro, só a educação lhe pode dar. Será a própria renovação nacional (BOMFIM, 2014b, p.24).

Destaca-se ainda, o veto à participação política dos analfabetos na república, que estabeleceu um sério entrave à democracia. A educação popular e pública é o caminho essencial para a participação política e constituidora de um programa para soberania popular, colocando-se como o principal projeto de transformação do país e da formação da república. Sendo assim, a educação constitui-se em um serviço essencial do Estado e é o centro da agenda propositiva de Bomfim. Por ser um partidário da soberania popular como princípio legítimo de governo, a instrução primária configura-se como o principal objeto para a instituição da democracia brasileira. Então como deputado federal e relator do projeto de *reforma do ensino Afonso Pena*, defendeu o que seria a principal questão para a instrução primária, isto é, que a União atuasse diretamente nos problemas da educação. Formaram-se nessa disputa, argumentos a favor da liberdade de ensino, havendo dois grupos: o Centro Republicano Conservador além de Silvio Romero que defendiam o sistema

de ensino privado. E aqueles favoráveis à atuação da União, para a garantia do direito do povo à educação pública, onde se encontrava Manoel Bomfim. Avançando sobre os limites do liberalismo constitucional, os defensores da educação pública, são vistos como os defensores de um Estado previdência (AGUIAR, 2000, p.405).

O trabalho, este deve ser enquadrado na amplitude histórica, desde o regime escravo e a inábil abolição, a par da precária organização do trabalho livre. Bomfim atualiza um projeto de reparação histórica da escravidão em um projeto de direitos trabalhistas, para que a condição do trabalhador não seja a de um explorado. Seria consequência lógica do abolicionismo vitorioso: a organização do trabalho inteligente e livre; preparo do trabalhador, completado na sua educação política; leis sociais proteção do operariado contra a exploração dos patrões; o seu direito de organização sindical e de greve; a garantia de boa higiene, no esforço e na disposição de locais; organização de seguros de acidentes e velhice etc.

O indispensável, em suma, para que o proletário não seja um espoliado; o necessário para que a produção não seja a exploração cruel dos que realmente trabalham (BOMFIM, 2014c, p.101).

Ao compreender que o Estado no Brasil perpetuou as dinâmicas de extorsão coloniais para as novas práticas históricas e políticas de seu tempo, conclui que jamais representou os interesses da sociedade, nos termos da soberania popular. Sua análise acerca das despesas do orçamento em 1903 dava com rigor o retrato do governo no país e dos interesses que atendiam. O bem público como princípio, ou melhor, a ausência dele, refletiam nos gastos do Estado, que cerca de 85% delas iam para a manutenção do próprio aparelho e das dívidas públicas, enquanto o que sobrava disso, ia para os serviços que reportavam ao bem público:

A receita é quase toda consumida por estas quatro rubricas - dívida pública, máquina governamental, força pública, repartições fiscais. Se, ao menos, essa dívida pública representasse empréstimos contraídos para a realização de obras de interesse coletivo, melhoramentos etc. Mas não, ela compreende empréstimos que foram devorados pelo Estado como renda ordinária (BOMFIM, 2005, p.217).

Outro ponto chave dessa dinâmica extorsiva do Estado, era a política tributária e seu peso sob as classes desfavorecidas. Os impostos indiretos representavam em 1903 o total de 77% da receita do Estado. De acordo com Aguiar(2000), a denúncia de Bomfim foi surpreendente porque não havia ainda

nenhum esforço intelectual para destrinchar a lógica tributária brasileira a favor das classes pobres. O Estado em sua concepção deve favorecer os interesses da sociedade, e proteger os mais pobres do abuso e da injustiça, por isso são necessárias políticas de produção do bem estar social, para corrigir as assimetrias econômicas. Não cabia aqui, o discurso da livre-iniciativa contra a ação do Estado, tal qual o princípio da tradição liberal anglo-saxã. Porque na América do Sul devido às condições históricas e sociais, era impossível esperar na iniciativa privada a resolução dessas questões. Também não era algo a ser realizado por um Estado autocrático que defendia os direitos sociais de forma antidemocrática e apartado da participação da sociedade.

A República é o regime que zela por um Estado social, e que se fundamente legitimamente através da participação dos cidadãos, nessa fórmula ele evidencia o seu ideal republicano democrático, articulando claramente em seu projeto político justiça e liberdade como pilares essenciais para o bom governo.

O republicanismo de Manoel Bomfim como linguagem para os impasses políticos e sociais da Primeira República

Reconstituir as formas expressivas das linguagens políticas da Primeira República significou trazer as soluções e elaborações que cada uma delas desenvolveu para tratar dos impasses de uma república que se via fragilizada pela escassa democracia e forte desigualdade social. Ainda que nãoexaustivamente, mas não menos rigorosa, a sistematização dos pensamentos que circulavam nesse ambiente evidenciam a miríade de posições que cada um espousa, e as próprias articulações teóricas feitas a partir das condições e desafios do contexto.

Rui Barbosa e sua filiação cosmopolita, buscou pensar o Brasil a partir do mundo, e seguiu com a forte influência do liberalismo em sua cartilha para a solução da problemática institucional e das reformas políticas. No próprio nascimento da república com o momento constitucional do qual Rui Barbosa fora central, verifica-se a forte influência do pensamento liberal, centrado na reformulação das instituições sob o princípio do contrapeso entre estas, como forma de descentralizar a contínua concentração de poder do Executivo, assumindo o poder judiciário um papel importante. A ausência do tratamento da questão social na Constituição de 1891 é reveladora dos limites do pensamento de Rui Barbosa sobre o tema, apostou na

capacidade autorregulatória do mercado e da não-interferência do Estado nos contratos. Agudizando a questão social em um país que precisava lidar com as heranças da escravidão, denotando o caráter antissocial da república, de uma constituição que não procurou lidar com a questão do trabalho, dos ex-escravos e das mulheres.

Em outro momento, Rui Barbosa procurou diferenciar-se da manifestação militar da república, e em relação a esta estabelecer claros limites. Sua atuação em defesa da liberdade civil, da perpetração do *habeas corpus*, se confirma neste, de clara diferenciação do despotismo militar. Quanto às questões sociais, como o direito de sindicalização, e organização dos movimentos sociais, se ausenta. É apenas no momento da campanha civilista que há algum tratamento da questão social em sua trajetória, aposta que a conciliação do trabalho e do capital seria a fórmula para as reformas necessárias que vinham sendo pressionadas pela Revolução de 1917 e do movimento operário organizado ao redor mundo. As reivindicações pela regulamentação do trabalho do menor, do trabalho feminino e aumento de salários são abraçadas em seu projeto de governo como forma de atendê-las sem que isso cindisse com os interesses da ordem liberal, revelando os limites conservadores do pensador em relação ao tema.

Os pensamentos que foram lidos a partir da expressão do positivismo (Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna) têm um teor marcadamente antiliberal e antirrepublicano, de forte viés nacionalista, pensando o mundo a partir do Brasil como guia para as reformas sociais. As heterodoxias positivistas identificadas no método destes pensadores, sistematizam um olhar sociológico sobre a realidade na busca de leis que indicassem o caminho para a modernização da sociedade, que tinha como ordem de primeira necessidade a resolução das questões sociais. As constantes denúncias do liberalismo, do republicanismo democrático como fórmulas estranhas à realidade brasileira, marcam em um movimento o teor notadamente antiliberal e antirrepublicano de seus pensamentos e o forte nacionalismo.

Interpretar as condições e as singularidades do Brasil, em um contexto de crise civilizacional europeia, é reforçado pela crença da sociologia como ciência para descoberta das leis sociais e da elaboração de respostas orgânicas para as questões nacionais. O positivismo é uma reação ao liberalismo e ao individualismo tidos como causas desagregadoras da sociedade percebidas na Europa, e no Brasil,

ainda se reitera essa dimensão às questões nacionais de um país na periferia do mundo partilhando de sua herança colonial. Ao olhar para a sociedade como organismo não plenamente desenvolvido, ainda incipiente no Brasil, cai o estado positivo como luva, no estabelecimento de laços sociais necessários à construção dessa sociedade, prescindindo do direito individual e da liberdade.

O Estado assume um caráter regulador e autoritário para as transformações necessárias do país, por ser a instituição capaz de sobrepor os interesses coletivos sobre os particulares e desenvolver a sociedade. Neste sentido, o caráter antirrepublicano das inspirações positivistas é afirmado na medida em que, ao prescindir dos direitos e da expressão da liberdade, desconsidera o princípio da soberania popular como ilegítima fonte do poder. O poder concentra-se no conhecimento positivo da sociedade, do qual derivaria leis pelas quais guiaríamos as ações políticas, sem com isso, alterar ou desestabilizar a ordem social para o progresso da civilização, aspecto notadamente conservador dessas teorias.

A preocupação se volta às questões sociais, porque através delas haveria o estreitamento dos laços sociais e formação de uma solidariedade ainda incipiente no Brasil, garantindo o progresso e o atendimento dos interesses coletivos, sem cindir a ordem social, respaldada pela harmonia entre capital e trabalho. Por isso há sistematicamente nesses autores a necessidade imperiosa de se conhecer a realidade do país, em busca de um conhecimento sociológico do qual poderia derivar-se uma política nacional que se respalda por essas singularidades. Sobretudo que essa política seja feita de maneira conservadora e autoritária.

Bertha Lutz é a expressão do feminismo em um país periférico, uma República desde o início ciosa de cidadania e de democracia, sua luta é a defesa da cidadania como princípio da legitimidade do poder. O nascimento da república e sua manifestação constitucional de 1891 evidenciam a exclusão sistemática da ampla maioria do povo como fonte de autoridade política. A discrepância entre a república e o poder oligárquico com o falseamento das eleições é expressão dessa condição. A Primeira República não resolveu a questão das mulheres, nem dos ex-escravos, ou dos trabalhadores, porque ela só existia a partir destas exclusões, tamanha inabilidade e falta de vontade política daqueles que estavam no poder. Consta na sua agenda, a defesa de um Estado previdência, da educação popular, equidade jurídica entre homens e mulheres, liberdade de organização e associação de trabalhadores. A concepção política de Bertha Lutz pode ser entendida por dois

princípios marcantes, o princípio mais amplo de defesa da justiça social e o da igualdade entre os sexos. Isso reitera o caráter interseccional do seu feminismo, que vê a intersecção das desigualdades e opressões como constitutivos e pensa, de maneira conjunta, as respostas e soluções adequadas ao princípio da democracia.

Configura-se um passo importante deste trabalho, cujo objetivo é iluminar a temporalidade da qual a constituição do pensamento de Bomfim é interlocutora, a interpretação e compreensão do ponto de vista crítico que ele estabelece sobre as alternativas acerca dos impasses da Primeira República. Identificando a formação de um liberalismo oligárquico, uma outra tradição nacionalista autoritária e de forte teor social em atrito com as instituições e culturas democráticas, um feminismo interseccional, cada qual procurando enfatizar os problemas políticos e social respectivamente da formação da República.

Manoel Bomfim, em comparação, estabeleceu uma forma diferenciada na Primeira República de abordar o dilema dos impasses da trajetória democrática do Brasil. Conseguiu ainda que numa condição periférica e de uma cultura descontinuada do republicanismo democrático, tratar dos impasses democráticos aproximando-os às questões sociais. É evidente na formulação de suas proposições, o enquadramento normativo da república democrática a partir do tratamento dado às questões relativas ao regime democrático, expressas no princípio da soberania popular, da cidadania, na federação, e no *self-government*. Em relação à questão nacional, a solução é uma combinação de soberania popular e superação da condição colonial, sem espaços para um nacionalismo agressivo, mas como recurso para a autoestima do povo e para o estabelecimento de laços políticos que fundam a comunidade. Quanto às reformas sociais, sua defesa é um Estado providência, promotor de bem estar social, garantidor da educação pública para todos, e que institui a cidadania como princípio da condição simétrica de direitos e deveres.

Não é possível separar nenhum aspecto desse enquadramento normativo, porque não há atomização possível nem teórica ou prática na linguagem do republicanismo democrático. Isto porque entende-se que a liberdade como não dominação é o ponto para onde convergem quaisquer desenvolvimentos da teoria. Significa dizer que a liberdade é a ausência de dominação, e proteção contra a interferência arbitrária. As reformas políticas que se desdobram na defesa da constituição mista, no império da lei e da virtude cívica, correlacionam as reformas

sociais que garantem a igualdade e a emancipação de qualquer subordinação e/ou dependência.

Essa configuração entre democratização política e democratização social, cuja relação é interdependente na cultura do republicanismo democrático, tem sua expressão mais acabada na primeira República no pensamento de Manoel Bomfim. A liberdade e a igualdade constituem os pilares do seu pensamento crítico aos impasses da república. Constituiu-se assim um pensador único, de grande importância para a ciência política e para a cultura democrática nacional, ao tratar de forma coerente os impasses do dilema das reformas sociais e políticas, e que ajuda repensar os limites da própria atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se a partir da análise dos elementos de tensão do pensamento de Manoel Bomfim, estruturar a compreensão acerca da resolução desses pontos-chaves na obra do autor como um herdeiro da tradição do republicanismo democrático.

A investigação a partir das interpretações relativas ao trabalho do autor revelou como alguns temas eram recorrentes para a caracterização do seu pensamento, e de certa forma, isso dava pistas de onde ocorriam aquilo que foi nomeado neste trabalho de tensões. São elementos que formam atalhos importantes para a caracterização do pensamento de Manoel Bomfim, tanto na compreensão interna do seu trabalho, quanto em relação ao espectro do pensamento político brasileiro.

Dessa maneira, os temas: educação, nação/história, regime político/democracia, reforma/revolução, foram identificados nas interpretações e retrabalhados de forma a estruturar a compreensão do pensamento de Bomfim à luz do republicanismo democrático. São as respostas dadas por Bomfim sobre esses temas, que identificam, para o objetivo desta dissertação, sua caracterização no conjunto de pensadores herdeiros desta tradição, e que o coloca também, como o mais importante pensador para a história do pensamento brasileiro e da cultura política democrática na Primeira República.

O diálogo com todas essas interpretações constitui um momento importante para o conhecimento da obra de Bomfim e da sua recepção, poder dialogar com todas essas ricas perspectivas, configura um passo importante na análise e pesquisa. É a partir da diversidade das questões levantadas por elas, que foi possível ver a necessidade de estabelecer uma leitura aprofundada e sistemática de Bomfim nas linguagens políticas. Porque, se a questão antes que guiava as pesquisas sobre o autor, era o porquê de seu esquecimento, identifica-se que hoje a indagação passa por outro aspecto. Qual o lugar de Manoel Bomfim na cultura política brasileira? A dissertação pretendeu responder tal pergunta ao classicizar o pensamento de Manoel Bomfim, isto é, ler sua obra a partir da tradição política a que pertence, aprofundando seu entendimento.

De acordo com Oliveira (2015), o antirracismo, o antiamericanismo e o nacionalismo de Bomfim, o colocam como figura disponível a ser acessada por um amplo espectro de pensamentos que vão da esquerda à direita. Se analisarmos parte das interpretações, veremos isso com facilidade. Seja uma abordagem de comentaristas mais à esquerda como Chacon, que o identificou às ideias socialistas, ou mais à direita como Carlos Maúl, ou como Aguiar na biografia de Bomfim que o teria aproximado dos anarquistas socialistas.

Aqui se estabeleceu um diálogo com a tradição do republicanismo e de suas principais matrizes para a identificação da filiação do pensamento de Bomfim, como forma de ler seu pensamento. A análise é embasada na compreensão das várias matrizes que compõem a tradição, de maneira a evidenciar a similaridade dos argumentos e dos pressupostos teóricos de Bomfim, com uma leitura sistemática das linguagens políticas. Além de fazer uma leitura das suas obras, encaixá-las como um todo coerente, característica que o próprio Bomfim destacava. Foi possível também identificar o aspecto democrático do seu republicanismo, dando o relevo apropriado das suas propostas para a superação dos problemas políticos e sociais do país, além da crítica à Primeira República e ao oligarquismo. Identificou-se também elementos relativizadores como a interpretação bastante discutível de Bomfim acerca das contradições da colonização e a atenuação das violências na formação da sociedade brasileira. Não se trata aqui de fazer uma defesa incontestada de seu pensamento, mas apontar as tensões e limites de sua obra também por essa perspectiva.

O pensamento de Manoel Bomfim pode ser identificado a partir de um núcleo forte do republicanismo democrático, seja em comparação ao pensamento político brasileiro da época, ou através de suas chaves interpretativas, uma vez que elaborou de maneira radical e crítica a defesa da República e da democracia. Para pensar a inserção de Manoel Bomfim no processo de formação da tradição democrática republicana do Brasil, existem dois desafios. O primeiro é compreender a partir das linguagens políticas a formação do Estado brasileiro, portanto é imprescindível que se considere as especificidades de cada uma das linguagens que compuseram a modernidade e como refletiram e incorporaram-se às condições nacionais. É caro a esse trabalho, o debate sobre a formação das linguagens políticas da modernidade que compreendem o surgimento e a continuidade do liberalismo, especialmente aquele do mundo anglo-saxão a partir do século XIX e o republicanismo, cuja expressão no humanismo cívico também esteve presente nas revoluções que fundaram o mundo moderno, mas, no entanto, não alcançou uma continuidade enquanto uma tradição tal qual o liberalismo.

O segundo desafio é, em primeiro lugar, contar justamente a história de uma tradição descontínua, no qual Bomfim é um autor importante e que justamente se reivindica herdeiro dessa tradição. Ou seja, a compreensão da formação do Estado no Brasil e da República, chama atenção para as manifestações de linguagens políticas compartilhadas com o ambiente intelectual e político ocidental, mas que tiveram suas especificidades locais, que ajudam a formar uma análise sobre a gênese deste processo e seus consequentes desdobramentos. Em segundo lugar, a partir da compreensão da linguagem republicana enquanto uma tradição que fincou suas raízes na tradição nacional é possível identificar sua manifestação ao longo da história e o papel de Manoel Bomfim nesse sentido, compreendendo as relações que se estabelecem a partir desse panorama. Somando-se ao esforço de constituição de uma tradição política, uma vez que a história da tradição brasileira do republicanismo democrático, ainda está por fazer-se. De forma que possa ser considerada como um espectro sistematizado no pensamento político brasileiro.

Os princípios relativos à legitimidade do Estado nacional e da formação de nossa república se desenvolvem a partir de uma carência democrática e de seu caráter notadamente autoritário. O próprio Estado incorporou para si a dinâmica de uma máquina colonial, de caráter bragantino, externa aos interesses nacionais. A república atualizou na oligarquia, a proeminência dos interesses particulares sob os

interesses gerais, em disputa com o positivismo, que combinava a ideia de ordem ao progresso.

É possível falar ao menos três dificuldades acerca da dimensão da formação da linguagem do republicanismo democrático. A tradição republicana já nasce no Brasil com uma singularidade, já que aqui se manteve um regime monárquico, em comparação ao restante da América Latina e as experiências republicanas. Nesse sentido, a Independência em 1822, não representa a republicanização do poder, ao contrário, se intensifica a concentração com o Poder Moderador. Como tratou Manoel Bomfim, o processo de independência emancipou o país de Portugal, mas não rompeu com os traços da política bragantina, de exclusão social, opressão política e extorsão econômica, mantendo fortemente esses traços ao longo de toda sua história. Sua construção narrativa vai de oposição à narrativa comum e oficial, da tradição bragantina, que atribuía ao império a unidade do Brasil após a Independência.

Confirmando essa hipótese estariam as experiências das repúblicas latino-americanas que haviam se fragmentado no processo independentista. Sua retomada deste processo, visa criticar e apontar os equívocos dessa formulação, construindo em alternativa sua própria compreensão. Nesse sentido, Manoel Bomfim atribui ao nacionalismo que já dava as caras no período colonial, a força responsável pela manutenção e construção da unidade brasileira enquanto uma sociedade, resultando no fortalecendo dos laços de solidariedade nacional. Portanto, há duas forças em oposição na leitura realizada por Manoel Bomfim durante a história brasileira, uma representada pela tradição bragantina, estrangeira, despótica, e outra tradição nacional, brasileira e republicana.

Na narrativa histórica construída por Manoel Bomfim, são elencadas passagens marcantes dessa interpretação sobre os momentos do nacionalismo nascente. As passagens retratadas por Bomfim em *O Brasil na América* identificam que a Independência de 22 foi realizada apartada da tradição nacionalista, dificultada pela vinda da corte em 1808, distanciando ainda mais a efetiva independência e soberania. A tradição nacionalista a que Bomfim se refere, é a tradição que veio a partir dos primeiros colonos portugueses, que tinham um modo de colonização que valorizava a unidade política, ao contrário dos localismos dos espanhóis. Essa tradição foi incorporando outros elementos que se formaram em antítese à tradição bragantina, a oposição de duas ordens de tradição política pode

ser vista no momento em que Portugal chegou a negociar com os holandeses a venda de Pernambuco, mas desbaratinada pela reação dos colonos brasileiros, a partir dessa tradição que Bomfim já identifica como nacional.

Deverá ser verdade explícita em todas as consciências brasileiras: foram os nacionais que fizeram a verdadeira guerra ao holandês, e o bateram, alijando-o definitivamente, apesar de que a metrópole já lhe tinha dado aquele pedaço de pátria(BOMFIM, 2014a, p. 309).

A colonização voltada à agricultura foi uma das características marcantes desse primeiro momento de formação nacional, sendo a mineração a principal atividade que causou um novo tipo de colonização em outra fase, menos preocupada com a formação e estabelecimento de uma sociedade, mais voltada à exploração. O movimento de expulsão dos holandeses significou a luta dos brasileiros para libertar sua terra, esse sentimento nacionalista formou uma consciência que se manifestou em outros momentos, confirmados na luta dos colonos na guerra dos mascates e dos emboabas. Para Manoel Bomfim, toda essa tradição se formou a partir de uma consciência política da unidade nacional, que representava a luta pela liberdade e democracia, na sua compreensão foram momentos que confirmavam sua interpretação acerca da existência dessa consciência.

O autor procura identificar nesses capítulos da história o aceno e expressão de uma tradição brasileira⁴⁸ voltada aos interesses gerais da sociedade e a sua unidade. Em sua chave interpretativa, no entanto, essa tradição é abafada sistematicamente pela sua oposição, a tradição bragantina, que representava justamente a predominância de interesses particulares ligados à dinâmica colonial, que depois se atualizou como prática de Estado quando da incorporação da corte em 1808 e da vinda de todo um quadro burocrático e administrativo português. O paradoxo da Independência de 22 para Bomfim, é que ao invés de representar um momento do desenvolvimento dessa tradição nacional e republicana que vinha ao longo dos séculos se formando no Brasil, ela é sua oposição, Portugal se serviu da

⁴⁸ Ao contrário de Oliveira Vianna, que vê na característica da ausência de uma solidariedade um traço típico da sociedade brasileira, Bomfim afirma o oposto, a predominância de solidariedade e dos interesses coletivos sob os particulares: "Nesse espírito de solidariedade se fez a tradição brasileira. De um extremo ao outro, os povos se sentem possuídos de um dever patriótico. Com esse espírito de solidariedade nacional, descortinam-se interesses políticos superiores, a que se subordinam ambições e zelos pessoais" (BOMFIM, 2014a, p.370).

Independência para manter seu domínio com a ajuda dos Ingleses, a pretexto de ser seu tutor na correlação de forças da ordem mundial:

Notemos, ainda, que em todos esses momentos a forma política esboçada é a da República e assim se forma a nossa tradição de autonomia nacional. Depois, um fato, superior a todas as energias normais desta pátria, deu-nos a independência de 22, feita pela menos nacionalista das reivindicações brasileiras, feita em contraste com a tradição já explícita em legítimas manifestações do patriotismo brasileiro (BOMFIM, 2014a, p.421).

Desde a vinda da corte em 1808, o peso sufocante às expressões nacionais e republicanas foi se intensificando, e assim, o Brasil construiu seu Estado de forma não soberana, dependente dos interesses bragantinos, que em 1822, ainda se agrava sob domínio dos ingleses. Uma evidência forte para Bomfim, está na maneira como a Inglaterra influiu nas formas e no próprio processo de independência das Américas. Portugal tutelado e aliado da Inglaterra, teve todo seu apoio para a realização da independência brasileira em uma monarquia, a despeito da forma republicana e democrática. Para enfraquecer o domínio espanhol, as colônias neocastelhanas foram insufladas pelos ingleses a aderir à forma republicana, inclusive com investimentos de banqueiros anglo saxões para a adoção deste regime. O que leva a reflexão sobre a singularidade da tradição republicana democrática no Brasil, do que pode se chamar de um ethos republicano, por onde os processos de formação desta tradição sofreram inflexões históricas e políticas.

Fazem parte dessa trajetória descontínua para Bomfim, como momentos paradigmáticos, a insurreição pernambucana de 1817 e a política que ousou atuar no início do Império e foi derrotada pelos conservadores em 1831. Essa expressão republicana tornou a ser vista na campanha que antecedeu a queda da monarquia, mas depois foi eclipsada pelo golpe militar e pelas linguagens do republicanismo oligárquico e do positivismo antirrepublicano, que estiveram presentes na raiz da formação da república oligárquica, expressão antitética da tradição republicana democrática.

A terceira dimensão dessa dificuldade, é que se trata de uma tradição informulada. Ela não tem uma formulação intelectual, enquanto tradição orientada pragmaticamente com uma agenda ou um projeto político. Manoel Bomfim é um intelectual que está tratando justamente de formular essa tradição, construir a história do republicanismo. O que revela também na própria recepção e formulação

da obra do autor, como é evidente que ele está se inscrevendo em uma tradição descontínua e é patente sua solidão pela ausência de uma comunidade intelectual. Essa solidão se desdobra, inclusive, nessa dificuldade de encontrar um lugar para seu pensamento, questão que permeia as interpretações de sua obra.

Desde o seu primeiro livro, fica patente a intenção de Bomfim de poder contar outra história do Brasil, a partir de momentos escolhidos por ele como mostras de nacionalismo contra a condição colonial.

Não há outros motivos patentes, senão o protesto contra a espoliação tenaz, implacável, como era implacável e tenaz o heroísmo que atirou e manteve sobre os mares os portugueses, até que acharam o caminho da riqueza sonhada. As próprias lutas, que depois se chamaram de nativistas ou de reivindicação – Emboabas, Mascates, Inconfidência... (BOMFIM, 2014a, p.371).

Portanto ele reconta as conjuras, as guerras e os momentos políticos importantes sob um ponto de vista nacional, que destoa de uma história oficial que apagava as contradições da colonização e mais, que estava formando também a ideia de uma nação a partir de questões e princípios legitimadores um tanto quanto não democráticos e ou republicanos. Essa reinterpretação é recheada de momentos, personagens vistos sob a ótica de uma tradição que sofre reveses ao longo de toda sua história. Mas que está presente desde pelo menos o início da colonização, e mesmo que descontinuamente, torna a se expressar.

A análise do autor se volta para a história brasileira, buscando, assim, identificar os seus momentos republicanos, como quem quer falar da existência de uma herança, porque ao falar ela se torna viva e um farol de pensamento e ação. Ele se pergunta quantos dias se contam de liberdade no Brasil republicano, se guiando por essa indagação para construir uma narrativa histórica da tradição republicana: “[...] quantos dias de liberdade se contam na vida do Brasil republicano? Por definição, esse é o regime que realiza, de fato, a soberania da nação, soberania que é a própria consciência nacional” (BOMFIM, 2014c, p.218).

Há duas tradições no Brasil para Bomfim, uma identificada à liberdade e democracia, e a outra à exploração e dominação, identificada como bragantina cuja história e perspectiva são reiteradas pela historiografia oficial. Para contar essa história, ele parte para a definição e análise do movimento liberal, como quem quer mostrar e identificar duas correntes liberais distintas na história brasileira. Uma que

desde o século XVII almeja em suas revoluções a república, o federalismo e a abolição; e outra corrente liberal a do império, das oligarquias e da centralização do poder.

Não seriam formas de tratar de um liberalismo mais democrático então? Na realidade, pelo prosseguimento da análise de sua obra, percebe-se que a referência é ao republicanismo, e não ao tipo de um liberalismo mais democrático. Em primeiro lugar, ele identifica tanto liberais quanto conservadores como grupos políticos muito parecidos, e que há outra via, muito diferente dessa invariabilidade política e ideológica dos grupos que estavam no poder durante o Império e depois na República.

E aí está o caso da abolição da escravidão. Ao longo de todo o segundo Império, afora – Dantas, Nabuco, Rui Barbosa, e alguns menores ou hesitantes, todos os chefes liberais foram tão escravocratas como os conservadores (BOMFIM, 2014b, p.225).

Isso se dá, como é comum, em vários momentos e autores, por conta da condição mesma pouco referida do republicanismo. Em segundo lugar, é justamente a referência e sua construção na narrativa de uma tradição republicana, com seus momentos fortes e reveses, que corroboram o fato de que ele está falando e incorporando uma tradição que não é a liberal, é justamente outra.

Em *O Brasil Nação*, analisando o movimento pela República, está explícita sua obra de resgate das raízes de uma tradição republicana. Ele traz os apontamentos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, acerca do republicanismo que irrompeu nos finais do século XIX. Como bem aponta o autor, a opinião desses pensadores compreendia o movimento republicano de maneira bastante retraída e artificial, como se quase que, tivesse sido um acidente a forma republicana, uma vez que não encontrava ecos na história nacional enquanto força política. Portanto ele advoga a história do movimento republicano, deitando suas origens em uma história profunda que se confunde com a formação nacional. Em suas palavras:

[...] a campanha pela República tem origens próprias, mais profundas ainda que as da Abolição. Na nossa história, ela mergulha até os dias de 1710, até a rebeldia de Bequimão. É, ao lado do zelo patriótico, a mais antiga e formal das tradições nacionais. Os republicanos de 6 de março de 1817 chegaram a ser poder (BOMFIM, 2014c, p. 153).

Quanto às suas manifestações, todas as vezes que a tradição republicana irrompeu, ela foi avidamente abafada por essa outra tradição, a bragantina, representada pelo Estado português. Daí que para Bomfim, explica-se o fato de que em 1822 a intervenção inglesa tenha sido uma manobra, para que a república não se efetivasse. Por essa compreensão o autor afirma que D. Pedro I não realizou a independência, mas serviu-se dela como pode, de forma a conter uma separação mais radical que prejudicasse Portugal⁴⁹. Tal qual Bomfim coloca, o vigor da tradição republicana nacional, apareceria renitente, para a expulsão de Pedro I, em 1831, agravada por um contexto de crise política e econômica.

O desgaste do governo, vinha desde pelo menos a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 com a invasão do exército e cassação dos deputados. De acordo com Bomfim, a assembleia representava a primeira expressão da soberania brasileira, e a forma como foi dissolvida, e depois, a constituição outorgada, revelava a disposição antagônica das forças políticas que disputavam o cenário e o domínio do bragantismo. A Confederação do Equador em 1824 é a reação republicana contra o absolutismo do imperador a constituição antidemocrática⁵⁰. Frei Caneca é mencionado por Bomfim como um mentor ideológico dos interesses republicanos no movimento. A assembleia que só se reuniu a primeira vez em 1826, deixou evidente a “expressão de nacionalidade pelos democratas republicanos”, em suas defesas aparecia o federalismo como fórmula explícita de reduzir o poder imperial. Ao longo de todo o período que se seguiu até a abdicação de Pedro I, a assembleia e os deputados exemplificam as duas forças em oposição:

[...] a política do Brasil de 1827-30 distinguia-se nos dois tons: moderados, que apenas combatiam o absolutismo do imperador, e democratas-republicanos, repelindo toda a política do Império, verberando processos de desnacionalização do Brasil, pugnando por uma república democrata, federal, pacífica, e bem americana (BOMFIM, 2014b, p.116).

A abdicação de D. Pedro I foi vista como uma legítima reivindicação nacional de liberdade, pela destruição total do sistema político que vinha desde a instalação

⁴⁹ Mostrando uma inevitabilidade de separação que já vinha se impondo no Brasil, em carta ao seu pai, Pedro I é taxativo quanto à necessidade de se manter a ligação entre os dois países como de maior interesses para Portugal: “os estados independentes como o Brasil (escreve ao pai, em 19 de junho de 1822), nunca são os que se unem aos necessitados e dependentes. Portugal é, hoje em dia, um estado de quarta ordem e necessitado, por consequência, dependente...” (BOMFIM, 2014b, p.34).

⁵⁰ “De fato, a constituição, centralizadora, ilusoriamente liberal, só foi doada para ser uma mentira, como a própria independência” (idem, p.91).

da corte portuguesa, que se atualizou e permaneceu após a Independência. Mais uma vez sufocada, a tradição republicana, malogrou nos desdobramentos de 1831. A derrocada dessa revolução política resultou apenas na expulsão do príncipe com a permanência da tradição e forma do Estado bragantino. A facilidade com que imaginaram que apenas a abdicação seria capaz de levar a cabo as transformações necessárias é posta pelo autor como um grande desastre. O desfecho da abdicação foi uma acomodação dos moderados em trocar um ministério pelo outro, e não dar sequência às mudanças de regime, para fazer do Brasil uma República, ao contrário, o Império e a monarquia se mantiveram. Em 1832 fechou-se a era dos levantes causados pelo malogro da abdicação, com a prisão de Cipriano Barata, o revolucionário republicano.

Com a acomodação do conservadorismo da política e sociedade brasileira, as esperanças de mudança se acomodaram por um tempo até que, Bomfim chama atenção para a segunda metade do século XIX, a explosão poética que foi o fator essencial para a dissolução das instituições do regime da monarquia e da escravidão. Os poetas foram a voz original, vetores de pensamento e de força política, José de Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves foram citados pelo autor, inclusive, ao último, dedica o livro. A poesia é um recurso de protesto e sua função nos movimentos Abolicionista e da República foi de primeira ordem⁵¹.

A campanha da Abolição e da República acabou por rasgar a ordem Imperial, tornando favorável que as transformações necessárias fossem levadas a cabo, o que não se tornou uma realidade mais uma vez. Bomfim afirma o estreitamento da campanha republicana, que se deu na forma de um infeliz levante militar (Bomfim, 2014c). Em sua análise marcada por três tropeços, que logo distorceram a República, o militarismo, o positivismo e o liberalismo, a república foi mais um episódio da insuficiência e miséria da história política, incapaz de renovar as classes dirigentes e de instituir um regime democrático republicano.

O reconhecimento da sinergia entre a Abolição para a queda do Império e o movimento Republicano, não nega que é verdade também, que a tradição republicana precedeu e muito a campanha abolicionista. Como prova, Bomfim afirma que uma democracia radical já havia sido reclamada há muito tempo antes de

⁵¹ A sensatez erguer-se-á, com toda a sua catadura, para protestar quando se diz que os movimentos para a Abolição e a República tiveram como primeiras, e mais fortes energias, estas de poetas. (BOMFIM, 2014c, p.80).

qualquer pretensão abolicionista. Essa história viria desde o Brasil colônia, na Guerra dos Mascates, na Conjuração Mineira e Baiana e em 1817 na Revolução Pernambucana. Dentre os heróis republicanos, é como Bomfim os chama, estariam Bernardo Vieira, Tiradentes, os executados da conjura baiana, Padre Pessoa, Frei Caneca e outros. Constitui-se uma história da tradição republicana, com seus momentos e mártires, a República é uma aspiração constante de raízes profundas, mas uma aspiração porque é uma realidade distante das práticas e princípios dos governantes desde a instalação do Estado português em 1808:

Com isso, toda a beleza dos sacrifícios patrióticos, do Brasil em formação, é de heróis republicanos – de Bernardo Vieira a Tiradentes, aos esquecidos executados de 1799, na Bahia, ao Padre Pessoa, Frei Caneca, Sabino, Pedro Ivo... Nas fileiras deste (em 1848) caiu heroicamente um Borges Fonseca, quase obscuro, e que, no entanto, indefectível e intransigente nos seus princípios republicanos, foi perseguido pelo governo de 1822, lutou ao lado de Paes de Andrade, para vir morrer, já velho, nas hostes de Nunes Machado... (BOMFIM, 2014c, p. 154).

A campanha de 1870-1889 pela República, foi uma conjunção de forças em torno de uma propensão que já existia no espírito brasileiro pelo sistema republicano. Mas essa aspiração precisava ser sistematizada, tornar-se efetivamente um programa político, dar formas às questões republicanas. Infelizmente em um país, que de acordo com Bomfim, sem tradições de lutas de opiniões e verdades eleitorais, o discurso republicano moldou-se em um verbalismo fofo, estéril e nulo (BOMFIM, 2014c). Dada a ausência de uma classe política que disputasse e formulasse as questões e saídas de forma republicana, e enfrentasse a presença maciça e viciada de uma tradição, a propaganda republicana afinou-se ao bragantismo e ao conservadorismo. Antes mesmo de representar qualquer mudança efetiva⁵². Combinou-se às questões militares que se incorporou ao coro de derrubada do Império, e irmanava-se às aspirações do exército.

A República é proclamada a partir da alienação da sociedade civil, na ausência de debates programáticos ou definição dos princípios que representassem uma novidade. Fruto de uma propaganda vazia, aproveitada por setores militares e apoiadores civis, que viram apenas uma oportunidade histórica para que a realizasse. No final, representaram uma permanência de exclusão e autocracia,

⁵² “A propaganda abolicionista havia aluído as velhas instituições, a propaganda republicana oferecia uma nova ordem no sentido das tendências políticas mais patentes na história do país, e antes que os republicanos intentassem deveras a conquista do poder, o Império se entregava” (Idem, p.159).

características conhecidas do Estado brasileiro. Logo após a proclamação da República há uma tentativa de concentração de poder de forma despótica pelo Marechal Deodoro da Fonseca, nesse período inclusive, Bomfim é perseguido politicamente e foge para o interior de São Paulo.

Com dois séculos e meio de influxo bragantino, conduzido invariavelmente por um Estado em que toda a miséria dos dirigentes – colônia e Império se refazia de crise em crise, a revolução para a República tinha que ser integral substituição de tudo – ideias, programas, homens e processos; renovação, com reforma bem profunda, e de que emergisse, finalmente, a alma do Brasil essencial – sentimentos e voz de um povo que nasceu e se fez através da implacável e pérfida espoliação de todo o indispensável à consciência humana (BOMFIM, 2014c, p.172).

Com a presença ostensiva do Exército, entrou para a política um número desproporcional de militares, motivo de preocupação para Bomfim, com a elevação dos prestígios e dos seus salários, uma realidade monstruosa e ameaçadora para a democracia. O positivismo que chegou a ser uma força política do 15 de Novembro não correspondeu às necessidades da justiça humana, defendia abertamente o despotismo, e adequou ao progresso o sentido da ordem, “a disciplina cega”, quando a legítima evolução é a busca por mais justiça e liberdade e uma solidariedade eficaz e cordial (BOMFIM, 2014c). O efeito do positivismo na República deixou-se apagar, e foi uma ressonância efêmera e demagógica do que de fato participou da organização das instituições do novo regime. A capacidade de ao menos organizar uma democracia razoável, não foi possível porque não havia homogeneidade republicana que sustentasse o governo.

Em uma referência implícita a Rui Barbosa, Bomfim identifica seu liberalismo como vazio e inorgânico que deu como pronta a República, deixando intacto todas as necessidades da nação para republicanizar-se de fato. A começar pelo censo para a votação, deixando grande parte da população de fora, que não chegava a cinco por cento os votantes. Ele atenta-se para o federalismo adotado, que se apurou como mecanismo de concentração de poder e da incorporação das oligarquias, a república tornou-se o feudo dessa política.

Deodoro teria garantido a organização de uma razoável democracia, desde que nos companheiros houvesse homogeneidade republicana que os englobasse. Mas, não; desses companheiros, o mais famoso e popularizado, guindado nos seus talentos, desembaraçado de liames com

os propagandistas, como se elevava em situação política, isolava-se dos outros. Armado de seu liberalismo vazio e inorgânico, dava como feita a República – dissipada nesses mesmos liberalismos; e, como os companheiros não tinham prestígio para contrastar com o seu, ou talvez, nem sabiam bem como realizar uma República de verdade, maleável, justiceira, aberta à franca evolução do povo brasileiro, o governo provisório deixou intactas todas as legítimas necessidades da nação a republicanizar-se (BOMFIM, 2014c, p.181).

Estaria por se fazer a República, e para isso, ao contrário dos outros pensadores de sua época, era preciso mais democracia, inclusive que os analfabetos votassem, era necessária uma republicanização das instituições. Fundamental que se realizassem aliadas a isso as políticas sociais, era preciso que direitos fundamentais, como alfabetização, tributação progressiva, direitos trabalhistas se tornassem as bases para o governo do país. Sua alternativa é justamente a junção dessa fratura essencial, a democratização da república e a republicanização da democracia. Portanto, ele não titubeia ao dizer, que as misérias da vida política brasileira, estariam nas falhas dos governos e dirigentes, desde os tempos primórdios da colonização ao novo regime. Como fontes de tudo estariam as formas de pensar e fazer a política da classe dirigente, suas tendências ao despotismo, à injustiça, ao cerceamento da liberdade, à incompreensão de suas responsabilidades, à corrupção, que formaram uma tradição que viciou a dinâmica política.

Ele reclama uma história das manifestações dessa tradição republicana, para provar que não haveria incapacidade do povo para a democracia, que houve desde sempre exemplos de uma herança democrática e republicana entre os brasileiros. Sua obra participa da construção desse relato e se auto inscreve na sua formação. É preciso que exista a reivindicação dessa linguagem e dessa história, para que se desenvolva sistematicamente em pensamento, formas e práticas.

Portanto, não é arbitrário vincular Manoel Bomfim ao republicanismo democrático. Há na sua obra uma ideia forte de liberdade, vinculada a uma ideia de autonomia, pois se o indivíduo vive sob uma condição heterônoma estrutural, dependente, não há autonomia. Essa noção de liberdade enquanto autonomia se vincula a ideia de soberania popular, isto é, a ideia de que o povo deve se autogovernar através da definição das leis fundamentais que organizam o corpo político. A liberdade não é possível individualmente, mas vinculada à ideia da liberdade política que vem da soberania popular. A soberania popular forma a

cidadania e a cidadania ativa forma a soberania popular em uma mútua configuração. Sua obra vincula-se a essa tradição porque sua compreensão de liberdade é central na formação de seu pensamento e agenda, liberdade vinculada à ideia de autonomia. Intrínseca à própria formação da comunidade política, como fundamento e objetivo, a liberdade é a condição de autonomia em suas amplas formas, garantida pela condição de cidadania e de soberania popular, atendendo uma dimensão individual e coletiva que se forma mutuamente, da maneira que ele procura desenvolver:

Se o Estado fosse, como deveria ser, a organização eficiente das energias gerais da Nação, a política seria, apenas, a fórmula inteligente de solidariedade, na realização dos serviços públicos, onde explicitamente se refletiriam as necessidades gerais e as aspirações permanentes. (Bomfim, 2014b, p.21)

Esses pontos fortes de afinidade estão presentes na sua obra onde ele próprio nomeia e busca se auto inserir nessa tradição ao longo da história brasileira. Há um republicanismo de tendência socializante, anticapitalista e anti-burguesa. Em oposição às interpretações que viam um nacionalismo de afinidade burguesa, sua aspiração nacional está relacionada à ideia de soberania popular e instituição de uma república livre e radicalmente democrática:

Em verdade, o Brasil nunca deixou de ser da tradição republicana. Mesmo quando o nome não é referido, as aspirações essenciais vão para a realização democrática radical (BOMFIM, 2014c, p.153).

Existem dois pontos importantes dessa passagem que é preciso notar. Importante verificar o termo “radical” na democracia, porque radical é o mesmo adjetivo que utiliza Antônio Cândido para identificação da obra de Manoel Bomfim. Segundo Colombo (1998), a respeito da história do léxico “radical” na cultura europeia, este termo foi utilizado historicamente para caracterizar os republicanos. Cândido não está utilizando o termo em vão, ele tinha a concepção da estreita relação da tradição republicana com o radicalismo. Assim como não é indeterminado o adjetivo radical para a realização democrática para Bomfim. Quanto ao fato de a tradição em muitos momentos não ser referida, Bomfim quer afirmar a sua existência, e ele próprio está se colocando, formulando no seu interior. Isto compatibiliza as análises de Bomfim e Cândido, porque ambos afirmam o caráter

não sistemático do campo radical nas palavras de Cândido. Ou o que é a não referência do republicanismo, se não um sinal dessa infirmação.

Existem três quadros possíveis para a interpretação de um pensamento na linguagem do republicanismo democrático. Uma hipótese é que o pensador tenha elementos do republicanismo no seu pensamento embora não seja caracteristicamente um autor dessa tradição. Portanto, a atribuição de Bomfim a um pensamento vinculado à tradição republicana democrática, não seria artificial, porque constitui uma afinidade forte que identifica elementos no seu pensamento, e define esse pensador como republicano.

Há uma segunda possibilidade, para que o pensamento de um autor se encaixe na tradição do republicanismo democrático mesmo que ele não formule explicitamente sua adesão a essa tradição. Se há um conjunto de argumentos centrais do pensamento desse autor que remetem a uma tradição do republicanismo democrático, mesmo que não declarada no seu pensamento, é possível essa atribuição. Dessa maneira se faz necessário documentar bem a afinidade desse pensador com a tradição do republicanismo democrático.

Finalmente, há um terceiro caso, como é o de Manoel Bomfim. Ele declara explicitamente sua filiação a uma tradição que é oposta à bragantina, ele se filia a formação dessa tradição que ele vê como descontínua: “Havia uma tradição republicana, mas é impossível achar seguimento das agitações, apenas implicitamente republicanas”(BOMFIM, 2014c, p.79). Tradição que teve seus pontos altos e baixos, que recuou e foi desorganizada após a consolidação do poder monárquico:

Depois, com esse peso, que já era asfixia na infecção, foi preciso, ainda, a realidade da intervenção inglesa, para que a tradição republicana não se impusesse nos dias de 1822 (BOMFIM, 2014c, p.153).

Mas continuou iluminando as obras literárias quando a tradição republicana teria se vivificado na voz dos poetas.

O Brasil de 1850 ardeu no lirismo dos seus cantores, que, se não criaram as fórmulas de um tal sentir, pelos menos condensaram intensamente toda a alma da nação, em nitidez de visão e evidência de afetos. Com eles se definiu, então, o Brasil que se negou finalmente ao baço imperialismo bragantino, e contendeu até abolir a escravidão (BOMFIM, 2014c, p.19).

Os poetas foram perpetuadores da tradição republicana, o lirismo foi um momento importante dessa tradição:

Antes, de 1817 a 31... 42, definiam-se as concepções, planejavam-se os sistemas, para vir dar ideia ao sentimento. Agora, na voz dos líricos, derramavam-se os afetos, modelavam-se os corações, para, então, neles plantar-se a ideia (BOMFIM, 2014c, p.83).

Na campanha pela República, nas décadas finais do Império, é evidente a referência de Bomfim a uma tradição republicana quando enquadra o manifesto de Teófilo Otoni:

Teófilo Otoni publicou o seu manifesto, percuciente grito de protesto, com o valor de um acordar de brios, ao influxo das puras tradições de 1817-24-31-37-42-48... Em 1866, vem à luz o jornal “A Opinião Liberal”, órgão dos radicais, esses mesmos que, quatro anos depois, serão ostensivos republicanos (BOMFIM, 2014c, p.155).

Tradição que continuou vigente apesar de minoritária na Primeira República, como os jornais republicanos, em formação da oposição republicana, mostrando um certo grau de articulação e visibilidade dessa tradição.

Como justificativa da imprensa republicana, criam-se para mais do dobro de clubes ou associações de propaganda, como o Club e Tiradentes, ou o Centro Acadêmico do Rio de Janeiro, em que se destacava Lopes Trovão, ainda estudante (BOMFIM, 2014c, p.155).

Conclui-se estar diante de um autor que não apenas tem afinidades fortes, mas que se declara e busca pensar a inserção dessa tradição na história política do país, e para isso ele escreve sua trilogia. Uemori identifica:

há nas três obras da maturidade duas tradições: a primeira, que tinha a ver com a consciência da nacionalidade e o ideal republicano, conferia identidade, afinidade de propósitos no interior da sociedade. Esta precisava ser recuperada e cultivada, pois ela encarnava a “essência”, os “motivos íntimos” do brasileiro. A segunda referia-se às forças, encarnadas no Estado bragantino, que reiteradamente sufocaram a vida democrática, impedindo o seu desabrochar (UEMORI, 2006, p.132).

Essas obras são a construção da narrativa histórica da tradição republicana no país e representam sua filiação explícita a essa história. Sua identificação como autor republicano não é artificial porque não se trata de identificar elementos fracos

do pensamento desse autor, mas elementos fortes, e ela é ainda mais configurada porque ele a enuncia como mostraram as passagens.

A reflexão acerca da formação do pensamento republicano democrático

É de se imaginar a importância de recuperar seu pensamento para a formação do pensamento republicano democrático no Brasil, assim como as questões postas pelo autor, que são atualíssimas para os desafios da democracia brasileira. A maneira como a teoria republicana compreende a liberdade representa uma concepção transformadora para a ciência política e a política cotidiana. Desdobram-se questões pertinentes às instituições, à cultura política, aos direitos, que podem deslocar o debate acerca da legitimidade da democracia, para uma acomodação mais rica, com novos horizontes instaurados por essa reflexão. Portanto a crise política a qual vivemos, não apenas em âmbito nacional, mas mundial, das democracias⁵³ tem muito a ganhar com o retorno aos debates sobre a constituição do poder e seu fundamento, que na gramática republicana assumem outros contornos.

A noção de liberdade na linguagem republicana colocará sob outra perspectiva as questões sobre a promoção de liberdade e autonomia, que estão aliadas a uma compreensão de que, assegurar a liberdade, é resultado da combinação de ações e políticas voltadas à garantia da condição de não dependência, de autonomia, da comunidade e do indivíduo. O republicanismo tem como central, a ideia forte de liberdade, que vincula a ideia de autogoverno à autonomia das pessoas. O princípio da soberania popular como fundamento da legitimidade do Estado repousaria na participação ativa dos cidadãos, no *modus operandi* do corpo político. Afetaria diretamente, dessa forma, a crise de legitimidade e apatia política que a democracia condicionada pelos fundamentos procedimentalistas nos moldes schumpeterianos traz à tona.

É capaz de refletir também, acerca da liberdade em sua concepção neoliberal que esvazia o espaço público e se fortalece a partir do imperativo da vida privada em detrimento de formas solidárias de vida e de comunidade na construção da liberdade. Questiona a normatividade da linguagem neoliberal da liberdade, para

⁵³ Existe toda uma bibliografia que pensa a crise da democracia que estamos vivendo, seus motivos e consequências. Ver mais em Levitskye Ziblatt(2018).

recolocar o compromisso de uma gramática republicana no desenvolvimento de uma sociedade mais livre e mais justa. Uma vez que uma das faces da liberdade nos termos republicanos, é assegurar a autonomia, é imperativa a consolidação de uma cidadania social, que se volte para as questões das desigualdades estruturais, com a minimização das assimetrias, das dinâmicas excludentes, da injustiça e desigualdade econômica.

Ao pensar sobre outras formas de entendimento do pensamento político e intelectual como propõe a metodologia do contextualismo linguístico, identifica-se a história intelectual a partir de um contexto discursivo, a linguagem como dimensão de uma ação social. Ou de outro modo, de que forma a linguagem foi utilizada em dado contexto para cumprir quais fins? Essa maneira de conceber a linguagem enfocará outras dimensões mais atentas ao contexto e aos significados mobilizados ali. De que forma isso poderia nos ajudar hoje? Como colocado por Quentin Skinner, essa forma de compreender a linguagem traria em primeiro plano as diferenças de modos de pensar e as mudanças ocorridas em relação aos paradigmas que orientam nosso mundo. Evidentemente, isso enriquecerá a nossa própria compreensão, à medida que é possível ver paradigmas que já foram utilizados, bem como as compreensões que seriam positivas para os dias atuais.

Uma dessas linguagens que valeria a pena retomar, identificando a importância histórica para a conformação do mundo moderno, é justamente a linguagem da teoria republicana democrática e a noção de liberdade que a acompanha. A nossa sociedade impõe limites às nossas imaginações de maneiras não reconhecidas, portanto, estudar gramáticas que fizeram parte de outras sociedades é impor limites a essas restrições, é, portanto, um exercício criativo (SKINNER, 2007a). Essa forma de compreender a liberdade como autogoverno aliada ao exercício da autonomia, indica uma compreensão inversamente oposta da liberdade que usualmente compreende-se a partir do liberalismo: a liberdade como apenas a não-interferência, ou seja, você é livre a partir do momento que pode agir, impor sua vontade sem qualquer impedimento dessa ação.

A ideia da liberdade vinculada à ideia de autonomia e autogoverno, no entanto, traz questões um tanto quanto diversas. Assim, você é livre quando você não está em condição de dependência, e isso significa não apenas a não interferência, porque você pode continuar sendo um dependente, submetido à servidão, vassalagem e até mesmo escravidão mesmo que não haja interferência.

Você está à mercê da vontade e arbítrio de outro, dessa forma, a heteronomia é sua condição correspondente. Mesmo que essa vontade ou arbítrio não se realize, o fato de que você esteja sob o poder de um dominus, ainda que benevolente, a sua condição não se configura como livre.

A condição de dominação é colocada pelo impedimento de auto-realização, potência de vida humana, através de mecanismos como leis arbitrárias, coerção física, coerção moral, desigualdades, discriminação. Traz uma concepção mais rica para a ideia de liberdade. Portanto, todas as políticas voltadas para a promoção da cidadania, que visam à autonomia do cidadão e a erradicar condições de dominação estrutural, como econômica, social, racial e de gênero, são políticas que têm uma relação forte com essa concepção normativa de liberdade. Outro ponto relevante na gramática republicana é a promoção de virtudes cívicas inerentes à constituição de uma comunidade política. A teoria democrática foi esvaziada do seu conteúdo normativo, vista apenas como um conjunto de regras e procedimentos para a consecução de um governo.

O paradoxo é que esse esvaziamento corresponde, no entanto, a uma adesão a valores pragmáticos, que são também princípios. O republicanismo por apontar a necessidade de valores cívicos para o funcionamento das instituições políticas e sociais respeitando seu compromisso aos interesses públicos é um antídoto incrível contra a captura das instituições por interesses particulares e por elites poderosas e práticas corruptas. Em especial, a fraternidade política em Domenech (2004 apud AVILA, 2020) é um princípio cívico importante para a qualidade da democracia e da república. O estabelecimento de laços políticos como condição necessária para a democracia e fortalecimento da comunidade política, estende a igualdade a todos, em uma condição simétrica de direitos e deveres, visando um compromisso mútuo de liberdade e igualdade. A liberdade não pode ser vivida individualmente, ela se realiza a partir de uma condição relacional, na medida em que a condição de não dominação é estendida a mim e a todos.

A necessidade de se pensar a igualdade, está na raiz dos problemas essenciais do país, tese defendida por Bomfim, que desde a colonização perpetua-se entre nós, um modelo excludente de sociedade e de política. Desse ponto de vista, é essencial que pensemos a República e nossas instituições a partir da compreensão do republicanismo democrático. É necessário articular a encruzilhada do pensamento político brasileiro, para que se una a pauta das reformas

institucionais à pauta das reformas sociais, tal qual propôs Manoel Bomfim. Compreende-se que apenas a junção dessas duas facetas possibilita de fato resolver os problemas fundamentais da nossa sociedade.

Ainda que a Constituição de 1988 possa ser lida como uma sinalização aos princípios fundamentais da igualdade e liberdade e um avanço na nossa história, há muito a ser feito. Ela representou sem sombra de dúvidas uma força na proclamação de direitos e no alargamento destes. No entanto, quanto às dinâmicas do poder político e a democratização de suas formas de reprodução, a carta constitucional teria muito a avançar. O que evidencia a dificuldade do processo de republicanização no país, remetendo à fratura essencial de nossa República, colocada na fórmula: democratização social do poder aliada ao tratamento social da questão democrática. O princípio da soberania popular é um compromisso, o qual a linguagem republicana, trataria de colocar como central para os impasses democráticos no Brasil. Resultaria em um esforço de democratizar o poder no país, fortalecendo a participação da sociedade civil. A derrota da Política Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/14)⁵⁴ escancarou a enorme controvérsia acerca da democratização do poder no Brasil e dos limites das políticas que visam transformar os problemas estruturais da sociedade.

A republicanização é uma aspiração para as instituições do nosso país ao mirar uma democracia participativa e social. O republicanismo democrático como cultura política ajudaria a responder os diversos desafios enfrentados pela nossa democracia nos dias atuais, além de resolver muitos dos problemas de nossa longa história. Urge almejar como modelo essa linguagem de liberdade.

Quanto à recuperação da formação do pensamento republicano democrático, parte desse esforço é a análise da obra de Manoel Bomfim. É assim que se pretendeu analisar sua obra, identificando os elementos fortes do seu republicanismo, para contar parte desta história. Motivo o qual guiou também seus escritos e seu esforço de historicização dessa tradição. O que leva a pensar a inserção do Manoel Bomfim no processo de formação da tradição republicana democrática do Brasil, tradição que ainda está por ser escrita.

⁵⁴ De acordo com o Decreto, estabelecer-se-ia um sistema de participação, composto por um conselho permanente, conferências nacionais, conselhos temáticos, consultas públicas, afim de fomentar e consolidar a participação como método de governo. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Site: <https://www.camara.leg.br/noticias/443908-deputados-derrubam-decreto-dos-conselhos-populares/>

BIBLIOGRAFIA

- ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. **Transformação**, [s. l.], v. 30, 20 fev. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31732007000200004>>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES, Vital Francisco Celestino. Rousseau e a virtude cívica na república. **Dois pontos**, [s. l.], v. 16, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/dp.v16i1.58448>>. Acesso em: 30 mai. 2022
- ARAÚJO, Pedro Henrique Barbosa Montandon de. **Direito de resistência em John Milton**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B5DLTJ/1/direito_de_resist_ncia_em_john_milton.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- AVILA, Carlos F. Domínguez. Brasil: republicanismo cívico e qualidade da democracia. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro**, Brasília, n. 31, pp. 297-326, Jul./Dez. 2020. Disponível em: <[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_31/Carlos%20Dom%C3%ADnguez%20\(13\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_31/Carlos%20Dom%C3%ADnguez%20(13).pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- BARBOSA, Rui. O Senador Ruy Barbosa falou ontem às classes conservadoras da República. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 01, 9 mar. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1919_07315.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário. *In*: **Obras completas de Rui Barbosa digital**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol. X, Tomo III, 1883. Disponível em: <<http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/index.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- BARBOSA, Rui. O papel da Coroa no Sistema Parlamentar. *In*: **Obras completas de Rui Barbosa digital**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol. XIX, Tomo II, 1892. Disponível em: <<http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/index.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- BARBOSA, Rui. O papel da Coroa e o Partido Liberal. *In*: **Obras completas de Rui Barbosa digital**, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol. XIX, Tomo II, 1892. Disponível em: <<http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/index.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- BARBOSA, Rui. A questão social e política no Brasil. *In*: **A questão social e política no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, pp. 1-53. ISBN 978-85-7982-074-8. <https://doi.org/10.7476/9788579820748.0001>.

BERLIN, Isaiah. **Twoconceptsofliberty**. Oxford: Clarendon, 1958.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. Edições Loyola, 1991.

_____. **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

_____. **A obra do germanismo**. Rio de Janeiro: TypBesnardFreres, 1915. Disponível em: <<https://archive.org/details/obradogermanismo00bomf/mode/2up>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

_____. **O Brasil na América: caracterização da formação brasileira**. [S. l.]: Editora UnB, 2014a. <Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/o-brasil-na-america.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

_____. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. [S. l.]: Editora UnB, 2014b. v. 01. Disponível em: <<https://fundar.org.br/publicacoes/biblioteca-basica-brasileira/o-brasil-nacao-vol-1/>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

_____. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. [S. l.]: Editora UnB, 2014b. v. 02. Disponível em: <<https://fundar.org.br/publicacoes/biblioteca-basica-brasileira/o-brasil-nacao-vol-2/>>. Acesso em: 27 fev. 2022

_____. **O Brasil na história: deturpação das tradições de degradação política**. 2. ed. Rio de Janeiro e Belo Horizonte: Topbooks e Puc Minas, 2013.

BOTELHO, André Pereira. **O Batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A teoria política é possível?**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 36, s/p. 1988.

_____. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. Dados, v. 48, n. 2, p. 231-69. 2005.

CANDIDO, Antônio. Radicalismos. **Estudos Avançados [online]**, [s. l.], v. 4, n. 8, pp. 4-18, abr. 1990. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141990000100002>>. Acesso em: 12 set. 2022.

_____. **Sociologia no Brasil**. Tempo Social, v. 18, n. 1, p. 271-301. 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; teatro de sombras**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CHAUI, Marilena. **Crítica e Ideologia**. Cadernos SEAF, Rio de Janeiro, ago. 1965

_____. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COLOMBO, Arturo. Radicalismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

CRUZ BARBOSA, Paulo Sérgio. O patriotismo de Rousseau e a justiça como equidade de John Rawls em defesa da dignidade social. **Polymatheia - Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 12, n. 20, 2021. Disponível em:

<<https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/5768>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

CUNHA, Euclides da. Atos e Palavras. **Província de S. Paulo**, São Paulo. 1889.

Disponível em: <<https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/cronicas/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. **Contrastes e confrontos**. Portal Domínio Público: [20--?]. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=16625>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. O ideal Americano. *In*: **Contrastes e confrontos**. Portal Domínio Público: [20--?]. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=16625>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Texto proveniente de: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro

<<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> Acesso em: 18 out. 2022.

_____. Plano de uma cruzada. *In*: **Contrastes e confrontos**. Portal Domínio Público: [20--?]. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=16625>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. Solidariedade Sul-Americana. *In*: **Contrastes e confrontos**. Portal Domínio Público: [20--?]. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=16625>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. Temores vãos. *In*: **Contrastes e confrontos**. Portal Domínio Público: [20--?]. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=16625>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. Um velho problema. *In*: **Contrastes e confrontos**. Portal Domínio Público: [20--?]. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=16625>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DE ALMEIDA SANTOS, Antônio César. Sobre os métodos históricos. **História: Questões & Debates**, [s. l.], v. 55, n. 2, dez. 2011. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/26505>>. Acesso em: 14 set. 2022.

DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. Direitos das mulheres na Constituinte de 1933-1934: disputas, ambiguidades e omissões. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

EREZ, Lior; LABORDE, Cécile. O patriotismo cosmopolita como ideal cívico. **American Journal of Political Science**, v. 64, n. 1, pp. 191-203, 2020.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 10, n. 17, pp. 277-301, 2007.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/26982677/Manoel_Bomfim_e_o_O_Brasil_na_hist%C3%B3ria_UFF_2001_disserta%C3%A7%C3%A3o_de_mestrado>. Acesso em: 28 jul. 2022.

GUIMARAES, Juarez. **Marxismo e democracia: crítica à razão liberal**. 23 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1999. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21/gt19-17/5017-jguimaraes-marxismo/file>>. Acesso em: 14 set. 2022.

HOBBS, Thomas. **Leviathan, or the Matter, Forme, and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil**, 1996. Ed. Richard Tuck, revise student edn, Cambridge.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, pp. 27-38, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4dYpr4yn8SwrGcxRsZm6g7r/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

KARAWEJCZYK, Mônica. O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/BK8rBfMZ8PSzSsvZRTqfqqc/?lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

KAWAUCHE, Thomaz. Soberania e justiça em Rousseau. **Revista Trans/Form/Ação**. v. 36, n. 01, Abr. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/tx4LDVYtTHhjJ9fQWPdSC9F/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 14 set. 2022.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 3, pp. 80-98, 1996.

KROPOTKIN, Piotr. **Mutual Aid : a Factor of Evolution**. Heinemann, Londres, 1902.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação, em FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**, tomo III: O Brasil republicano, vol. 2. São Paulo: Difel.1977

_____. Pensamento político, institucionalização acadêmica e relações de dependência no Brasil. *Dados*, v. 23, n. 1. 1980.

_____. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico, em IDEM (org). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

LE GOFF, Jacques. História. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Unicamp, 1990,

LIMA FILHO, Acacio Vaz de. O positivismo e a República. **Revista da Faculdade de Direito**. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 99, pp. 3-33, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67617>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

LÍVIO. Tito. **Books 1-2**. Cambridge: Loeb Classical Library, 1919. Tradução de: B. O. Foster. London

_____. **Books 3-4**. 1922. Traduzido e editado por B.O. Foster, London.

_____. **Books 5-7**. 1924. Traduzido e editado por B.O. Foster, London.

_____. **Books 8-10**.1926. Traduzido e editado por B.O. Foster, London.

_____. **Books 35-38**. 1935. Traduzido e editado por B.O. Foster, London.

_____. **Books 60-62**. 1938. Traduzido e editado por Evan T. Sage e Alfred C. Schlesinger, London.

_____. **Books 23-25**. 1940. Traduzido e editado por Frank Gardner Moore, London.

LOCKE, John. **Two treatises of Government**, Ed. Peter Laslett student ednm Cambridge. 1988.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, pp. 113-125, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HXMvb3pGYkRqK85hMNc4Hnq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 14 set. 2022.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, pp. 75-119, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220161904>>. Acesso em: 14 set. 2022.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

MARSON, Adalberto. **Ideologia nacionalista em Alberto Torres**. 1975. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo? **Sociologia & Antropologia**, v. 5, pp. 771-797, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/ThKHxGs7c3JP3cWzyvHTdGc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do homem no Emílio de Rousseau. **Educação e Pesquisa**, v. 33, pp. 323-333, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/B5YfxvNVpv9ywxWwtvDL5cm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

PAMPLONA, Marco Antonio Villela. Nação. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, pp. 43 - 175.

PETTIT, Philip. **Negative Liberty, Liberal and Republican**. European Journal of Philosophy 1, pp. 15-38. 1993.
_____. **Republicanism: uma teoria da liberdade e do governo**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra várias leituras**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-8RGFA5>>. Acesso em: 14 set. 2022.

POCOCK, J. G. A. **The history of political thought: a methodological enquiry**. 1969. in P. Laslett e W. G. Runciman, Philosophy, politics, and society: second series, Oxford, Blackwel.

RÉ, Flávia Maria. **Ideias em ação: liberalismo e reforma no pensamento político de Rui Barbosa**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PUFENDORF, Samuel. **De Iure Naturae et Gentium Libri Octo**, Londini Scanorum. 1672.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é positivismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 1151-1180, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000400014>>. Acesso em: 14 set. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. 3 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

_____. **Emílio ou da educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. **O fantasma da classe ausente: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A imaginação político-social brasileira**. Dados n.2-3. Rio de Janeiro. 1967. Disponível em:
<http://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=2-3>

_____. **Paradigma e História: A ordem burguesa na Imaginação Social Brasileira**. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas cidades, 1978. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2398006&forceview=1>

SÊNECA. **Moral Essays**. Trans. And Ed. John W. Basore, 3 vols, London. 1928-35

SILVA, José Maria de Oliveira. **Da educação à revolta: radicalismo republicano em Manoel Bomfim**. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SKINNER. Quentin. [1969]. **Significado y comprensión en la historia de las ideas**. Traducción de Bocado Crespo. *In*: CRESPO, Enrique Bocado (Org.). **El giro contextual: Cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios**. Madrid: Tecnos, 2007a.

_____. [1988]. Interpretación y comprensión en los actos de habla. Traducción de Bocado Crespo. *In*: CRESPO, Enrique Bocado (Org.). **El giro contextual: Cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios**. Madrid: Tecnos, 2007b.

_____. [1979]. **La idea de un léxico cultural**. Traducción de Bocado Crespo. *In*: CRESPO, Enrique Bocado (Org.). **El giro contextual: Cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios**. Madrid: Tecnos, 2007c.

_____. **LibertybeforeLiberalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: Difel, 2005.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, pp. 97-117, 2000. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/ijrbedu/a/mJxm348crdgLd4mgqnwMHcd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

SOUZA, Natália Peixoto Bravo de; GALVÃO, Gastão. O estigma de uma obra: a trajetória de Euclides da Cunha e suas reapropriações sob o ponto de vista do positivismo e do evolucionismo. **Revista da SBHC**, [s. l.], v. 5, n. 2, pp. 173-184, 2007.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia**: a história de uma tradição esquecida. Editora Companhia das Letras, 2018

STREICH, Ricardo Neves. A Revolução Mexicana e as esquerdas latino-americanas nos anos 1920. **Escrita da História**, [s. l.], v. 4, n. 8, pp. 112–139, 2017. Disponível em: <<https://www.escritadahistoria.com/index.php/reh/article/view/84>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. Ed. Brasiliense, v.17, 1938. Disponível em: <<http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/95>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

TORRES, Alberto. **Problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 4. ed. Ed. Nacional, 1982.

TOTTI, Marcelo Augusto. **Ciência e educação no pensamento de Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes**: das rupturas paradigmáticas à análise retórica. 2009. Tese (Doutorado em Educação escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

TOTTI, Marcelo Augusto; MACHADO, Vitor. O pensamento de Alberto Torres e a educação rural no Brasil: contribuições ao surgimento do ruralismo pedagógico. **Revista de Ciências da Educação**, v. 2, n. 29, pp. 100-122, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115174>>. Acesso em: 14 set. 2022.

UEMORI, Celso Noboru. **Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manuel Bomfim em busca da identidade nacional**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, José Geraldo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tânia Maria Rodrigues. Educação e liberdade em Rousseau. **Educação e Formação**, [s. l.], v. 3, n. 8, pp. 210–223, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/278>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

VENTURA, R. "A Nossa Vendéia": Canudos, o Mito da Revolução Francesa e a Formação de Identidade Cultural no Brasil (1897-1902). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 31, pp. 129-145, 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70057>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Edições do Senado Federal: v. 27, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1108>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.